

**Instituto de História Contemporânea  
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas  
Universidade Nova de Lisboa**

**A PROGRAMAÇÃO TELEVISIVA  
REVOLUCIONÁRIA  
RTP 1974-1975**

**Madalena Soares dos Reis**

**Dissertação de Mestrado  
História de Portugal do século XX**

**Orientação Científica: Prof. Doutor António Reis**

**OUTUBRO 2008**

## RESUMO

A história da televisão em Portugal até aos anos 70 não se resume à sua função enquanto poderoso aparelho de propaganda do regime ditatorial. A RTP constituiu-se como um agente de grande importância na evolução dos costumes da sociedade portuguesa, principalmente nos anos 60.

A 25 de Abril de 1974, o golpe militar que mudou o curso da história do país, também transformou a Radiotelevisão Portuguesa. A televisão desempenhou, desde a primeira hora e em vários sentidos, um importante papel na Revolução Portuguesa.

Livre da censura e do exame prévio mas ocupada por militares, pretendia-se que a RTP se apresentasse como expressão da liberdade conquistada em Abril. Assim, surge uma nova programação, com programas inovadores que alteraram profundamente o quotidiano televisivo em Portugal.

Será que houve, na prática, uma programação televisiva revolucionária? O nosso objecto de estudo é precisamente a programação apresentada pela RTP durante o processo revolucionário (1974-1975), contextualizando a sua evolução relativamente às várias fases do processo de democratização.

**PALAVRAS-CHAVE:** Televisão, Programação televisiva, História da Televisão, RTP, Revolução Portuguesa 1974-1975

## ABSTRACT

Portuguese television's history until the 70s can't be summed in the history of a powerful instrument of propaganda of the dictatorship regime. TV was of a great influence in the social evolution, especially during the 60's.

On April 25<sup>th</sup> 1974, the military coup that changed the course of Portuguese history also changed television. From the beginning, TV played a very important role in the Portuguese Revolution.

Free of censorship but occupied by the military forces, television's mission was presumed to be the expression of the freedom won in April. Thus, a new TV programming arises, with a new and innovative set of television programs which have completely changed the everyday TV.

Was there, in practice, a revolutionary TV programming? Our aim is to analyse the TV programs, and its scheduling, presented by the Portuguese television during the revolutionary period (1974-1975) and contextualizing it regarding the different stages and the social-political evolution of the Revolution.

KEYWORDS: Television, Television Programming, Television History, Portuguese Television, Portuguese Revolution 1974-1975

## ÍNDICE

### 1. Uma televisão e uma revolução

1.1. A <i>televisão</i> enquanto objecto de estudo	1
1.2. Os estudos televisivos em Portugal	3
1.3. Televisão e História	4
1.4. A programação televisiva	7
1.5. A televisão e a revolução	9

### 2. O nascimento da televisão em Portugal

2.1. A criação da RTP, SARL	13
2.1.2. A primeira programação televisiva	15
2.2. Os anos 60 e a evolução da RTP	16
2.3. A construção do aparelho censório na RTP	20
2.4 O período marcelista na televisão portuguesa	23
2.4.1. A presença dos intelectuais na televisão durante o marcelismo	27
2.5. A RTP nas vésperas do 25 de Abril	
2.5.1. A empresa	31
2.5.2. A programação televisiva em 1970	35

### 3. A RTP e o 25 Abril de Abril de 1974

3.1. A RTP no golpe de estado de 25 de Abril de 1974	39
3.2. Uma televisão ocupada por militares: a adesão ao Movimento das Forças Armadas	46
3.3. Uma nova programação	
3.3.1. Rupturas e continuidades com o período marcelista	51
3.4. Os programas de produção interna	57
3.4.1. <i>A política é de todos</i> : um programa paradigmático	64
3.5. Uma semana televisiva após o 25 de Abril	66

### 4. RTP 1974-1975: uma televisão na transição para a democracia

4.1. A RTP no início do processo revolucionário: do golpe militar de 25 de Abril até ao 28 de Setembro de 1974	72
4.2. As mudanças que Setembro trouxe	79
4.2.1. A Comissão Consultiva de Programas	81
4.2.2. O Estudo de Audiência	84
4.2.3. A programação televisiva no início de 1975	89

4.2.4. O 11 de Março na RTP	91
4.3. A RTP no PREC	94
4.3.1 O <i>Programa do MFA</i>	97
4.3.2. O Verão quente de 1975 na RTP	99
4.4. A fase final do PREC	103
<b>Conclusão</b>	107
<b>Bibliografia</b>	115
<b>Anexos</b>	
Anexo 1: Semana televisiva em 1970	i
Anexo 2: Mapa tipo apresentado a 24 de Maio de 1974	ii
Anexo 3: Semana televisiva em Julho de 1974	iii
Anexo 4: Semana televisiva em Janeiro de 1975	v
Anexo 5: Semana televisiva em Abril de 1975	vii
Anexo 6: Semana televisiva em Agosto de 1975	ix



## 1. Uma televisão e uma revolução

### 1.1. A *televisão* enquanto objecto de estudo

Toda a gente vê televisão. Mesmo os que afirmam que não, afirmam-no porque têm uma determinada concepção sobre ela pois, tal como afirma Cintra Torres, “toda a gente tem opiniões sobre televisão” (Torres 1998: 8). Um exercício analítico sobre o objecto televisivo terá que fazer a transposição do acto de *ver televisão* ao acto de *ler televisão*. Embora *ver TV* já pressuponha a utilização de algumas ferramentas de enquadramento (que permitem, por exemplo, distinguir um programa de ficção de um documentário), *ler* as imagens que nos são transmitidas pelo dispositivo televisivo requer um esforço de distanciamento e de frieza, já que a televisão é um “meio de relação e de sedução, que estabelece uma relação de empatia com o auditório com base na emoção” (Chaniac, Jézequel 2005, p: 4). O enraizamento desta experiência emocional que é a televisiva é, pois, o primeiro dos obstáculos com que nos deparamos no estudo da televisão. O primado desta experiência, que é baseada na observação, está de tal modo ancorado em nós, que faz que se torne difícil olhar para a televisão enquanto campo de estudos (Jost 2005).

Os trabalhos de investigação sobre o pequeno ecrã têm incidido, na sua maioria, sobre os seus efeitos enquanto poderoso meio da indústria da cultura de massas. Em 1954, num artigo intitulado *How to look at television*<sup>1</sup>, Adorno adverte para as consequências perniciosas do novo meio de comunicação de massas. Para este autor, a estrutura multifacetada da TV articula uma mensagem aberta e uma outra escondida, sendo que o propósito final será fazer passar especialmente a mensagem escondida, a qual preconiza a manutenção do *status quo*. Os efeitos da televisão devem, por isso, ser estudados com a ajuda de categorias psicológicas e de um conhecimento prévio acerca da cultura de massas. Só assim se poderão cristalizar os conceitos teóricos que permitirão estudar o efeito da TV, isto é: o seu impacto nas várias camadas da personalidade do espectador. Expondo os mecanismos utilizados pelo pequeno ecrã, o qual opera sobre a guisa do falso realismo, o público ficará sensibilizado e, por isso, mais resistente relativamente aos seus efeitos nefastos.

---

<sup>1</sup> Adorno, T.W, ‘How to look at television’ in *The Quarterly of Film Radio and Television*, Vol 8, N° 3, Spring 1954, pp.213-235

Adorno e Horkheimer argumentaram que toda a indústria cultural visa embrutecer e tornar passivo o público consumidor (que assim nunca deixará de se constituir apenas como massa) através dos seus produtos serializados. Para estes autores, os meios audiovisuais, em especial a televisão, produtores destes objectos, são assim desprezíveis (Jost 2005).

Já nos anos 90, Bourdieu<sup>2</sup> faz uma crítica feroz à televisão, advogando a existência de mecanismos ocultos que a informação televisiva utiliza e que exercem censuras de toda a ordem, numa estratégia de agenciamento de conteúdos e saberes que visa a manutenção da ordem vigente.

Mas os discursos produzidos e publicados acerca da televisão, referem-se a programas específicos (nomeadamente informativos) ou aos efeitos potenciais do meio televisivo como um todo. Por exemplo, quando Bourdieu se refere à televisão, tem apenas em conta a informação televisiva (Jost 2005: 11). Tal como François Jost adverte, as análises feitas sobre a mal afamada televisão têm incidido mais sobre conjuntos de programas e menos sobre a programação, considerando-se, nos meios académicos, ser mais digno estudar filmes do que emissões televisivas.

O ponto de partida da maior parte dos discursos e dos estudos sobre televisão é que ela é uma coisa má, com efeitos ruinosos para a sociedade. Jerry Mandler, adoptando uma posição extremista, apresenta os seus argumentos para eliminar totalmente a TV, advogando que a variada gama dos seus efeitos nocivos justificam o seu fim. Para este autor, a televisão, segundo a maioria dos estudos, “parece causar dependência” inibindo os processos cognitivos. “Distorce a esfera sensorial provocando desorientação e confusão” entre o real e a ficção, “suprime e substitui a imagética criativa do ser humano, incentiva a passividade em massa e prepara os indivíduos para aceitarem a autoridade”. Concluindo: “a televisão limita e aprisiona o conhecimento humano” (Mandler 1999: 433).

Mas será apenas isso que a televisão faz? A TV veio realizar um velho sonho da humanidade que era o de ver à distância. E a sua concretização abre múltiplas possibilidades, positivas e negativas, como a própria evolução da televisão demonstra. Tal como Jost, cremos que há um preconceito e um julgamento de valor acerca da TV, supondo-a como um meio sujo (Jost, 2005, p. 9) e essa pressuposição tem influenciado todos os discursos que se produzem acerca dela.

---

<sup>2</sup> Bourdieu, Pierre, *Sobre a televisão*. Oeiras: Celta, 2001

## 1.2. Os estudos televisivos em Portugal

Por cá, as preocupações de várias ordens (moral, cultural, científica, política) que a televisão levanta não encontram correspondência nos estudos sobre os seus conteúdos, formas e práticas em Portugal (Pinto 2000: 17), fazendo com que a bibliografia portuguesa sobre TV seja escassa. Enquadrados nos estudos gerais sobre os media, nas últimas duas décadas, produziram-se alguns trabalhos que “desbravaram caminhos, como o da inserção do meio televisivo no universo familiar e social das crianças, o estudo dos efeitos da violência sobre os públicos infantil e juvenil, ou ainda, entre outros, o da análise do texto televisivo. Neste último caso, a aproximação tem sido, em especial, ao jornalismo televisivo e ao texto escrito das notícias” (Torres 2006: 17).

As pesquisas que se debruçam sobre a influência da TV no seu público juvenil reconhecem “a importância da televisão no processo de socialização das crianças que influencia a forma como elas percebem o mundo em que vivem e a visão que têm de si próprios e dos outros”.<sup>3</sup> Destacamos o trabalho realizado por Manuel Pinto, *A televisão no quotidiano das crianças*<sup>4</sup>, que apresenta uma abordagem contextualizada da TV enquanto prática social quotidiana (especificando a sua investigação no caso concreto das crianças). O autor apresenta-nos uma proposta de análise do papel da televisão na sociedade, enquanto elemento estruturante das rotinas quotidianas, sem esquecer contudo que o seu uso é também condicionado pelo quadro de normas e de valores do contexto de receção (Pinto 2000: 17).

A noção de que a televisão, mais do que um instrumento de percepção do mundo, constrói representações e modifica as percepções da realidade é um pressuposto teórico que atravessa as investigações sobre programas de TV e sobre os seus efeitos.

O estudo sobre ambiente e televisão, orientado por Luísa Schmidt<sup>5</sup>, parte precisamente da hipótese que a TV tem o poder de construir saberes acerca de temas específicos. Esta investigação em concreto analisou a programação da RTP no que se referia ao ambiente, com a intenção de perceber qual foi o papel da televisão na construção do saber ambiental dos portugueses.

---

<sup>3</sup> Maria Emília Brederode Santos prefaciando o livro de Sara Pereira, *A minha TV é um mundo* (2007)

<sup>4</sup> Pinto, Manuel Joaquim da Silva, *A televisão no quotidiano das crianças*. Porto : Afrontamento , 2000

<sup>5</sup> Schmidt, Luísa, *Ambiente no Ecrã. Emissões e Demissões no Serviço Público Televisivo*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais

A questão do poder e influência da TV na sociedade levou também a que a análise dos conteúdos televisivos ligados à informação e ao jornalismo tenha vindo a ser uma das áreas de maior investimento dos estudiosos da televisão. O fim do monopólio televisivo do Estado, o aparecimento das estações privadas e a entrada numa nova era televisiva concorrencial fizeram com que a informação televisiva se transformasse numa informação-espectáculo (Brandão 2002). Esta evolução, para além de ter suscitado alguns estudos de grande envergadura,<sup>6</sup> levantou algumas questões acerca das políticas de comunicação seguidas pelas empresas de televisão e, concretamente, sobre a questão do serviço público de televisão. Na verdade, a partir dos anos 90, a transformação do panorama audiovisual português originada pelo fim do monopólio da RTP e pela entrada dos novos operadores privados suscitou discussões de várias ordens centradas na questão da missão do serviço público de televisão no contexto de um mercado concorrencial, onde a procura de audiência provocou profundas alterações na programação televisiva e no modo como esta é pensada.

Apareceram também novos géneros programas, eles próprios instigadores de acasas contendas (e conseqüentes publicações de livros e artigos), como os *reality shows*, que puseram em causa todas as fronteiras entre privado e público bem como os limites legais da programação televisiva.

Se escasseiam os estudos sobre televisão em Portugal, as obras que abordam o tema numa perspectiva histórica são em número ainda mais reduzido.

### 1.3. Televisão e História

Vasco Hogan Teves, funcionário da RTP, publicou algumas obras que se constituem como documentos únicos para a construção de uma história da televisão em Portugal. Apresentando inúmeros factos, são obras dedicadas especificamente à história da RTP, o que as torna singulares na bibliografia portuguesa sobre história da televisão.

Já Francisco Rui Cádima tem desenvolvido um trabalho de investigação muito aprofundado sobre a história da televisão em Portugal, concretamente no que diz respeito à

---

<sup>6</sup> Referimo-nos, por exemplo, ao estudo de Nuno Goulart Brandão sobre a abertura dos telejornais das televisões generalistas entre 2000 e 2001, de modo a analisar quais as categorias temáticas dominantes (Brandão 2002). Já a investigação de Cintra Torres, recorrendo à categoria grega da tragédia, incidiu sobre o tratamento televisivo de dois acontecimentos trágicos (a queda da ponte Hintze Ribeiro e o 11 de Setembro de 2001) procurando provar a existência de um género infodramático: a tragédia televisiva (Torres 2006).

sua relação com o poder. A sua análise da história da TV portuguesa, baseada numa investigação exaustiva dos serviços noticiosos da RTP durante o Estado Novo, é feita precisamente com base na ideia de que a comunicação televisiva cumpre os propósitos do poder que domina o dispositivo televisivo, reflectindo, por isso, o tipo de sociedade que a produz (Cádima 1996). Tal como este autor a descreve no *Dicionário de História do Estado Novo*, "primeiro com Salazar e mais tarde com Marcelo Caetano, a RTP foi sempre, designadamente através dos seus serviços noticiosos regulares, o principal porta-voz da política totalitária dos dois ditadores do Estado Novo" (Cádima 1996: 971).

Acerca da relevância histórica da televisão na evolução da sociedade portuguesa, teremos que procurar apontamentos e artigos dispersos por obras de carácter geral sobre a história de Portugal do século XX.

Quanto ao período que estudamos neste trabalho, 1974-1975, encontramos numa obra de referência, *Portugal 20 anos de democracia*<sup>7</sup>, um capítulo dedicado à evolução dos meios de comunicação social entre 1974 e 1986. Para o seu autor, Mário Mesquita "a génese do actual sistema mediático português situa-se no período pós-revolucionário de 1974-1975" (Mesquita 1994: 360). As lutas políticas que se seguiram ao 25 de Abril tiveram como uma das principais arenas os meios de comunicação social, e destas lutas ficaram marcas genéticas nas práticas e no sistema legal que temos hoje no nosso sistema de comunicação social.

Mesquita, num outro artigo, desta feita intitulado *Estratégias liberais e dirigistas na comunicação social de 1974-1975*<sup>8</sup>, aborda a questão da instrumentalização dos órgãos de comunicação social e o *dirigismo* que existiu durante a Revolução. Sintetizando as lutas e as opções estratégicas que se verificaram neste período através de uma perspectiva cronológica, dá-nos conta de vários acontecimentos que marcaram a história dos media portugueses. Começando pela abolição da censura e o estabelecimento e actuação de novos sistemas de controlo (a Comissão Ad Hoc), passando pela luta política e influência dos sindicatos e comissões de trabalhadores nas redacções e nas empresas, Mesquita descreve a evolução das estratégias de dominação ao longo do processo revolucionário. De facto, a obsessão pelo controlo dos media foi uma constante ao longo dos anos de 1974-1975. "Governantes inexperientes, divididos entre si (mais ou menos) temerosos das energias populares que o golpe militar libertara no País, partidos recém-criados sequiosos de acesso

---

<sup>7</sup> *Portugal 20 anos de democracia* / coord. de António Reis [Lisboa]: Círculo de Leitores, 1994

<sup>8</sup> Mesquita, Mário, 'Estratégias liberais e dirigistas na Comunicação Social de 1974-1975' in *Revista de Comunicação e Linguagens*, nº 8, Lisboa: Centro de Estudos de Comunicação e Linguagens, 1988. pp 85-113

à opinião pública, militares experimentados em campanhas de ‘acção psicológica’ nas colónias, disputavam a preponderância na televisão, na rádio, nos jornais” (Mesquita 1988: 96-97). Quanto à televisão, considerada o “nó górdio do sistema de comunicação social português” (Mesquita 1988: 102), é apontada como exemplo do clima tenso que se vivia por todos os órgãos de comunicação social.

O livro *Revolução e democracia*, que estuda as condições e circunstâncias em que um golpe militar se transformou numa revolução, dedica também um capítulo aos media na Revolução<sup>9</sup>. Francisco Rui Cádima é peremptório quando afirma que “de um ponto de vista formal, as relações entre poder e media não diferiram muito das estabelecidas no salazarismo e no marcelismo [...], a verdade é que os mecanismos protocolares e officiosos na informação predominaram muito para além da madrugada libertadora” (Cádima 1999: 321). Neste artigo, que explora a relação dos media com o poder revolucionário, Cádima reforça a ideia de que a televisão foi, através da informação, um instrumento de legitimação política. A referência neste texto a alguns programas produzidos no período 1974-1975, é feita numa perspectiva política, isto é, consideram-se os programas de forma a demonstrar como os mesmos eram permeáveis às lutas pelo poder que então se travavam em todos os órgãos de comunicação social.

Os poucos estudos dedicados aos media portugueses durante a Revolução centram a sua investigação sobre a manipulação e instrumentalização da informação, apontando a RTP como um dos principais órgãos de comunicação em que a luta pelo seu controlo foi mais acesa. O seu reconhecido potencial de propaganda gerou conflitos e controvérsias que se estenderam ao espaço público português, suscitando opiniões oriundas de várias facções da sociedade.

Será impossível medir qual o dispositivo comunicacional (jornais, rádio ou TV) que teve maior repercussão social durante a Revolução. No que diz respeito à informação produzida, num debate sobre o tema do 25 de Abril nos media internacionais, organizado pelo Diário de Lisboa e cujas actas estão publicadas na obra *O 25 de Abril nos "media" internacionais*<sup>10</sup>, fica a ideia geral de que “não há neutralidade jornalística possível quando estão em causa o próprio regime democrático, a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa” (Mesquita e Rebelo 1994: 269). Os jornalistas assumiam-se também como

---

<sup>9</sup> Cádima, Francisco Rui, ‘Os media na Revolução 74-76’ in *Revolução e democracia* / coord. de J. M. Brandão de Brito. - 1ª ed. - Lisboa : Notícias , 1999, pp. 321-362

<sup>10</sup> Mesquita, Mário e Rebelo, José, *O 25 de Abril nos media internacionais*, Porto: Afrontamento, 1994

actores, sendo difícil manter a neutralidade. A informação divulgada era, portanto, resultado da conjugação de vários factores, entre os quais a especificidade técnica do meio.

Acerca da influência decisiva da imagem relativamente à palavra, Adelino Gomes, jornalista que trabalhou em rádio e em televisão durante a Revolução, contrapõe que “o 25 de Abril foi a última revolução feita pela rádio”. Também Dominique Pouchin exemplificou que “as imagens de Portugal chegavam aos restantes países com 36 horas de atraso e o que chegava era um discurso palavroso, não o discurso da imagem” (Mesquita e Rebelo 2004: 216-217). Significa isto que a rádio, à partida, serviria melhor do que a televisão os propósitos informativos, pois permitia transmitir os sons dos acontecimentos sem atrasos – em directo. Uma RTP controlada podia optar por não transmitir os acontecimentos em directo, apresentando apenas, em diferido, imagens estrategicamente escolhidas e editadas. Mas estas afirmações referem-se à informação televisiva.

O discurso televisivo, concretizado na programação da RTP e que não se esgotava, de todo, na informação, alterou-se com o 25 de Abril de 1974. Entendemos que o discurso televisivo é construído através da articulação dos vários produtos (programas) apresentados numa grelha temporal, a programação televisiva.

#### **1.4. A programação televisiva**

O mapa tipo é a arquitectura que define o edifício (a programação) que dá sentido a cada bloco (programa). Os princípios envolvidos no acto de programar são muito semelhantes aos da construção narrativa, implicando sempre uma escolha, a qual define o próprio serviço de radiodifusão prestado pelo canal (Ellis 2000: 25). A televisão é um serviço, um instrumento de comunicação que transmite, através do mesmo dispositivo, discursos comunicativos diversos e, articulando vários géneros, a programação pretende muitas vezes o equilíbrio entre eles. Cremos que nessa articulação, que tem em conta variados factores, há sempre uma intenção que faz da programação uma narrativa televisiva contínua. “O débito televisivo não é entendido como um somatório de programas mas essencialmente como uma programação, isto é, como um produto pensado estrategicamente” (Pinto 2000: 47).

João Mário Grilo, num artigo com o sugestivo título *O grande programador*<sup>11</sup>, afirma que o que constitui o grande espectáculo da cena televisiva é o da programação, a qual consiste numa “serialização calculada e sistemática das imagens, desmultiplicando-as em inúmeras séries combinatórias, revelando-as através de um sistema de relações inesperadas, algumas vezes surpreendentes, quase sempre paradoxais” convertendo o ecrã num “lugar de experimentação accidental do visível, num gigantesco aparato de montagem: as imagens e os sons tornam-se dependentes de um horário, de um presente televisivo”. Assim, a “imagem de televisão corresponde menos às imagens que ela difunde do que à programação que as organiza e que, em última instância, as *pensa*” (Grilo 1989: 74).

Entendemos então que a programação não é um catálogo, que apresenta uma justaposição de programas, mas antes um *fluxo contínuo de televisão*. Raymond Williams propôs este mesmo conceito na obra *Television, technology and cultural form*<sup>12</sup>, aplicando esta concepção de discurso televisivo relativamente à evolução na programação trazida pelas novas tecnologias, a qual fez com que a ordenação de programas se tornasse móvel, por oposição ao que acontecia na televisão de monopólio. “De acordo com a maioria das abordagens, o conceito de *fluxo* [...] marca e diferencia a forma de programar na ‘paleotelevisão’ do tipo de programação predominante na ‘neotelevisão’”<sup>13</sup>.

Como poderemos então aplicar estes conceitos na programação televisiva em Portugal em meados da década de 70, quando uma única televisão, com apenas dois canais (sendo que a programação exclusiva do 2º Programa não era relevante) detinha o monopólio do serviço de radiotelevisão?

Uma das alterações provocadas pelo 25 de Abril de 1974 na televisão portuguesa foi precisamente a urgência de um novo mapa tipo que satisfizesse as exigências de uma nova televisão que tinha surgido com a revolução. E, durante o período revolucionário, as alterações na grelha de programas são também resultantes das tensões político-sociais às quais a RTP era permeável e nas quais estava envolvida. Nos documentos orientadores sobre televisão, produzidos pelo novo poder emergente, encontramos indicações sobre como programar, nomeadamente acerca do peso que cada género deveria ter no mapa tipo.

---

<sup>11</sup> Grilo, João Mário, ‘O Grande Programador’ in *Revista de Comunicação e Linguagens*, Lisboa: Centro de Estudos de Comunicação e Linguagens: 1989, Nº 9, pp. 73-85

<sup>12</sup> Citado por Sara Pereira (Pereira 2007:p.17-18) num capítulo dedicado ao conceito de programação.

<sup>13</sup> Os conceitos de neo e paleo televisão, apresentadas por Umberto Eco (1968) fazem a distinção entre a televisão de monopólio, que tem como missão informar, educar e distrair (paleotelevisão) e o sistema televisivo consequente da abertura do mercado, com uma forte e decisiva componente concorrencial. Esta distinção tem a “sua pertinência teórica e histórica [...] mas na realidade, o que encontramos são sistemas televisivos mistos, em que estes dois modelos se sobrepõem e co-existem” (Pereira 2007: 21)

E uma análise do conjunto de novos programas que surgiram após Abril ficaria incompleta sem uma contextualização dos mesmos no discurso total da estação, isto é, na sua programação. É então o conceito de *fluxo* que nos permite entender o novo tempo televisivo que surgiu no período revolucionário.

O 25 de Abril proporcionou, não só com o fim da censura como também através da nova concepção do que devia ser a televisão que trouxe, a tentativa de realização de um novo tempo televisivo. A revolução portuguesa originou, portanto, uma alteração no quotidiano televisivo.

Qualquer mapa de programas contém marcas da história de um canal da televisão nacional como um todo, assim como dos hábitos particulares da vida nacional (Ellis 2000: 26). Quanto ao tempo, uma grelha de programas divide o dia em vários segmentos horários, contendo pontos fixos (programas ou géneros) que não se movem pois contêm presunções acerca do quotidiano, nomeadamente acerca do horário de trabalho, dos horários escolares, das horas de ir deitar. No fundo, um mapa de programas pressupõe ritmos imaginários de um lar: horas onde há mais distrações, como o final da tarde, onde se colocam mais magazines, depois, já no início da noite a disponibilidade para ver TV é maior, sendo então possível colocar no ar programas mais longos, e ao final da noite, têm-se em conta os telespectadores nocturnos. Outros factores sazonais como as férias, os feriados, as estações do ano, os grandes eventos são considerados na programação (Ellis 2000: 27).

### **1.5. A televisão e a revolução**

Será que houve uma programação televisiva revolucionária?

O nosso objecto de estudo é, precisamente, a programação televisiva durante o período revolucionário, no 1º Programa da RTP, já que o 2º canal, nesta altura, não tinha programação própria relevante. Estabelecemos como limite temporal o tempo decorrido entre o 25 de Abril de 1974 e o 25 de Novembro de 1975. Analisando a programação como um todo, tomaremos especial atenção ao conjunto de novos programas de produção interna que surgiram após o golpe militar de Abril.

De fora da nossa análise fica a informação televisiva já que os *Telejornais* do período revolucionário, por si só, teriam direito a ser objecto de uma investigação minuciosa. Ressalve-se ainda que, quanto às séries e filmes, estas mereceriam também uma pesquisa e

observação mais aprofundada do que tivemos oportunidade de fazer neste trabalho. De qualquer modo, todos os programas serão considerados na perspectiva total da programação.

O Arquivo Histórico da RTP foi a fonte mais importantes de dados e documentos que permitiram (re)constituir os mapa de programas que apresentaremos. Os programas analisados, do Arquivo Audiovisual da RTP, foram essenciais para a compreensão do que era a televisão durante a Revolução e o visionamento dessas imagens, muitas das vezes impressionantes, funcionaram como prova de que existiu, de facto, uma nova forma de fazer (e, conseqüentemente, de ver) televisão.

Organizamos o texto da seguinte forma:

Começamos pelo princípio: o aparecimento e os primeiros anos do estabelecimento da televisão em Portugal. Após uma breve resenha do nascimento da RTP analisamos, de forma resumida, a primeira proposta de programação televisiva. A Radiotelevisão Portuguesa dá os primeiros passos nos anos 50, e nos anos 60 evolui tanto na sua estrutura empresarial e de expansão quanto no que concerne à sua grelha de programas. Dada a sua importância e influência entre a população, a televisão é, desde a nascença, instrumentalizada por parte do governo e utilizada como aparelho de propaganda da ideologia do regime ditatorial. Para que tal se tornasse possível, foi preciso constituir um aparelho censório, que não permitisse que surgissem imagens no pequeno ecrã que pusessem em causa os princípios do Estado Novo. No final dos 60, já com Marcelo Caetano no poder, a RTP entra numa nova fase, onde após alguma abertura com a introdução de alguns novos programas, se mantém e requinta-se a estratégia de propaganda e de apropriação, com uma actuação directa por parte do presidente do Conselho, através das *Conversas em família*. Contudo, algumas vezes não alinhadas com o regime fizeram-se ouvir através de um conjunto de programas culturais, aos quais vamos dedicar algumas páginas. De modo a entender quais as alterações que o 25 de Abril trouxe, vamos analisar como era a RTP e a sua programação no início dos anos 70.

No 3º capítulo, abordamos a relação entre a RTP e o golpe militar de 25 de Abril de 1974, tomando como ponto de partida o papel que a televisão desempenhou na operação *Fim de Regime*, que pôs fim ao regime ditatorial de Marcelo Caetano. Após o golpe, a Radiotelevisão Portuguesa foi ocupada pelos militares, ficando sob a égide do Movimento das Forças Armadas e essa adesão ao movimento trouxe consigo alterações imediatas de

vária ordem, nomeadamente no que diz respeito à programação. Uma nova Comissão de Programas, nomeada pelo MFA, propôs um novo mapa tipo, o qual apresentava rupturas mas também continuidades com o período marcelista. A grande novidade na programação dos primeiros meses após Abril foi o lote de novos programas de produção interna que surgiram, imbuídos de um novo espírito, que, livre da censura, pretendiam produzir um novo discurso televisivo, mais próximo da realidade social e política. Como exemplo do que de novo se fez na RTP, procederemos à análise de um programa em concreto, *A política é de todos*, o qual se constitui como paradigma de uma forma de fazer e de utilizar a televisão. Finalmente, será através de uma análise de uma semana televisiva que poderemos sintetizar e entender que nova programação e que novo quotidiano televisivo surgiu em consequência do 25 de Abril.

A RTP acompanhou e fez parte do processo de transição para a democracia entre 1974 e 1975. Os acontecimentos chave foram vividos (e também difundidos) nos estúdios de TV e, ao longo destes dois anos, a Radiotelevisão teve o seu próprio período revolucionário, inserido no contexto geral da situação do país. É a evolução desse período que abordaremos no capítulo 4.

A primeira fase, até aos acontecimentos de 28 de Setembro de 1974, é analisada, relativamente à programação, no capítulo 3 e tomamos agora em consideração as alterações ao nível da estrutura empresarial e das orientações normativas que caracterizaram estes primeiros meses. Prosseguimos então a história da RTP com os acontecimentos de Setembro e as mudanças que este acontecimento provocou na empresa. Nomeadamente, sob a presidência de Ramalho Eanes, apontamos como relevante a criação e actuação da Comissão Consultiva de Programas e a realização de um estudo de audiências, publicado já no início de 1975. Tendo em conta todas estas vicissitudes revolucionárias, faremos uma análise da programação televisiva no início de 1975.

Com os acontecimentos de 11 de Março de 1975, inicia-se a uma nova fase da Revolução, e também a RTP tem a sua participação no PREC. A programação televisiva, permeável a todas as condicionantes político-partidárias, e não só, ia sofrendo alterações à medida que o Verão Quente se aproximava e é desta evolução que vamos dar conta. A televisão, que se acreditava ser um poderoso meio para influenciar a população, era cobiçada pelas várias forças em confronto neste período e para ilustrar esta instrumentalização da RTP, dedicaremos algumas páginas ao modo como os militares produziram o seu próprio programa, o *Programa do MFA*.

Finalmente, veremos como se viveu na RTP, e na sua programação, a fase final do PREC e os acontecimentos do 25 de Novembro.

## 2. O nascimento da televisão em Portugal

### 2.1. A criação da RTP, SARL

As primeiríssimas experiências de televisão em Portugal remontam aos anos 20, quando um grupo de futuros engenheiros radioamadores constrói um disco de Nipkow e consegue ver umas fugazes imagens animadas. Nos anos 30, Abílio Nunes dos Santos pensou em construir uma estação de televisão mas acabou por desistir perante os conhecimentos técnicos exigidos, bem como face ao montante de capital que seria necessário para tal empresa. Já nos anos 50, quando muitos países da Europa iniciam ou consolidam as suas emissões regulares de TV, é criado em Portugal o Gabinete de Estudos de Televisão, no âmbito do Gabinete de Estudos e Ensaios da Emissora Nacional. E a 15 de Dezembro de 1955 realiza-se a escritura dos estatutos da sociedade da Radiotelevisão Portuguesa SARL (Decreto-Lei n.º 40 341).<sup>14</sup>

Marcelo Caetano foi o grande impulsionador da televisão em Portugal, tendo sido o principal responsável pela dinâmica legal e pela estratégia empresarial do novo serviço de radiodifusão e, inclusivamente, pelo esquema de distribuição do capital entre o Estado e os outros accionistas (Cádima 1996: 28). A RTP, SARL foi constituída como sociedade anónima de responsabilidade limitada da qual foram fundadores pessoas singulares e colectivas de direito público e privado, com o objectivo de instalar e explorar, em território português e mediante a concessão outorgada pelo Estado, o serviço público de radiodifusão, na sua modalidade de televisão. Quanto à distribuição das acções, o Estado era detentor de 20 mil, sendo o restante terço de capital distribuído pelas emissoras de radiodifusão particular. A parte que cabia ao público foi também subscrita em acções de 1000 escudos das quais os bancos e algumas instituições de crédito se tornaram responsáveis (Teves 1971: 105). O artigo 12º dos Estatutos da Radiotelevisão Portuguesa, SARL deliberava que o presidente da administração da sociedade era nomeado pelo governo. O primeiro presidente da RTP foi Camilo de Mendonça, “membro da União Nacional, tido como o ‘delfim’ de Marcelo Caetano” (Cádima 1996: 29).

---

<sup>14</sup> *Diário do Governo* n.º 226, 18-10-1955

O termo do contrato de concessão foi outorgado a 16 de Janeiro de 1956<sup>15</sup> e a concessão, declarada como sendo de utilidade pública (artigo 8º), era dada pelo prazo de vinte anos.

Encontramos no artigo 10º deste documento algumas obrigações relativas à programação. Relativamente à composição e duração dos programas, o contrato impõe à concessionária “organizar programas de elevado nível, com a composição e duração aconselháveis, de modo a preencher, nas melhores condições possíveis, as necessidades do público”. A orientação acerca da duração e composição dos programas é, à primeira vista, vaga. Contudo, o número dois deste mesmo artigo décimo, relativo às características dos programas, explicita que os mesmos “deverão ter carácter essencialmente educativo, recreativo, cultural e de informação, dentro dos princípios morais e sociais instituídos pela Constituição Política da Nação”. Deste modo, a programação devia estar enquadrada dentro dos princípios do Estado Novo. E para que tudo se passasse dentro do controlo do governo, os serviços televisivos seriam fiscalizados por um Comissário do Governo, ao qual competia “acompanhar toda a actividade da sociedade, assistindo às reuniões da Assembleia-geral e dos corpos gerentes, com direito de suspender, até resolução do Governo, as deliberações que considerar ilegais ou inconvenientes ao interesse público”.

Após a assinatura deste documento, e segundo nos relata Vasco Hogan Teves, Marcelo Caetano reafirmou o interesse do Governo neste novo empreendimento que era a instalação da televisão em Portugal, afirmando que “a televisão é um instrumento de acção, benéfico ou maléfico, consoante o critério que presidir à sua utilização. O Governo espera que os dirigentes do novo serviço público saibam fazer desse instrumento um meio de elevação moral e cultural do povo português” (Teves 1971: 109). E assim começava a história de uma televisão ao serviço do poder.

No processo de criação da empresa RTP, SARL, encontramos alguns aspectos que se constituem como marca genética da televisão em Portugal. O controle do governo sobre este novo meio é legalmente estabelecido no contrato de concessão e a TV nasce assim sob a alçada e dependência total do Estado. A própria programação é sujeita a uma norma orientadora que obriga que a produção de programas seja realizada em concordância com os valores promovidos Estado Novo. O regime ditatorial, intuindo a grande influência do meio televisivo, não quis deixar que este escapasse à sua vigilância.

---

<sup>15</sup> Este contrato foi publicado no *Diário do Governo* nº 21, III Série, de 25-01-1956

Todo o processo de desenvolvimento da Radiotelevisão em Portugal é condicionado pelo elevado peso do governo que se sente desde a sua constituição, o que faz com que a televisão se apresente, desde o seu nascimento, como estando ao serviço do poder. Esta subserviência governamental tem também consequências na programação emitida.

Vejam agora a primeira programação televisiva.

### 2.1.2. A primeira programação televisiva

Ao analisarmos os primeiros alinhamentos de programas, apresentados pela Radiotelevisão Portuguesa no arranque da televisão em Portugal, vislumbramos a génese da programação da RTP nos anos seguintes.<sup>16</sup> Mesmo sabendo que condicionantes de ordem técnica e humana influenciavam o que era emitido, estava já latente uma identidade televisiva.<sup>17</sup>

Após alguns meses de emissões experimentais, a 7 de Março de 1957, quinta-feira, iniciam-se finalmente as emissões regulares da RTP com a apresentação dos seguintes programas: *Canções a granel* (produção de Francisco da Mata e realização de Rui Ferrão), o *Noticiário* (com Gomes Ferreira e Luís Arnaud Pombeiro e ainda Lança Moreira, com a crónica desportiva), um documentário sobre a TAP, um programa de estúdio com bailado e as últimas notícias.

Mais tarde, estreia-se o *Teleteatro* com peças de Tchekov, Miguel Torga, Musset, Synge e exibem-se também alguns programas americanos. Quanto ao entretenimento produzido internamente, apresentam-se as *Variedades*, um programa de fado com cenário e figurantes (*Lisboa à noite*); *Miradoiro*, espaço de entrevistas; um concurso, *Veja se adivinha*, feito em conjunto com a revista Rádio e Televisão. Cabem também nos primeiros mapas de programas os magazines temáticos, como são exemplo os programas tauromáquicos: *Touro e toureiros* e *Festa Brava*. São transmitidos documentários e programas mais educativos como *Juventude no mundo* – programa de intercâmbio entre estações de TV de vários países. A informação era apresentada no *Jornal de Actualidades* e havia bastantes rubricas de desporto: *O Domingo visto de véspera*, *Imagens do domingo desportivo*, *Revista desportiva*, *Vida*

---

<sup>16</sup> Para tal, servimo-nos, para além dos documentos do Arquivo Histórico da RTP, do relato pormenorizado que Vasco Hogan Teves apresenta no seu livro *Vamos falar de televisão* (1971)

<sup>17</sup> O conceito de identidade televisiva é explorado no livro *Comprendre la television*, de François Jost (2005). Para este autor, a programação de um canal de televisão exprime uma intenção e, no seu todo, constitui e define a sua identidade televisiva.

*Desportiva, Tribuna Desportiva, História de um Ás.* Com as emissões regulares, também se iniciaram os programas infantis.

Encontramos assim uma programação inicial que privilegiava a área de entretenimento e os magazines temáticos, contanto ainda com pouca ficção. Esta era a programação possível nos primeiros tempos da Radiotelevisão Portuguesa.

O projecto televisivo da RTP continha, por um lado, evidentes características de veículo de difusão dos valores do Estado Novo, com a censura operada na informação mas não só. Também os restantes programas de produção interna cultivavam esses mesmos valores, concorrendo numa temática homogénea, sem sair do legalmente estabelecido.

Por outro lado, a televisão era um meio de comunicação revolucionário em Portugal. Emitia novidades, que escapavam ao pente fino da censura, que fizeram deste meio um importante agente de evolução das mentalidades. Os anos 50 e 60 foram anos de grande desenvolvimento industrial em Portugal e o aparecimento da televisão, enquanto meio de comunicação da indústria cultural de massas por excelência, deu aos portugueses a possibilidade de serem também telespectadores, como já o eram tantos cidadãos de países mais evoluídos. E essa vertente da cidadania foi, por si só, um grande feito e teve consequências sociais muito relevantes.

## **2.2. Os anos 60 e a evolução da RTP**

Tendo iniciado as suas emissões regulares há pouco tempo, nos anos 60 a RTP era uma jovem estação de televisão, ainda a organizar a sua estrutura tanto no que diz respeito à sua expansão empresarial, nomeadamente a cobertura territorial do sinal televisivo, como também em termos de personalidade e identidade, isto é, quanto ao rumo da sua programação.

Com o início da Guerra Colonial, Salazar, que sempre manteve relativa distância do pequeno écran, começa a olhar para a televisão com outros olhos, reconhecendo a utilidade deste meio durante o conflito em África. Camilo de Mendonça, o primeiro presidente da RTP, próximo de Marcelo Caetano, é então afastado e substituído por Luís de Athayde, o qual toma posse como presidente em 1960, ano em que a RTP transmite com grande pompa as Comemorações Henriquinas.

Em 1964 a RTP participa pela primeira vez no Festival Eurovisão da Canção, iniciando-se aqui uma euforia cançonetista que perduraria ainda por muitos anos. O ano de

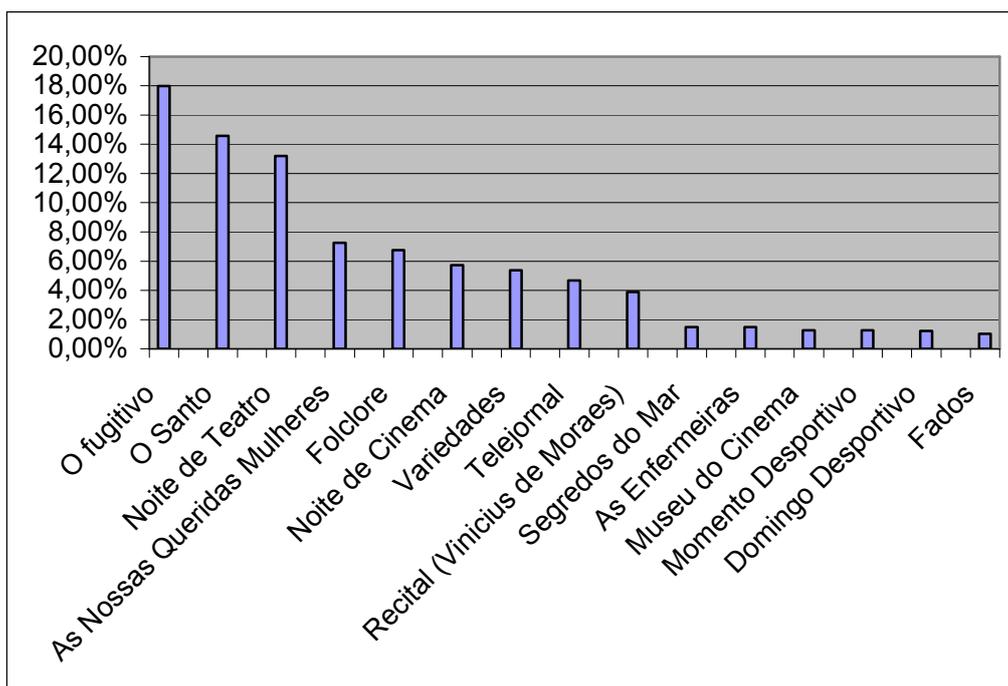
1964 trouxe ainda duas novidades importantes: a utilização de equipamentos de registo magnético – videotape – que possibilitou um aumento na produção de programas e facilitou a sua transmissão, e o início da emissão de programas de televisão escolar e educativa – a *Telescola*. O Anuário da RTP de 1964 (o primeiro a ser feito) dá uma ideia do que se pensava e se assumia como sendo a missão da RTP, quando falava da “finalidade educativa e formativa que deve ser o mais importante objectivo de um meio de comunicação de tão excepcional alcance como a televisão”.

A 1 de Julho de 1966, João Duque toma posse como o terceiro presidente da RTP e a 25 de Dezembro de 1968, principiam as emissões do 2º Programa, com a entrada em funcionamento do Emissor de UHF, instalado em Monsanto, na cidade de Lisboa. Segundo o Anuário de 1966, o sinal da RTP chegava a 71% do país e em 1969 atingia os 91%.

No final da década de 60, mais concretamente em 1969, o Serviço de Estatística da RTP promove um estudo sobre o Auditório Nacional de Televisão, o qual é realizado pela Sociedade de Estudos e Realizações Técnico Económicas. Este estudo, feito através de inquérito directo, concluiu que 82% das pessoas inquiridas viam televisão, sendo que Lisboa e Porto eram as zonas onde se via mais televisão. As mulheres, domésticas, constituíam a grande maioria dos telespectadores (32%) seguidas, com grande distância, pelos agricultores e pelos operários não especializados (9%).

Este gráfico apresenta alguns dos programas, em termos percentuais de audiências, os quais, segundo este estudo, eram os mais apreciados:

**Tabela dos programas mais apreciados - 1969**



Esta tabela permite-nos ter uma noção de que parte da programação apresentada pela RTP criava maior empatia no público televisivo. E, como podemos observar, duas séries estrangeiras lideram o top dos programas mais apreciados em Portugal.

A série *O Fugitivo* tem como personagem principal o Dr. Richard Kimble, um homem que é injustamente acusado do assassinato da sua esposa e que parte em busca do responsável do crime, de modo a provar a sua inocência. *O Santo* é protagonizado pelo actor Roger Moore, interpretando Simon Templar, uma espécie de Robin Hood dos tempos modernos. Os enredos ficcionais destas séries de acção continham elementos do quotidiano dos países desenvolvidos, onde elas se passavam. Assim, a televisão acabava por dar a ver à sociedade portuguesa como era a vida no mundo democrático através das séries estrangeiras. E era precisamente esse o género televisivo que mais captava o interesse dos telespectadores. Afinal, os espectadores portugueses não eram tão diferentes daqueles dos países democráticos, onde estes programas televisivos obtinham também sucesso (*O Santo* foi transmitido em mais de 60 países) e audiência. Nem Portugal escapava à onda dominante e eficaz da produção cultural da televisão americana (e também britânica).

Como o gráfico nos demonstra, estas séries estrangeiras estavam à frente, com grande margem, de programas como *Variedades*, nos quais desfilavam as vedetas do cançonetismo nacional, ou mesmo do *Telejornal*, arma de propaganda ideológica do regime,

que talvez estivesse já a ficar desacreditado junto de uma boa parte da sociedade. O único programa que se aproximava das séries estrangeiras era a *Noite de Teatro*. O *Teleteatro* foi, nos anos 60, uma forte aposta na programação da RTP.

Predominavam, contudo as séries americanas no mapa semanal de emissão da TV, comparativamente com os programas de produção interna. O relatório do Conselho de Administração da RTP de 1969 explicava que se as séries americanas tinham o problema do excesso de violência, as europeias tinham “inconvenientes de ordem moral, porventura ainda mais graves”.

Mas o excesso de violência não seria o único “problema” que estes produtos televisivos apresentavam ao regime. Mesmo depois dos cortes operados pela censura, permaneciam na estrutura da própria narrativa marcas do contexto democrático onde foi produzida, com elementos que punham de facto em causa a repressão social que se vivia em Portugal. Nomeadamente, elementos ligados às relações homem/mulher ou mesmo aos conceitos de luta pela liberdade e justiça social transmitidos pelas acções dos heróis destas séries. A ideologia ou, de um modo mais vago, as ideias que são veiculadas através da narrativa ficcional que encontramos nestes programas, constituíram-se como perigosas achegas para a evolução das mentalidades, durante a ditadura. Escapando muitas vezes aos cortes da censura, as séries acabavam por ser subversivas na medida em que, precisamente, punham em causa alguns dos dogmas morais e sociais que fundavam o sistema de valores do Estado Novo.

Na nossa análise, a hipótese de que estes produtos televisivos seriados (e também os filmes) contribuíram para a evolução da sociedade portuguesa é válida, pois cremos que estes programas enunciam, no seu discurso narrativo e na forma como foram produzidos, modos de vida inovadores (e por isso transgressores) relativamente ao modo como se vivia na sociedade portuguesa durante o Estado Novo.

No final dos anos 60, na programação da RTP, eram as produções externas e estrangeiras que tinham mais aceitação por parte do público. Não seriam apenas estes os programas a concorrer para o contexto social de mudança sentido em Portugal no final dos anos 60, concretamente no marcelismo. Também a presença de alguns intelectuais na programação televisiva contribuiu para lançar as sementes da mudança.

Mas toda a programação estava sujeita ao espartilho da censura. Como é que se constituiu um sistema de censura para um meio tão específico em termos tecnológicos como é o meio televisivo?

### 2.3. A construção do aparelho censório na RTP

A censura do que se passava no pequeno ecrã era o garante máximo do tão desejado e conveniente controlo da televisão portuguesa. É importante, por isso, entender como se organizava o aparelho censório na RTP.

Começamos pelo princípio. Em 9 de Fevereiro de 1957, na ordem de serviço nº 4, sai o Regulamento dos Serviços de Produção, aprovado pelo Conselho de Administração. Os Serviços de Produção eram dirigidos por um chefe de serviço, assistido por um conselho literário. Lê-se então que “ao Conselho Literário – independentemente das funções que lhe possam ser atribuídas junto do Comissário de Governo – cabe a apreciação de todos os textos e filmes, dos quais dará parecer ao chefe dos Serviços de Produção (...)”. Além dos Serviços de Produção havia um outro serviço que fazia o registo dos mapas diários de emissão. A ordem de serviço nº 8 de 1957 dá então conta do *Regulamento da Fiscalização de Programas*, e define que “as emissões da RTP são fiscalizadas por um serviço denominado Fiscalização de Programas”, serviço esse que estava directamente dependente da Administração e ao qual competia registar, entre outras falhas e deficiências, os textos inadequados ou a publicidade involuntária e clandestina.

Em 1961, na ordem de serviço nº 11, de 4 de Julho, que estabelece o regulamento e organização dos Serviços de Produção, lemos na secção VII, *Da Censura e dos Consultores de Programas*, que “todos os programas ou projectos com texto e os programas filmados serão apresentados no Gabinete Literário para apreciação e censura nos termos do regimento próprio, devendo o Serviço de Coordenação e Regência enviar ao Gabinete, semanalmente, o horário de ensaios de câmara”. Lê-se ainda que “à Comissão de Exame e Classificação de Espectáculos serão enviados, (...), todos os programas que lhe tenham de ser submetidos nos termos da legislação aplicável”.

Em 1962, são feitas algumas revisões de orgânica na agora designada Direcção dos Serviços de Produção, assim como em todos os serviços relacionados com os programas: Conselho de Programas, Gabinete Literário e Divisão de Verificação e Relações Exteriores. Esta reorganização, proposta pelo Director Geral, e aprovada pelo Conselho de Administração, surge dada a intensidade e o melindre do trabalho do Conselho de Programas. “A acção, a forma de funcionamento e até a própria constituição do Conselho de Programas afectam naturalmente a produção e merecem algumas reflexões”, lê-se na ordem de serviço nº 10 de 1962 e continua: “A existência de um Conselho de Programas foi proposta em face da necessidade de conferir a um órgão colectivo responsabilidades

que não deverão atribuir-se a uma só pessoa, quaisquer que sejam as suas qualificações”. Decide-se então que sejam nomeados para membros do novo Conselho de Programas o Director Geral, o Director dos Serviços de Produção, o chefe de Divisão de Noticiário e Desporto e o chefe do Gabinete Literário. E que sejam também convidados o Secretário Nacional de Informação, o Presidente da Comissão de Exame e Classificação de Espectáculos e um representante do Grémio da Imprensa Diária.

O espartilho criado pela constituição deste Conselho de Programas teria obviamente consequências em termos da programação concreta da RTP, e neste ano de 1962, a ordem de serviço nº 16 estabelece que o Gabinete Literário seja designado, “por forma a exprimir melhor – e até mais de acordo com a do órgão oficial similar – as funções que lhe cabem”, de Gabinete de Exame e Classificação de Espectáculos. Este gabinete tem como tarefas concretas: “1º exame e classificação de todos os filmes, incluindo os publicitários; 2º exame e classificação de todos os textos escritos; 3º assistência a todos os ensaios de apuro, sem prejuízo da presença em todos os restantes a que os censores julguem conveniente assistir; 4º exame das actualidades e noticiários”. Adverte-se para o facto de que “as tarefas do Gabinete de Exame e Classificação de Programas não devem ser exercidas com espírito de mera fiscalização. Aos seus membros incumbe encará-las, também, como actividades de formação e esclarecimento. (...) Os membros do Gabinete acautelarão sempre a defesa intransigente dos valores espirituais, morais, históricos e materiais que são património da Nação e actuarão de acordo com as leis em vigor e com a orientação da Comissão Oficial de Exame e Classificação dos Espectáculos”.

Este Gabinete gozava de autonomia nas suas decisões e dependia directamente da Administração e do Director Geral e era constituído por: um vogal, que prestava serviço permanente, encarregado do exame e classificação de pequenos textos e que assistia aos ensaios de programas; um vogal, que também prestava serviço permanentemente, e que examinava os textos de fundo – peças de teatro, folhetins, palestras; dois vogais, “em regime mais moderado de serviço”, que censuravam os filmes, e outro vogal para examinar o *Telejornal*.

Em 1964, numa actuação em directo, o cantor Francisco José lançou o pânico quando começou a contestar os baixos cachets que os cantores recebiam. Este famoso incidente levou a que o chefe do Gabinete de Exame e Classificação de Programas tomasse algumas medidas no sentido de prevenir semelhantes incidentes. Assim, fez notar ao Conselho de Administração que “os riscos maiores – como ensina a experiência – correm-se nas entrevistas e nos programas apresentados pelos intervenientes. São os casos em que

é mais fácil cometer o abuso. O corte do programa, (...), provoca sempre uma reacção desfavorável da parte do espectador. Psicologicamente, ele sente-se automaticamente do lado do interveniente a quem ‘calaram’”. A preocupação causada pelo incidente Francisco José estava relacionada com o facto de que se a intervenção “abusiva” do cantor “provocou grande celeuma e uma justificada preocupação, imagine-se o que poderia acontecer se se viessem a verificar outras sobre temas de carácter político, social ou religioso”. E assim o Conselho de Administração decidiu suspender as entrevistas em directo e a exigir que fossem apresentados previamente aos censores todos os textos, censores esses que tinham o poder de mandar cortar a emissão, caso fosse necessário.

Os censores tinham o seu trabalho organizado e bem distribuído e reuniam-se com frequência. Através da leitura das actas dessas reuniões<sup>18</sup>, relativas ao período entre Outubro de 1967 e Maio de 1969, podemos observar que todos os programas eram apreciados pelo Gabinete de Exame e Classificação de Programas, mesmo os religiosos. Este Gabinete tinha o poder de dizer o que podia ou não podia ir para o ar. Por exemplo, há o registo do Director Geral Matos Correia, em Janeiro de 1968, pedir a apreciação do Gabinete relativamente à possível aquisição de programas a Cuba. No que concerne aos motivos que levavam a que um programa, ou imagens de um programa, fosse reprovado, estes estavam relacionados com imagens ou palavras que constituíssem um ataque ou pusessem em causa os valores da moral e costumes do Estado Novo, como as cenas amorosas, o tamanho do cabelo dos rapazes ou indumentárias menos conservadoras. A guerra também era um tema muito delicado. Pode ler-se na acta de 10 de Maio de 1968, uma advertência do chefe do Gabinete, alertando os censores “para o facto de que nos filmes mais recentes serem abordados temas como o racismo, pacifismo, anti-militarismo, violência desmedida, anti-colonialismo, etc.”, temas para os quais se devia ter o maior cuidado. Já anteriormente, a 23 de Janeiro do mesmo ano, tinha sido dado o aviso em relação “às críticas que, sobretudo os sectores esquerdistas que dominam várias televisões, fazem à acção dos americanos na guerra do Vietname”.

Em 1969, o chefe do Gabinete deixa de ser António Caetano de Carvalho, que passa a assumir funções como Director Geral da Secretaria de Estado da Informação e do Turismo, e passa a ser José Cabral Tavares de Carvalho. Neste ano de 1969, há algumas referências a censura de textos de programas culturais como, por exemplo, a reprovação da poesia *Marcha Fúnebre*, de Pedro Homem de Melo, devido à sua letra e “actual conjuntura

---

<sup>18</sup> Estas Actas encontram-se no Arquivo Histórico da RTP

de Guerra no Ultramar”. Numa altura em que a guerra colonial se tornava a questão essencial para o impasse em que se encontrava governo de Marcelo Caetano, o chefe do Gabinete de Exame e Classificação de Programas aproveita mais uma vez para pedir a maior atenção no exame de textos que “pelo seu sentimentalismo doentio ou pacifismo condenável, possam criar um clima indesejável num País que se bate pela defesa do seu património moral e territorial”.

Esta descrição da construção do aparelho censório na RTP que acabamos de fazer demonstra até que ponto o regime ditatorial não deixava que a TV transgredisse as orientações gerais do Estado Novo, pelas quais se regiam todos os meios de comunicação social à altura. O controlo e a censura não se limitavam à informação mas estendiam-se a toda a programação, a qual era alvo de uma minuciosa apreciação do lápis azul, o qual, neste caso, significava cortar os pedaços de filme assinalados pelos censores.

A censura na televisão consolidou-se ao longo dos anos e tornou-se mais rigorosa com o agudizar do conflito no Ultramar. Contudo, e apesar da eficácia da censura, a televisão transmitiu, através das séries estrangeiras e de alguns programas de produção interna alguns conceitos divergentes da imagem que o regime pretendia que a RTP transmitisse.

## **2.4 O período marcelista na televisão portuguesa**

Em 1968, Marcelo Caetano substituiu Salazar na presidência do Conselho, passando a governar o país. Marcelo tinha sido um dos grandes impulsionadores da televisão em Portugal e, reconhecendo a sua importância como sector chave do aparelho de propaganda do regime, nomeia Ramiro Valadão presidente do Conselho de Administração da RTP. Valadão tinha sido director dos Serviços de Informação do Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo e ainda director da Casa de Portugal em Nova Iorque. E, a 8 de Abril de 1969, toma então posse como presidente da Radiotelevisão Portuguesa.

Em plena primavera marcelista, Valadão surge para dar um novo fôlego à programação televisiva, mas com propósitos bem claros.<sup>19</sup> Vasco Hogan Teves (1971)

---

<sup>19</sup> Valadão, num depoimento ao programa *Retratos de uma Televisão Pública-RTP*, prestado à jornalista Manuela Martins para a série “Enviado Especial” (RTP-1, 6.10.1996), diz que “tudo quanto foi programação de Televisão durante cinco ou seis anos que estive na RTP é da minha responsabilidade. Com objectivos políticos” citado por Teves (2007).

escreve, acerca deste desejo de renovar a televisão do presidente nomeado por Marcelo, que “à abertura de que se falava demais de modo pouco explícito, em diálogo de bastidores, será talvez preferível chamar viragem, porque, esta sim, existiu realmente na programação da RTP” (Teves 1971: 179).

Analisando o que se passou na RTP, na empresa e na programação, não utilizaremos o termo “viragem”, mas confirmamos que existiram algumas mudanças na gestão e nas directivas oriundas da administração. A gestão da RTP seguia a orientação dada por Marcelo Caetano a Valadão, orientação essa que está bem clara nesta carta escrita pelo presidente do Conselho ao presidente da RTP, em Dezembro de 1970: “Conto com o apoio fiel, dedicado e inteligente dos amigos, sobretudo daqueles a quem estão confiadas posições chave, como sucede consigo. A televisão é, nos tempos correntes, um instrumento essencial de acção política e nós não podemos hesitar na sua utilização – nem em vedar aos adversários da ordem social essa arma de propaganda”. E Marcelo acrescentava ainda, em jeito de advertência: “Sei que está atento mas nos tempos que correm toda a vigilância é pouca, toda a inteligência e argúcia na acção são insuficientes: há que pôr em jogo todas as nossas faculdades de combate”.<sup>20</sup>

Numa conjuntura difícil, com a agudização do conflito em África e a crescente contestação interna, o controlo efectivo da televisão era essencial para o governo de Caetano. Valadão estava presente na feitura dos *Telejornais*, fazendo cumprir as ordens do Serviço de Informação Pública das Forças Armadas acerca do que podia ou não ser transmitido.

Marcelo Caetano, atribuindo grande importância à opinião pública enquanto factor fundamental para qualquer regime, estava ciente do papel que a TV podia ter na maior ou menor popularidade de um governo ou de um chefe de Estado. Assim, fazendo pleno uso do meio que controlava, quis estar presente no écran, falando olhos nos olhos para o público televisivo. Surgem então as *Conversas em família*, onde Marcelo olhava de frente para o telespectador através da utilização do teleponto, o qual era posto a uso pela primeira vez e estava reservado para o presidente do Conselho, não tendo sido disponibilizado para o *Telejornal* (Teves 2007). As *Conversas* tinham uma periodicidade irregular e passavam no horário nobre, pelas 20h, a seguir ao principal serviço noticioso do dia. Marcelo aparecia no pequeno ecrã, num cenário simples, focado através de planos fechados, utilizando uma

---

<sup>20</sup> Carta publicada no 1º volume da obra - *A política de informação no regime fascista, Comissão do Livro Negro sobre o Fascismo*. [Lisboa]:C.L.N.F., 1980

linguagem clara, abordando a situação do país, e atingindo vários tons no seu discurso, do professoral mas coloquial ao paternalista. Neste modelo que “não admite o contraditório [Caetano] desenvolve um processo de sedução e distorção da realidade”, tentando chegar aos portugueses, criar empatia e, no fundo, obter o apoio do povo.<sup>21</sup>

O desempenho televisivo de Marcelo Caetano nas célebres *Conversas em Família* ficará registado como um importante marco para a história da televisão em Portugal (bem como para a história da comunicação política) pois nenhuma alta figura do Estado tinha utilizado até então e desta forma o meio televisivo, fazendo dele um instrumento efectivo de ligação do Governo com o povo telespectador. E esta é uma diferença significativa entre Salazar e Caetano, já que o primeiro era avesso à exposição televisiva.

Numa perspectiva geral, durante o marcelismo e em especial durante a famosa primavera da abertura, a RTP sofreu uma operação de cosmética, com a reestruturação de alguns sectores, e também com a introdução de novidades na programação. De modo a insuflar a programação com novas ideias, Valadão cria o Gabinete de Estudos e Planeamento de Programas, constituído por pessoas, nomeadas livremente pela Administração, que se dedicavam exclusivamente à procura de novas soluções para mudar a rotina do mapa (Teves 2007).

Contudo, e mesmo tendo em conta a criação de alguns novos programas, não se pode dizer que houve uma ruptura com o que era a televisão no tempo de Salazar, já que a RTP continuou a funcionar como aparelho de propaganda do governo. Na prática, apesar da abertura apregoada, o campo mediático televisivo continuava vedado a outras posições, culturais ou políticas, que não fossem concordantes com o regime. E, se por um lado, houve algum arejamento ao nível da programação, por outro lado, ao nível da informação houve um requintar da propaganda. Sistematizou-se uma estratégia editorialista, criando, através dos *comentadores* do Telejornal, uma opinião favorável ao regime. Mais ainda: os censores da RTP andavam a queixar-se havia anos de falta de condições técnicas para censurar<sup>22</sup> e foi Valadão quem, logo após tomar posse como presidente da RTP, dotou o Gabinete de Exame e Classificação de Programas de novos equipamentos de visionamento que permitiam cortes mais exactos.

---

<sup>21</sup> *Marcello Caetano o actor político*, trabalho realizado por Luísa Bastos, no âmbito do curso de especialização em história contemporânea, organizado por António Reis

<sup>22</sup> Actas do Gabinete de Classificação e Exame de Programas – Arquivo Histórico da RTP

Para compreender o que foi a RTP durante o marcelismo, é preciso conhecer as ideias do presidente escolhido por Marcelo Caetano para a RTP. Valadão actuou na RTP como, usando as palavras do *Dicionário de História do Estado Novo*, um “vigilante comissário político do marcelismo” (Cádima 1996: 970), sendo que a gestão da RTP era orientada tendo como *objectivos políticos* a defesa e a promoção do regime. Relativamente às suas ideias acerca do meio televisivo em si, numa palestra pronunciada no Instituto de Altos Estudos Militares, a 22 de Abril de 1971<sup>23</sup>, Ramiro Valadão fala sobre a *problemática da televisão*, defendendo o papel da RTP no desenvolvimento de uma cultura para as massas, já que a televisão é o espectáculo dos pobres. Por exemplo, Valadão diz que “as massas entenderão as grandes obras de literatura através de séries de TV”. E ilustra o seu pensamento com um dito popular: “se queres tornar-te rico, escreve para os pobres”. Através deste discurso, concluímos que para o presidente da Radiotelevisão, a alienação produzida pela popularização dos conteúdos e pelo aligeirar da programação servia o propósito de facilitar a transmissão da mensagem política e ideológica, tornando-a mais abrangente e eficaz.

Quanto ao facto de o acesso ao campo mediático televisivo estar vedado a algumas personalidades, Ramiro Valadão negava-o, afirmando que tal não acontecia. Numa entrevista à revista *Rádio e Televisão*, feita por Jorge Schnitzer em Janeiro de 1971, o presidente da RTP é questionado acerca do facto de nunca aparecerem na televisão figuras como José Afonso, ao que respondeu claramente: “Não há pessoas vetadas na RTP. Disse-o e mantenho-o, embora haja, evidentemente, aqueles que mais apreciamos pelos seus méritos. (...) Mas há também pessoas que não gostam ou não querem [aparecer na televisão] e ainda há (embora raríssimos) aqueles que, por causas estranhas à arte, se tenham excessivamente comprometido em actividades que não podem merecer qualquer compreensão ou tolerância por parte da RTP”.

Nos anos finais do Estado Novo, quando a abertura do marcelismo já se tinha revelado como falhada, intensificava-se um clima de descontentamento e contestação social generalizada na sociedade portuguesa. Mesmo com a tentativa de popularização do chefe de Estado através das suas *Conversas em família*, a hostilidade em relação ao governo intensificava-se, tornando imperioso promover tanto uma estratégia de propaganda favorável quanto um minucioso controlo dos meios de comunicação social.

Na RTP, o controlo exercido pela censura e pelas orientações gerais do presidente Valadão, que cedo pôs de lado a sua vontade de mudar a TV, impunham regras na

---

<sup>23</sup> Documento do Arquivo Histórico da RTP

produção de programas que resultavam numa programação (especialmente na área da informação) que não correspondia à realidade social dos seus telespectadores. Contudo, e também devido às inovações introduzidas por esse mesmo presidente, encontramos dentro da programação televisiva, concretamente nos programas culturais de produção interna, algumas marcas de divergência e inconformismo.

#### **2.4.1. A presença dos intelectuais na televisão durante o marcelismo**

No início dos anos 70, a RTP apresentou algumas alterações na sua programação cultural. Nomeadamente, surgiram no pequeno ecrã várias personalidades do mundo da cultura que não eram alinhadas com o regime. Pelo contrário, na sua maioria, eram intelectuais alinhados à esquerda mas não militantes, salvo algumas excepções. Na área dos programas culturais televisivos, havia uma espécie de co-habitação entre regime e oposição, e esta última foi, aos poucos, ganhando terreno, especialmente durante o marcelismo.

O período marcelista foi um culminar de uma hegemonia cultural que tinha vindo, já há uns anos, a progredir em crescendo. E no caso concreto da televisão, no início dos anos 70, tanto a maior parte dos autores como os intervenientes nos programas culturais não eram figuras ligadas ao regime. Contudo, este domínio dos autores não alinhados na televisão encontrava os seus limites na própria relação que os intelectuais mantinham com a RTP.

Por um lado, os intelectuais mantinham-se afastados e críticos em relação à televisão e não queriam trabalhar para uma empresa como a RTP, que sempre se constituiu como um veículo de propaganda do regime ditatorial. E os intelectuais que apareciam na TV eram encarados como pactuantes com o estado vigente, como se o facto de trabalharem na RTP os colocasse no lado *errado* da barricada. Mas, por outro lado, as críticas que se faziam à programação eram já sinal de uma exigência acerca do que a televisão podia ser e não era, acerca do serviço público que a Radiotelevisão devia cumprir, tal como está consagrado no seu contrato de concessão, onde a concessionária assumia a obrigação de “satisfazer eficientemente as exigências do serviço [público de radiotelevisão] concedido, organizando programas de nível elevado, (...), de modo a preencher, nas melhores condições possíveis, as necessidades do público”<sup>24</sup>.

---

<sup>24</sup> Termo do Contrato de Concessão do Serviço Público de Radiotelevisão

Mas a RTP não satisfazia as necessidades do seu público, porque o seu público tinha evoluído. Logo à partida, a realidade que era televisionada não correspondia, de todo, aos acontecimentos que o país estava a viver. Os *Telejornais* transmitiam uma pseudo informação, com os verdadeiros acontecimentos nacionais e internacionais a serem ignorados ou deturpados conforme os interesses do regime. Depois, os programas de televisão produzidos durante a ditadura tinham a intenção de contribuir para a construção de um imaginário condizente com os valores do Estado Novo. As críticas feitas à RTP eram, assim, frequentes e apontava-se muitas vezes o facto de a televisão portuguesa ser atrasada. Em 1969 (7 de Março), Correia da Fonseca escrevia n’*A Capital*, que “tudo se passa como se a TV portuguesa estivesse de todo desinteressada de combater o subdesenvolvimento cultural do País”.

Os espectadores da RTP, onde se incluíam os críticos de TV, faziam parte de uma sociedade que, também graças a alguns programas televisivos, não foi imune aos ventos de mudança cultural e política que os anos 60 trouxeram. Assim, o telespectador português não se revia no pequeno ecrã e estava por isso quebrada a relação identitária, a qual é essencial para a comunicação televisiva se realizar.

Numa entrevista dada em 1972, publicada no jornal *A Capital*, aquando do 15º aniversário da RTP, o presidente da RTP, Ramiro Valadão, respondia do seguinte modo às críticas feitas à programação: “no nosso trabalho não estamos de todo a pensar nos snobs do Chiado ou nos que, não sendo snobs, podem ver ópera e ballet no São Carlos ou no Coliseu. Também não se está a pensar no público dos teatros e dos cinemas. Tem-se em conta a gente das vilas e aldeias de todo o país, que não tem outra possibilidade de ver ópera, ballet, zarzuela ou cinema. (...) A televisão não se destina, normalmente, aos gostos delicados dos exegetas da cultura”. Deste modo populista, Valadão acabava por negar qualquer tipo de valorização intelectual ao povo português, deixando totalmente de lado o serviço público de promoção cultural que a empresa que geria estava obrigada legalmente a cumprir.

Tal como já referimos atrás, o modo como Valadão dirigiu a RTP, com objectivos políticos, significou que a presença na televisão de muitos intelectuais, especialmente os que se sabia serem assumidamente da oposição, estava proibida. Esta imposição da censura era outra das razões do afastamento de muitas das personalidades que tinham já bastante relevo no meio cultural português.

Contudo, e apesar de todas estas contrariedades de vária ordem, durante o período marcelista, sementes de inconformismo foram lançadas através de programas como *Imagens da Poesia Europeia*, *Se bem me lembro*, *História da Música*, *Museu Aberto*, *Ensaio*, *TV Jazz*, *Zip Zip*. Ramiro Valadão, em contradição com o que afirmava relativamente ao papel cultural da televisão, permitiu e, nalguns casos até promoveu, a existência deste lote de programas que trazia para a grande ribalta da TV alguns dos grandes nomes da cultura portuguesa.

*Imagens da Poesia Europeia* foi um brilhante programa da autoria de David Mourão-Ferreira. Este programa tinha como objectivo tornar acessível ao grande público a história da evolução da poesia europeia, descrevendo, para esse efeito, as suas etapas mais representativas, bem como as suas figuras mais importantes. David Mourão Ferreira propunha-se assim, utilizar a televisão como meio de divulgar a cultura por excelência, numa altura em que ainda apenas as elites tinham o privilégio de conhecer os grandes autores.

Num outro registo, um outro grande vulto da cultura portuguesa se deu a conhecer na televisão, num género raro na programação, que era a crónica televisiva. Vitorino Nemésio, com o seu programa dominical *Se bem me lembro*, conversava directamente com o público, evocando acontecimentos por ele vividos ou conhecidos. O programa, cuja duração não ultrapassava os 25 minutos, tratava muitas vezes de “temas da actualidade como a poluição ou a sociedade tecnológica ou a terceira era industrial ou o limiar da era atómica”<sup>25</sup>. Como exemplo de alguns programas, apontamos: *As ciências na literatura*; *A sociedade no século XVIII* e *A vida da Marquesa de Alorna*; *Nacionalismo e regionalismo* ou *Drama do urbanismo em Portugal*<sup>26</sup>. O seu eloquente discurso e grande capacidade de comunicação fez com que, através do seu programa, Vitorino Nemésio fosse conhecido pelo grande público, o que de outra forma, provavelmente não teria acontecido.

No âmbito dos programas musicais, damos relevo a dois projectos. O primeiro deles, importante por colocar ao alcance dos telespectadores um género musical alternativo ao nacional cançonetismo apoiado pelo regime: *TV Jazz*, de Manuel Jorge Veloso, trazia para a programação da RTP concertos e grandes nomes do jazz, dando-lhes assim grande visibilidade. Enriquecendo a área musical da TV, surge também *História da Música*, o qual dava a conhecer certos aspectos da vida dos maiores nomes da música. Neste programa, o seu autor e apresentador, António Vitorino de Almeida, fez uso da sua grande imaginação e

---

<sup>25</sup> Vitorino Nemésio em entrevista à *Rádio e Televisão* n.º 858, de 21-04-1972.

<sup>26</sup> Reis, António *Memórias dos Arquivos RTP – Vitorino Nemésio*, RTP: 2002

talento comunicativo de modo a transformar um tema menos comum e mais difícil de tratar em televisão num interessante produto televisivo.

Acrescentamos a esta lista de grandes figuras da cultura portuguesa Alexandre O'Neill e Jorge Listopad, que realizaram um programa, *Museu Aberto*, com grande criatividade tanto pelo seu propósito, que era o da divulgação de valores culturais recônditos (numa altura onde pouco se via da sociedade civil e do país real na televisão), como também pelo tratamento de imagem pois a forma de filmar e a edição eram inovadoras, no contexto televisivo da época. E um outro magazine que levou à televisão alguns dos mais importantes nomes da cultura portuguesa foi o programa *Ensaio*, magazine de reportagens, entrevistas, inquéritos, que contou com a presença de, entre outros, Luís Villas Boas, Ernesto de Sousa, Vasco Pinto Leite e Eduardo Gêada.

Luís Francisco Rebelo apresentava o *Panorama do Teatro Português*, um programa de divulgação do teatro que se fazia em Portugal. Este programa contava com a realização de Artur Ramos, que tinha sido exonerado em 1961. Luís Francisco Rebelo e Artur Ramos foram nomes que Valadão afirmou terem sido designados pelo próprio Marcelo Caetano para colaborar e regressar à televisão<sup>27</sup>.

Por fim, o famoso *Zip Zip*, de Fialho Gouveia, Carlos Cruz e Raul Solnado, ícone que é apresentado como prova da existência de uma primavera marcelista, foi um programa inovador desde logo pelo o seu formato de talk show. Mesmo com poucas edições (o programa durou de Maio a Dezembro de 1969), o *Zip Zip* funcionou como uma pedrada no charco da monotonia televisiva. Fialho Gouveia sintetiza esta experiência no contexto do marcelismo: “O programa participa dessa mudança e é também responsável por grande parte da alteração verificada na mentalidade e atitude das pessoas perante as coisas. O ‘Zip’ impõe mudança mas também beneficia dessa mudança. Um ano antes não teria sido possível. É o primeiro programa onde as entrevistas são feitas com o público presente e diziam-se então coisas que tempos antes eram consideradas tabu”<sup>28</sup>. Mais do que prova da primavera marcelista, o *Zip Zip* demonstrou a existência de uma sociedade com novas aspirações e exigências, também ao nível cultural e, particularmente, televisivo.

Todos estes programas, ainda que por poucas horas (já que ocupavam muito pouco tempo de emissão) levaram a casa de muitos portugueses a realidade da cultura nacional.

---

<sup>27</sup> Entrevista concedida ao programa *Carlos Cruz - 4ª feira*, RTP-2. 9.10.1991, citada por Teves (2007)

<sup>28</sup> Entrevista conduzida por Conceição Lobo e Mário Rui de Castro, *Grande Plano - Revista da COOPTV*, Nº 9, Maio/Junho de 1987, citada por Teves (2007)

Era através destes programas que algumas figuras não alinhadas com o regime marcavam a sua presença, proporcionando, de um modo subtil e através da divulgação da arte e da cultura, alguma abertura. A importância destas rubricas prende-se também com o facto de que, num país com um espaço público pequeno e atrofiado pela censura, como era o espaço público português durante a ditadura, os programas culturais televisivos, na sua essência de promotores e de divulgadores de cultura, criavam micro espaços públicos, os quais eram bastante propícios e favoráveis ao discurso dos intelectuais. E as ideias expressas por estes intelectuais, através da televisão, chegavam às massas e ajudavam a promover a abertura e o espírito crítico dos telespectadores, também em relação ao regime. Mesmo ocupando pouco tempo de emissão e sem figurarem na tabela dos programas mais vistos, a visibilidade que a televisão garantia era sempre maior do que a que qualquer outro meio de difusão permitiria.

Por ser subserviente ao Estado ditatorial, a RTP não era encarada pelos meios intelectuais como um media adequado à divulgação do discurso cultural. Mas, apesar de alguma resistência da elite intelectual em relação à RTP, havia já uma exigência e uma ideia do que deveria ser uma estação de televisão de serviço público. A televisão devia ser um espaço de liberdade de expressão, que cumprisse a missão de promover e de divulgar a cultura. Foi partindo desse pressuposto, de que o meio televisivo é vital para a vida cultural de um país, que alguns intelectuais fizeram alguns muito bons programas de televisão.

## **2.5. A RTP nas vésperas do 25 de Abril**

Como era a empresa RTP, SARL no início dos anos 70, passados mais de 10 anos da sua constituição? E que evolução sofreu a televisão nos primeiros anos dessa década, sob a alçada do presidente Ramiro Valadão?

### **2.5.1. A empresa**

No início dos anos 70, e segundo a informação veiculada pelos Anuários da RTP, a televisão portuguesa chegava a 90% do território nacional continental e tinha uma média de 3 milhões de espectadores por dia (número que chegava, segundo os Anuários, aos 6 milhões na transmissão de grandes acontecimentos como era o caso do Festival da

Canção)<sup>29</sup>. Segundo o Relatório e Contas do Conselho de Administração da RTP de 1973 foram emitidas mais de 600 000 licenças de televisão. As receitas obtidas com a taxa e com a publicidade iam aumentando de ano para ano. Desde o início das emissões, em 1956, até Abril de 1974, a RTP teve 4 presidentes: Camilo de Mendonça; Luiz Athayde (1960); João Duque (1966) e Ramiro Valadão (1969). E em 1973 a empresa contava com mais de 1200 funcionários.

Nos anos em que Ramiro Valadão foi presidente do Conselho de Administração da RTP, de 1969 a 1974, uma das principais preocupações da empresa incidia na transmissão para todo o país do sinal televisivo. O 2º Programa tinha nascido a 25 de Dezembro de 1968 mas só começou a ter programação independente em 1971, requerendo, por essa altura, maior investimento. Sendo emitido em VHS, fazia com que fosse necessário um ajustamento nos retransmissores. Em 1970, o 2º canal chegava somente a 50% da população continental.

A RTP pretendia também expandir-se para além do território continental e construir delegações na Madeira e nos Açores, assim como nos territórios do Ultramar. O Contrato de Concessão previa a ampliação do serviço público de televisão a quaisquer regiões do continente, ilhas adjacentes e províncias ultramarinas. A 6 de Agosto de 1972, iniciam-se as emissões regulares do Centro Regional da Madeira da RTP, com estúdios instalados no Funchal e um emissor no Pico do Silva. Os Açores teriam que esperar por 1975 até terem início as emissões regulares do Centro Regional dos Açores.

No início do ano de 1971, a RTP teve que abandonar os estúdios da Tóbis Portuguesa, o que levou a um agravamento das já muito difíceis condições de trabalho da produção de programas. Começam então as diligências e as negociações para a construção de um Centro de Produção de Lisboa.

Neste contexto, Ramiro Valadão refere, numa carta dirigida ao delegado do governo na RTP (com data de 12-04-1973), que o final do contrato de concessão, que terminaria em 1976, poderia levantar algumas questões económicas: “o problema da prorrogação do Contrato de Concessão assumiu particular relevância ao apreciar-se o projecto de Plano de 5 anos, que se estende para além da data limite da actual concessão e ao considerar-se o investimento a efectuar no Centro de Produção de Lisboa”.

---

<sup>29</sup> Anuário RTP 1972

Concretamente, Valadão pretendia resposta para as seguintes questões: “Pensa o Governo prorrogar a concessão dada à RTP? Aceita o Governo declarar desde já essa prorrogação? É intenção do Governo manter o Contrato de Concessão ou alterá-lo? Em que termos?”. Em resposta a este pedido, o coronel Hélio Felgas, delegado do governo na RTP, escreve a Valadão afirmando que, dado o investimento que iria ser feito para a construção do Centro de Produção de Lisboa, e admitindo que a construção iria ultrapassar 1976, “nos termos da base XVIII do Contrato de Concessão, as dívidas pendentes com vencimento posterior ao termo da concessão passarão a constituir encargo do Estado se o Governo as autorizar”.<sup>30</sup>

Quanto à situação económica, financeira e patrimonial da empresa, no relatório dos administradores por parte do Estado do ano de 1972 lemos que a RTP “mantém o equilíbrio alcançado em anos anteriores, devido ao aumento de receitas (obtido através da política de fomento de registo de receptores e de publicidade) e a uma gestão criteriosa das despesas”.<sup>31</sup> Contudo, a percepção de Ramiro Valadão era um pouco diferente: “é uma posição [financeira] difícil. Tem ainda a pagar dívidas dos primeiros tempos em que as despesas eram superiores às receitas. Temos de pagá-las. Essa é a situação com que se debateram os meus antecessores. Ainda não está tudo pago, embora a situação tenha melhorado”. E quanto às fontes de receita da RTP, Valadão explicava que “pouco mais ou menos 49% são de publicidade e 51% de taxas. É, portanto, dentro dessa base que temos de resolver os nossos assuntos financeiros”.<sup>32</sup>

Os assuntos financeiros da RTP eram resolvidos tendo também em conta os estudos que eram encomendados à empresa NORMA – Sociedade de Estudos para o Desenvolvimento de Empresas, SARL. Em Agosto de 1972, esta empresa apresenta à RTP o *Estudo e Proposta de Modelo de Macro Estrutura a adoptar pela RTP*.<sup>33</sup>

Este relatório identifica as áreas chave da empresa, os pontos fortes e pontos fracos e definição das políticas e objectivos da empresa, indicando também qual a estrutura mais aconselhável para uma clara definição de responsabilidades e obtenção de resultados. Relativamente aos pontos fracos e fortes, foi dada uma perspectiva optimista e talvez pouco real, nomeadamente no que concerne à qualidade da programação e das condições técnicas, embora sejam indicadas algumas deficiências na preparação do pessoal da produção e também se saliente que o equipamento técnico é insuficiente e que há falta de

---

<sup>30</sup> Cartas pertencentes ao Arquivo Histórico da RTP

<sup>31</sup> *Relatório e Contas do Conselho de Administração da RTP - 1973* – Arquivo Histórico da RTP

<sup>32</sup> Declarações prestadas à revista *Rádio e Televisão*, N.º 870, 14-07-1973

<sup>33</sup> Documento do Arquivo Histórico da RTP

estúdios. Um dos objectivos da empresa, segundo este Relatório elaborado pela NORMA seria “estabelecer um sistema eficaz de Controlo Orçamental de modo a facilitar a responsabilização individual pelos custos dos programas e permitir a sua comparação com standard”. Quanto ao problema da fuga ao pagamento de taxas, o objectivo era exercer acções junto do Governo, da Emissora Nacional e do público, de modo a reduzir a percentagem de fuga ao pagamento de taxas, de acordo com o seguinte plano: 1971: 30%; 1976: 20%; 1980:10%... até se atingir a média dos países europeus: 7%. No que dizia respeito aos recursos humanos, o objectivo da RTP seria, segundo este Relatório, concluir as negociações do acordo colectivo de trabalho até final de 1972. A NORMA tinha considerado, relativamente à área do Pessoal, que na empresa havia boas regalias sociais, em comparação com outras empresas, se bem que também indicasse que os salários não estavam ajustados ao custo de vida. Como consequência deste e de outros trabalhos da NORMA, foi resolvido que a macro estrutura da RTP, SARL se baseasse em três Direcções Gerais: A Direcção Geral de Programas; a Direcção Geral dos Serviços Técnicos e a Direcção Geral dos Serviços Administrativos. De facto, um dos problemas que tinha sido apontado como estrutural da RTP era o número elevado de gestores “num total de oito, dependendo directamente do Presidente”.

Nos primeiros anos da década de 70, as preocupações da empresa RTP, SARL percorriam vários dos seus sectores. No que concerne à evolução técnica, a RTP lutava ainda por cumprir a expansão do seu sinal para todo o território continental. E esforçava-se também por superar os problemas decorrentes dos meios de produção serem insuficientes, tanto em termos físicos como tecnológicos. Toda esta conjuntura, e tendo em conta o facto de haver mais um canal e vontade de criar mais canais nas ilhas e no Ultramar, implicava a necessidade de um maior investimento, que as contas da RTP podiam não suportar.

A aproximação do final do contrato de concessão era também uma questão que parecia preocupar Ramiro Valadão mas o problema principal da RTP era algo que parecia escapar aos seus administradores: a sua descredibilização e o desgaste da sua imagem em relação ao seu público. E esta questão da quebra da ligação e cumplicidade entre a RTP e os seus telespectadores, que parecia ausente às análises e estudos feitos (os quais também eram um pouco irrealistas nas suas conclusões), escapando do mesmo modo ao presidente, estava relacionada com a sua programação, como vamos ver de seguida.

### 2.5.2. A programação televisiva em 1970

O mapa que apresentamos em anexo (Anexo 1 – Semana televisiva em 1970) foi elaborado tendo em conta várias fontes, nomeadamente, os dados do Serviço de Verificação e Estatística da RTP, os Anuários RTP e ainda publicações periódicas especializadas. Em 1970 começou a haver emissão à hora de almoço (no 1º Programa), aumentando assim as horas de tempo televisivo. Mas antes das 19h a programação limitava-se a um serviço noticioso à hora de almoço, seguido das horas de emissão da Telescola. Por isso, optamos por apresentar e analisar apenas os segmentos de horários após as 19h. Optamos por dividir a noite televisiva em dois segmentos, com o *Telejornal* a definir uma linha de separação entre esses períodos: das 19h às 21h30 e das 21h30 até ao fecho de emissão.

Às 19h30, era transmitido um serviço noticioso. Entre a hora em que terminava esse primeiro jornal até ao *Telejornal* principal, às 21h30, temos um primeiro segmento onde encontramos programas de divulgação cultural (*Portugal para além da Europa*; *Tempo Internacional*; alguns documentários); magazines de entretenimento e também de promoção cultural de produção interna (*Conheça o Portugal desconhecido*; o *Totobola*; *Imagens da poesia europeia*, de David Mourão-Ferreira) e também algumas séries estrangeiras, de cariz cómico e ligeiro (*Olho vivo* e *Casei com uma feiticeira*). Nestas primeiras horas da noite, não era a ficção que ocupava mais tempo televisivo, com excepção das séries cómicas, mas antes os magazines culturais e de entretenimento, com muitos programas de produção interna a figurarem neste horário.

Já o segundo segmento, que se iniciava com o espaço de propaganda por excelência, que era o *Telejornal*, às 21h30, era dominado pela ficção, e concretamente pela ficção estrangeira. E este era o período de maior audiência (entre as 21h30 e as 23h).<sup>34</sup> Todos os dias havia uma série ou um filme, na sua maioria de origem norte-americana (*Os cavaleiros do céu*; *A brigada especial*; *O jogo da vida*...). Ao contrário do que acontecia com as séries de ficção que passavam antes das 21h30, estas tinham já enredos e dramas mais pesados. A produção interna marcava presença apenas com poucos programas de variedades e de teatro (*Estúdio C*). Assinalamos, contudo, o facto de o programa de teatro, *Panorama do Teatro Português*, passar no horário nobre.

---

<sup>34</sup> Esta é a conclusão de um estudo sobre as *Audiências dos meios de difusão em Portugal*, publicado como separata do N.º 1, vol. II do Boletim Informação Cultura Popular Turismo, 1970

A presença da ficção estrangeira era preponderante no *prime* e estas séries constituíam-se como importantes pólos organizadores da programação, peças chave no alinhamento diário dos programas.

Aos fins-de-semana, a noite televisiva apenas se diferenciava pela maior presença das variedades e do desporto. O dia terminava sempre com as actualidades internacionais (*Marcha do mundo*) seguidas pela presença diária de um programa de cariz religiosa, o *Meditação*, que concluía mais um dia de emissão.

Variedades, séries, teatro, entretenimento – dominavam os serões televisivos no início dos anos 70 em Portugal. O espaço de propaganda privilegiado era o ocupado pelos programas informativos. O *Telejornal* estava, porém, afastado da realidade portuguesa e não era, em rigor, um espaço informativo. Já os programas de produção interna não faziam parte do top de preferências dos telespectadores. O espartilho da censura e dos próprios limites impostos à criação, o não acompanhamento do desenvolvimento social que se ia fazendo sentir e a concorrência de produtos melhores vindos do estrangeiro, faziam como que os programas de produção interna não se apresentassem como apetecíveis para os telespectadores portugueses. É que estes espectadores pertenciam a uma sociedade com novas aspirações e novas exigências (temos como prova o êxito de programas inovadores e arrojados como o *Zip Zip*). Uma estação de televisão que funcionava como aparelho de propaganda do governo e que sobrevivia sob o olho atento dos censores não conseguia responder aos requisitos de uma audiência mais exigente. Salvarde-se, porém, o esforço de alguns intelectuais e outros produtores e realizadores, como já foi exposto atrás, para fazerem bons produtos televisivos, tendo em vista a promoção cultural dos telespectadores.

A lacuna originada pela fraca produção interna abria espaço e canalizava os interesses do auditório para a ficção estrangeira. Era o próprio alinhamento da emissão que ditava que os programas internos não tinham lugar no horário de maior audiência (excepção feita ao teatro e às variedades). Era inegável que as séries estrangeiras se apresentavam como produtos de melhor qualidade, mais atraentes e com os quais, curiosamente, os telespectadores alcançavam uma maior identificação e empatia. Não eram os programas feitos pela RTP que obtinham melhores resultados em termos de audiência, o que também contribuiu para um certo desgaste e descrédito da imagem da Radiotelevisão Portuguesa.

A requintada estratégia de comunicação e propaganda política do governo de Marcelo – tanto com as suas *Conversas em família* quanto com a gestão programática de

Valadão – não estava a surtir os efeitos desejados de popularização do chefe de Estado. Mas a televisão portuguesa nunca parecia esquecer a sua função de aparelho por excelência de propaganda do governo. Em 1973, atento ao clima geral de contestação que percorria o país, o presidente da RTP transmitiu ao Conselho de Administração as suas preocupações quanto à agitação e previsíveis perturbações exteriores durante a Campanha Eleitoral desse ano, com prováveis reflexos na RTP. Ramiro Valadão sugeriu então que a RTP homenageasse Marcelo Caetano pelos seus 5 anos de governo editando uma publicação predominantemente fotográfica. A Radiotelevisão Portuguesa continuava a estar, deste modo, no contexto do período final do marcelismo, ao serviço do governo.

Concluindo: apesar de alguns nomes de autores não alinhados, prenúncio de que algo de novo estava já a acontecer, a programação televisiva no início da década de 70 (concretamente os programas produzidos pela RTP) não correspondia aos interesses de um novo público televisivo, mais exigente quanto à qualidade e também quanto à verdade. A censura na RTP não se resignava aos cortes dos possíveis abusos dos programas mas estava também presente no descompasso da imagem televisiva em relação à sociedade portuguesa. A sociedade civil não era representada nem era objecto de programas na RTP.

Nesta televisão cinzenta, nesta programação insonsa, a ficção estrangeira aparece então como aquilo pelo qual valia a pena ligar o aparelho. Por isso, a programação colocava as séries e filmes estrangeiros no horário nobre, onde predominava o entretenimento. Não esqueçamos que as ideias veiculadas nestes programas escapavam com mais facilidade ao corte fino dos censores.

Curiosamente, a RTP também teve a sua função na criação do contexto social de mudança, existente em crescendo no período final do regime. Por um lado, surgem alguns projectos televisivos que lançaram, através dos seus temas e do modo como eram expressos, algumas sementes dissonantes do tom geral de subserviência cultural. Nestes programas, emergiram no pequeno ecrã alguns intelectuais não alinhados, o que teve grande importância na medida em que deu visibilidade a um conjunto de autores que, de outra forma, nunca seriam conhecidos do grande público. Por outro lado, a já sobejamente referida ficção estrangeira, produzida em contextos sociais democráticos, continha inevitavelmente marcas e elementos provenientes da democracia.

Por fim, a RTP permitiu aos portugueses desenvolverem uma importante vertente da cidadania, que é a de serem telespectadores, participando da comunidade televisiva. A introdução da televisão em Portugal dotou, por si só, os portugueses de ferramentas para a

compreensão do discurso televisivo. Ninguém podia assim duvidar da importância deste meio como poderoso agente de transformação social.

### **3. A RTP e o 25 Abril de Abril de 1974**

Encontramos na Radiotelevisão Portuguesa, nos tempos que se seguiram ao golpe militar do 25 de Abril, uma televisão a viver o fulgor da libertação. Trataremos de analisar neste capítulo o posicionamento da RTP na operação “Fim de Regime”, enquanto objectivo militar e enquanto veículo de difusão, a nível nacional, dos próprios acontecimentos desse dia. Com o 25 de Abril, surge um novo conceito de televisão, livre das amarras da censura, parecendo ser possível a sua aplicação prática através de uma nova programação. Assim, daremos conta das transformações concretas nas emissões quotidianas da RTP e das alterações na estrutura de produção de programas. Que resposta televisiva houve ao golpe militar de 25 de Abril de 1974?

#### **3.1. A RTP no golpe de estado de 25 de Abril de 1974**

17 dias depois do Festival da Canção da Eurovisão (realizado em Brighton), pelas 23 horas do dia 24 de Abril de 1974, passava nos Emissores Associados de Lisboa a canção que representou Portugal no certame. Interpretada por Paulo de Carvalho, *E depois do adeus*, foi uma das senhas sonoras que colocou em marcha a operação “Fim de Regime”, um golpe militar cujo objectivo era pôr ponto final à ditadura que há 48 anos vinha oprimindo o povo português.

Pouco depois das 3 da manhã, militares da Escola Prática de Administração Militar, pertencentes ao Movimento das Forças Armadas, ocupam as instalações da RTP, no Lumiar (usando “croquis” dos estúdios fornecidos pelo jornalista Adelino Gomes). Imediatamente, o capitão Teófilo Bento, que comandou esta operação, contacta o posto de comando do Movimento das Forças Armadas, instalado na Pontinha e dirigido por Otelio Saraiva de Carvalho, dando conta da concretização da ocupação da RTP. Os estúdios da televisão em Lisboa estavam agora sob o comando do Movimento dos Capitães.

A RTP era o primeiro dos 5 objectivos (na cidade de Lisboa) definidos pelo Movimento das Forças Armadas para a concretização do golpe. A ocupação da RTP estava a cargo da EPAM e era considerado um objectivo difícil, que tinha sido recusado pelos “páras”. A televisão permitiria uma difusão nacional de uma emissão sob o comando do MFA (Rezola, 2007, p.54). A seguir à RTP, foram ocupados o Rádio Clube Português, a Emissora Nacional, o Quartel-General da Região Militar de Lisboa e do Aeroporto de Lisboa. Durante a noite, o Rádio Clube Português anunciava um golpe militar, apelando à calma da população, mas sem clarificar o objectivo do golpe. Mas no início da manhã do

dia 25 de Abril o comunicado difundido já explicitava a orientação política do golpe e o objectivo de libertar o País do regime que há longo tempo o domina.

Entretanto, nos estúdios do Lumiar, o chefe de serviço à altura do golpe, João Soares Louro, que mais tarde seria presidente da RTP, escolheu 25 pessoas para estarem ao serviço nesse dia. O critério de selecção dos funcionários, nas palavras de Soares Louro foi “em função dos locais de trabalho essenciais para manter a emissão no ar e da natureza descomprometida das pessoas para com o regime que estava a cair nesse momento” (Teves, 2007).

Apesar da facilidade com que a ocupação da RTP decorreu, foram disparados alguns tiros junto às instalações do Lumiar. Contudo, os maiores problemas surgiram não da parte das estruturas de produção televisiva mas da parte dos emissores, concretamente do emissor de Monsanto, onde o responsável pela segurança sabotou as tentativas de colocar a emissão no ar. Assim, a meio do dia 25 de Abril, ainda não havia sinal televisivo pois o emissor de Monsanto ainda não tinha sido tomado pelo MFA. Não foi possível, como estava previsto, colocar a emissão habitual no ar à hora prevista, que seria às 12h45. Como Monsanto ainda não tinha aderido ao Movimento a emissão foi, por isso, feita a partir dos estúdios Porto.

Nos ecrãs dos aparelhos de televisão, por todo o país, anunciava-se um serviço noticioso para as 13h45, mas, em vez disso, passou a série *Viver no campo*. As primeiras horas de emissão, oriundas do Porto, foram atabalhoadas e hesitantes, e a programação foi diferente da que estava prevista. O centro emissor do Monte da Virgem, no Porto, foi ocupado pelas 15h, através da intervenção dos Comandos de Lamego.

E por Lisboa, continuavam os problemas em Monsanto, onde foram desligados os emissores, por ordem de Ramiro Valadão.<sup>35</sup> Os circuitos só foram comutados para a capital às 17h45, por intervenção de João Soares Louro junto do responsável pela segurança, e foi nessa altura que o sinal dos estúdios do Lumiar entrou no ar.

Mais tarde, numa ordem de serviço emitida dias após o golpe, o Conselho de Administração da RTP esclarece que “o pessoal técnico, em serviço no Centro Emissor de

---

<sup>35</sup> Numa entrevista concedida a Carlos Cruz, em 1991, Ramiro Valadão afirma que partiu dele a ordem para desligar os emissores - entrevista citada por Teves (2007)

Monsanto, nunca esteve envolvido nas dificuldades que contrariaram o funcionamento daquele Centro na tarde de 25 de Abril”.<sup>36</sup>

O primeiro *Telejornal*, às 18h41, apresentou-se com as caras de sempre (Fialho Gouveia e Fernando Balsinha) mas já era uma nova televisão. No noticiário seguinte, pelas 21h30, apareceram no pequeno ecrã os mesmos locutores mas utilizando uma estrutura de enunciação televisiva completamente diferente. Na imagem de descontração absoluta dos locutores, sem gravata e sem casacos, e fumando, estava já patente um novo modo de fazer televisão. A realização encontrava-se também num outro regime televisivo, experimentando novos enquadramentos, através de planos abertos que mostravam todo o espaço do estúdio.

As imagens do dia foram captadas por João Rocha e José Maria Tudela e até se utilizaram algumas películas com cor de forma a fornecer imagens aos países que já tinham televisão a cores. A Eurovisão e as televisões e agências noticiosas estrangeiras começaram desde cedo a pedir imagens do que se passava em Portugal. Nos ecrãs da RTP, as imagens do próprio dia passavam sem serem editadas, *sem qualquer tipo de montagem*, como afirmava Fialho Gouveia nos primeiros noticiários livres da RTP. Nunca se tinha visto nada de remotamente semelhante na televisão portuguesa.

Encontramos vários aspectos simbólicos, na emissão do dia 25 de Abril de 1974, que marcam a libertação da RTP de todos os constrangimentos que a prenderam durante a ditadura. Transmitiram-se na TV sinais, mensagens claras de liberdade: a ausência de gravata e a postura descontraída dos locutores; os planos abertos e a não edição das imagens, por parte dos técnicos. Também o discurso: Fialho Gouveia refere-se ao seu colega como “o Balsinha”, forma muito coloquial, que traduzia toda uma nova linguagem onde as hierarquias e as formalidades se queriam banidas, pois eram símbolos do regime anterior. E as imagens são emitidas com a introdução do locutor: *sem montagem*, significando que são emitidas sem censura, sem uma edição que deturpe a sua relação directa com a realidade. Logo ao início da noite, as imagens desse dia eram emitidas repetidamente, intercalados com noticiários. Mas faltava clarificar, e difundir através da televisão, quem iria ocupar o vazio do poder criado pela deposição de Marcelo Caetano.

Uma das medidas imediatas do Movimento das Forças Armadas foi a entrega do governo do país a uma Junta de Salvação Nacional. Esta Junta forma-se em cima da data

---

<sup>36</sup> Ordem de Serviço N°3/74, de 29-04-1974 – Arquivo Histórico da RTP

do golpe de Estado e no processo da sua constituição fez-se sentir o peso da hierarquia militar. A Junta de Salvação Nacional que ficou encarregue do governo do país não merecia a total confiança do Movimento das Forças Armadas (Rezola 2007: 53). E logo no dia 25 de Abril dia surgiram os conflitos, concretamente entre o general António de Spínola e membros do MFA. O general Spínola, quando se encontrava no posto de comando das operações, situado na Pontinha, exigiu a revisão do Programa do Movimento, atitude que suscitou resistência, e surpresa, por parte dos membros do MFA. A questão colonial, e também a questão da política económica, eram as questões que dividiam as facções. Mas esta discussão teve que ser adiada pois a reunião de Spínola com o gabinete político do MFA foi interrompida: era preciso ir à televisão mostrar aos portugueses as caras que derrubaram o regime ditatorial (Reis 1994: 18). E assim, antes de se apresentarem ao país via RTP, os elementos da JSN teriam que eleger um representante. Spínola é escolhido e é aprovada uma proclamação onde as ideias do General ganhavam às do Programa inicial.

À 1h23 da madrugada de 26 de Abril, os elementos da Junta de Salvação Nacional são apresentados um por um, pelo locutor Fialho Gouveia, através de planos americanos (dos seis militares presentes apenas 3 se apresentaram fardados). Os militares que constituíam a Junta eram, por ordem de lugar à mesa tal qual se apresentaram nessa noite na televisão, o capitão-de-fragata António Alba Rosa Coutinho, o capitão-de-mar-e-guerra José Baptista Pinheiro de Azevedo, general Francisco da Costa Gomes, general António de Spínola, brigadeiro Jaime Silvério Marques e coronel Carlos Galvão de Melo. Ausente o general Manuel Diogo Neto, em comissão de serviço em Moçambique.

Depois, o presidente da Junta de Salvação Nacional, o general Spínola, lê a Proclamação do MFA ao país. Esta comunicação demora apenas 3 minutos: da 1h26 à 1h29 da manhã de 26 de Abril.

Com um golpe de Estado em curso, o país ansiava por saber o que se passava e, pela primeira vez, o que se passava com a realidade política portuguesa era transmitido pela televisão.

A emissão do dia 25 de Abril de 1974 foi muito diferente da prevista.

A programação prevista para esse dia (para o 1º canal) caso o golpe não tivesse eclodido, era a seguinte<sup>37</sup>:

**12h43** – Mira Técnica  
**12h45** – Desenhos Animados – *Pica Pau*  
**13h00** – Da Saúde e da Vida  
**13h15** – A rapariga que sabia demais  
**13h45** – Telejornal  
**14h00** – Um dia com... Olavo d'Eça Leal (*programa de Martinho Simões*)  
**14h20** – Logo à noite (*apresentação da programação para a noite*)  
**14h38** – Mira técnica  
**14h40** – Ciclo Preparatório TV (*emissão do Porto*)  
**19h00** – TV Educativa – Educação Musical  
**19h25** – TV Infantil – *Diário das Fábulas*  
**19h30** – Telejornal  
**19h45** – Ao longo da vida (*programa do Dr. Manuel Fradinho*)  
**20h00** – Andebol – *jogo entre Benfica e Vitória de Setúbal*  
**21h30** – Telejornal  
**22h00** - O tempo em que você nasceu – *programa apresentado por Artur Agostinho e realizado por Alfredo Tropa*  
**23h30** – Telejornal  
**23h40** – Meditação e fecho

Era um dia normal na televisão portuguesa, com o horário nobre a ser preenchido com a transmissão de um jogo de andebol e com um programa de produção interna, para além do serviço informativo cumprido pelo *Telejornal*. A emissão fechava sempre com uma pequena meditação.

Mas a programação desse dia 25 de Abril de 1974 acabou por ser muito diferente.

Habitualmente, o dia televisivo começava às 12h45 mas, nesse dia, as primeiras horas de emissão foram feitas a partir do Porto, com algumas hesitações pelo meio. Foi uma emissão improvisada, enquanto a situação em Monsanto ainda não estava resolvida.

**12h34** – Mira técnica  
**12h47** – Locução (Fernando Pinheiro) e filme de interlúdio  
**12h54** – *Daktari* – *série*  
**13h43** – *Viver no Campo* – *série*  
**14h14** – Locução – Maria Fátima Braga pede desculpas pelas interrupções e anuncia a programação  
**14h41** – Ciclo Preparatório TV

---

<sup>37</sup> Os dados acerca do alinhamento da programação do dia 25 de Abril – a prevista e a factual - foram recolhidos de documentos do Serviço de Verificação e Estatística da RTP (Arquivo Histórico da RTP) da revista *Telesemana* e complementados pelo precioso relato de Vasco Hogan Teves (2007)

**16h55** – Locução Fernando Pinheiro – Noticiário  
**16h57** – Slide Estúdios do Porto  
**17h29** - Locução Fernando Pinheiro – Noticiário  
**17h30** – Slides Vistas do Porto  
**17h54** – Slide Estúdios de Lisboa

Com a apresentação destes últimos slides, do Estúdio de Lisboa, iniciava-se uma nova era televisiva e respirava-se de alívio, pois a emissão passava finalmente para a capital, e consolidava-se a adesão da RTP ao Movimento das Forças Armadas.

**18h41** – Locutores Fialho Gouveia e Fernando Balsinha – lêem os comunicados até então divulgados pelo MFA, os quais apelavam à serenidade da população  
**18h44** – Concerto – 4º Concerto para piano e orquestra de Beethoven  
**19h27** – Slide: Estúdio de Lisboa  
**19h34** – Locução Fernando Balsinha – pede desculpa da troca do concerto visto ter sido anunciado a Sinfonia nº 3 de Beethoven  
**19h35** – Concerto – Música Portuguesa do nosso tempo – Quarteto Concertante de Frederico de Freitas  
**20h15** – Fialho Gouveia anuncia o programa seguinte enquanto aguardam os representantes da JSN  
**20h16** – Povo que Canta – *Cantos de Trabalho*  
**20h40** – Concerto – Sinfonia nº 3 de Beethoven  
**21h30** – Telejornal  
**21h42** – Variedades – *Domenico Modugno*  
**22h22** – Telejornal  
**22h25** – Variedades – *Show Vinicius de Moraes* – com slides: Notícias Brevemente  
**22h58** – Telejornal  
**23h01** – Variedades – *Show Vinicius de Moraes*  
**00h19** – Telejornal  
**00h23** – Slide Estúdios do Porto, depois Manuela de Melo lê o comunicado da JSN  
**00h33** – Slide Estúdios de Lisboa, depois entra Fialho Gouveia e depois imagens do dia  
**1h23** – Apresentação da JSN – *esta apresentação é logo depois repetida*

Depois da ansiedade causada pelo desfilarmos de diapositivos, surge o primeiro *Telejornal* livre, transmitindo uma mensagem de libertação, tal como referimos atrás.

Na programação deste dia, sem qualquer publicidade, há uma nota curiosa: para preencher a emissão as canções que passaram foram uma mistura que podia representar o que se passava na RTP. Para além do clássico e calmante Beethoven, passaram algumas canções de Domenico Modugno, “foras de moda, elas e ele” (Teves 2007) passou também o episódio *Cantos de Trabalho*, do programa *Povo que canta*, de Michel Giacometti, dedicado

aos cantares de todo o país. Era uma espécie de curiosa alegoria do que se passava na RTP até então – a conformidade e o cinzento dos modos desactualizados de fazer televisão com o esforço de alguns dissidentes de fazer uma televisão diferente, transmitindo o verdadeiro ar do tempo através da produção programas de reconhecida qualidade como é o caso do *Povo que canta*.

Ao final da tarde, começam a chegar as primeiras bobines de filme para serem tratadas no laboratório do Lumiar. A vontade de mostrar, sem censura, o que se passava, de dar a ver através do televisor a actualidade tornou-se, desde este primeiro dia, uma obsessão do discurso televisivo português.

Esta irrupção da realidade na televisão constituía-se como uma profunda ruptura com o tipo de enunciação do tempo da ditadura, onde a actualidade não tinha expressão televisiva. E esta ruptura pretendia-se imediata, como podemos constatar através de vários aspectos: primeiro porque se iniciou desde as primeiras horas de emissão livre, e depois no sentido em que quase se pretendia anular a mediação, deixando que a realidade do grande acontecimento, que foi o golpe de estado de 25 de Abril de 1974, irrompesse através da televisão, tocando directamente o telespectador. Foi uma explosão de liberdade televisiva que, como veremos, se prolongou durante o período que sucedeu a Abril. Apesar de ser a rádio a primeira a anunciar o golpe militar, foi através da televisão que este ganhou expressão e repercussão nacional. Porque a televisão deu a ver, tornou visível através de imagens que não deixavam margens para dúvida, o derrube do regime de Marcelo Caetano. Tal como Eduardo Prado Coelho relata, a televisão provou o final de um regime e o início de uma nova ordem:

*Foi à noite a olhar a televisão que descobrimos, entre alguma admiração e alguma desconfiança, o rosto dos ‘nossos’ libertadores. Mas foi sobretudo o espanto de vermos como tudo o que parecia inabalável estava corroído por dentro.*<sup>38</sup>

---

<sup>38</sup> Coelho, Eduardo Prado – *Já foi há 25 anos* / Texto retirado do arquivo digital do Centro de Documentação do 25 de Abril – [www.ci.uc.pt](http://www.ci.uc.pt)

### 3.2. Uma televisão ocupada por militares: a adesão ao Movimento das Forças Armadas

*Ontem, os telespectadores estiveram à espera que a televisão lhes trouxesse a verdade. Que a RTP transmitisse, não a reportagem de secundaríssimas cerimónias convencionais, mas os factos fundamentais em termos de veracidade. Ontem, os telespectadores, pela primeira vez, acreditaram que a televisão serve para informar.*<sup>39</sup>

*Responsável pela alienação de milhares de cidadãos portugueses, com a sua propaganda reaccionária e com os seus mecanismos culturais extremamente obsoletos, a RTP fez durante estes 17 anos impunemente aquilo que nunca julgamos que fosse possível fazer, tornando suas e mais que suas as opções do governo. Foram anos inteiros de TV7, de Telejornal, de inqualificáveis apontamentos assinados por Dutra Faria, Barradas de Oliveira e sequazes. Por isso a RTP nunca poderá pagar convenientemente.*<sup>40</sup>

Estes textos, publicados no dia seguinte ao golpe de Estado, são representativos de uma perspectiva crítica em relação à RTP que tinha vindo a crescer à medida que a televisão se ia afastando da realidade social, mantendo-se sempre do lado do poder, parecendo quase indiferente à contestação (dizemos quase pois existiam alguns programas dissidentes da orientação geral), a qual aumentava de intensidade nos últimos anos do marcelismo.

A análise das críticas dirigidas à RTP leva-nos a concluir que, para além das mesmas se referirem à má qualidade da programação no seu todo, concentravam-se na relação da RTP com o poder. De facto, a RTP tinha sido subserviente ao regime de duas formas. Primeiro, pela desinformação e pela propaganda perpetuada através dos seus serviços noticiosos. Os Telejornais, censurados, serviam como meio de legitimação do poder, e com Marcelo Caetano assistiu-se a um requintar dessa estratégia propagandística (Cádima 1996). Depois, a televisão falharia a sua missão enquanto veículo de promoção cultural. Para os seus críticos, a RTP não apresentava uma programação capaz de promover e elevar o nível cultural de um público que exigia já um outro tipo de programas. A televisão surgia mais como um mecanismo de “alienação”, já que os seus programas não acompanhavam o

---

<sup>39</sup> Texto de Correia de Oliveira, publicado no jornal *República*, a 26 de Abril de 1974

<sup>40</sup> Texto de José Jorge Letria, publicado no jornal *República*, a 26 de Abril de 1974

contexto social de mudança vivido no período final do marcelismo. A RTP estava mais ao serviço do poder do que dos seus telespectadores, demitindo-se das suas obrigações estatutárias.

Concretamente, nestas críticas das quais transcrevemos trechos, encontramos alguns pressupostos acerca do que devia ser a televisão e, concretamente, sobre a missão da RTP no contexto de um país em mudança: a “televisão serve para informar”, dizia Correia de Oliveira. À RTP cumpre informar sem censura nem propaganda, concretizando assim a sua missão informativa com independência. A televisão, como meio de comunicação extremamente abrangente, teria também o dever de facilitar o acesso à cultura por parte dos seus telespectadores, oferecendo uma programação orientada para esse propósito.

Para alguns dos críticos de televisão, a RTP, pactuando com a ditadura, não fez nada disto, durante os seus primeiros 17 anos de existência. Assim, com o golpe de Estado que derrubou esse regime, seria a hora de o fazer.

O final do regime significava o termo de um modo de fazer, e também de ver, televisão. A RTP estava agora ocupada pelo Movimento das Forças Armadas. Mas que televisão se propunha agora fazer? Quais as medidas imediatas a tomar para conduzir a Radiotelevisão Portuguesa no seu novo rumo?

Primeira medida: abolição da censura e do exame prévio, tal como indicado no Programa do MFA. Era a promessa de uma televisão que cumprisse as suas missões de informar e cultivar, transmitindo imagens mais fiéis à realidade, sem passar pela rede apertada dos aparelhos de censura. Lemos então na Ordem de Serviço de 26 de Abril de 1974, que “por determinação do delegado ad hoc do Movimento das Forças Armadas para a Radiotelevisão Portuguesa e conforme Programa Político da Junta de Salvação Nacional, recentemente tornado público, é extinto o Gabinete de Exame e Classificação de Programas a partir desta data”.<sup>41</sup>

Ao mesmo tempo, impunha-se uma nova ordem, fundada e descrita no comunicado n.º 1 do MFA,<sup>42</sup> também do dia 26 de Abril, dirigido a todo o pessoal da RTP. Neste documento de ruptura explicitava-se que a RTP era tida “como um dos mais importantes meios postos ao serviço do POVO português e deve-o servir com exemplar cuidado e escrúpulo, contribuindo para a sua livre informação, recreio e progresso cultural”. Portanto, a missão da televisão devia coadunar-se com a velha máxima relativa ao

---

<sup>41</sup> Ordem de serviço não numerada - Arquivo Histórico da RTP

<sup>42</sup> Comunicado N.º 1 do MFA - Arquivo Histórico da RTP

meio televisivo: informar, educar, recrear, desta feita aplicada ao contexto específico que surgiu após o 25 de Abril. E todo o trabalho televisivo deve ser feito em total concordância com o programa político da Junta de Salvação Nacional, não se admitindo “que, por qualquer forma, directa ou indirectamente, haja desvios na orientação da produção e das emissões, dos propósitos enunciados” no mesmo Programa.

Até ordem em contrário, não haveria alterações de estrutura e o desrespeito pela hierarquia constituída seria considerado um “acto de reacção ao Movimento das Forças Armadas”. Excluem-se os casos onde esse desrespeito fosse fundamentado, isto é, se a desobediência às ordens fosse por as mesmas contrariarem a “forma política da Junta de Salvação Nacional”. O comando do MFA passaria a ser designado como Delegado ad hoc do MFA para a Radiotelevisão Portuguesa. Este comando não tinha a intenção de “interferir a não ser nos casos tidos como indispensáveis à prossecução da política da JSN”.

As emissões com origem no Porto, com excepção da Telescola, são suspensas.

Relativamente aos funcionários da RTP, estes deviam comparecer sem falta, com excepção dos deslocados no estrangeiro, com baixa médica ou regime de licença, sob pena de serem automaticamente despedidos. Além disso, ficava claro que não se consentiria “qualquer acção de retaliação pessoal entre os empregados, esperando que todos saibam ser dignos desta hora e deste movimento de libertação nacional”. Pedia-se aos funcionários para, sobretudo, estarem à altura dos acontecimentos.

Todos os que estavam ao serviço na televisão portuguesa ficaram ainda a saber que esse serviço “só pode ter um objectivo: o da Junta de Salvação Nacional, objectivo que será garantido a todo o custo”. E assim se afirmava: quem mandava agora era o MFA e era a este novo governo que a RTP servia agora.

A 27 de Abril, no comunicado nº 2 do Delegado Ad Hoc do Movimento das Forças Armadas,<sup>43</sup> faz-se um louvor à colaboração dos funcionários da RTP. Nomeadamente, é feita uma referência especial aos empregados que estavam ao serviço no Centro de Produção do Porto, na tarde do dia 25 de Abril e também aos trabalhadores que estavam em Monsanto, “durante largo tempo sob coacção dos servidores do antigo regime”. Este Comunicado apresenta, por ordem alfabética, o nome de todos os que fizeram a emissão nos estúdios de Lisboa. E, mais uma vez, apela ao respeito pelas hierarquias

---

<sup>43</sup> Arquivo Histórico da RTP

constituídas em todos os escalões reafirmando que a presença do Delegado Ad Hoc do MFA na RTP não pretende interferir no trabalho efectuado.

Recorda-se, novamente, a importância de estar à altura da missão que incumbe à RTP, enquanto meio de grande penetração junto do público: difundir “uma informação eficiente, dinâmica, objectiva, actuante e séria e uma programação igualmente cuidada, isenta, valiosa, diferenciada e interessante para o grande auditório que abrange”. O capitão Teófilo Bento, delegado do Movimento das Forças Armadas, termina de forma poética este comunicado: “Os portugueses reconquistaram com júbilo e dignidade a aspiração maior da sua condição humana: a liberdade. Saibamos, com apaixonado devotamento à missão de todos e de cada um, fazer da RTP, em cada dia, imagem brilhante e aplaudida dessa gloriosa e admirável conquista.”

Configurado como “o acontecimento” que marca a passagem para a liberdade, o 25 de Abril deveria por isso motivar o trabalho de cada indivíduo, sendo que esse trabalho era mais do que o cumprimento de funções, era o cumprimento de uma missão, cujo objectivo, como descrito pelo capitão Teófilo Bento, seria produzir e transmitir a imagem da liberdade. A palavra “liberdade” é o pólo central a partir do qual se organiza toda uma configuração de valores que devem transparecer através do trabalho dos funcionários da Radiotelevisão Portuguesa.

Neste contexto, os trabalhadores da RTP não deveriam mostrar-se indiferentes à importância da missão da RTP enquanto veículo de transmissão da imagem da liberdade. A 29 de Abril, na ordem de Serviço N° 3/74,<sup>44</sup> o Conselho de Administração da RTP, ainda em exercício, resolve “reiterar ao Movimento das Forças Armadas o seu incondicional apoio”. Mais ainda, manifesta a sua integração nos princípios enunciados do programa da Junta de Salvação Nacional e agradece a correcção com que as Forças Armadas ocuparam as instalações do Lumiar. A adesão da RTP ao Movimento consolidava-se assim por escrito, já que, na prática, isso tinha acontecido logo nas primeiras horas após o golpe. No início do mês de Maio, surgem as primeiras alterações na estrutura da empresa RTP, SARL. Com a demissão do Conselho de Administração vigente à altura do golpe, a gerência da RTP passava a estar a cargo de uma Comissão Administrativa, na dependência directa da Junta de Salvação Nacional, composta pelo capitão-de-fragata Guilherme George

---

<sup>44</sup> Ordem de Serviço N° 3/74 – Arquivo Histórico da RTP

Conceição Silva, pelo tenente-coronel Manuel da Costa Brás e pelo major da força aérea João Gregório Duarte Ferreira.

Esta Comissão suspende das suas funções, através da ordem de serviço N° 4/74 (de 2 de Maio),<sup>45</sup> o Conselho de Programas e todos os seus componentes e o Gabinete de Exame e Classificação de Programas. Cortava-se assim a raiz da censura na RTP.

São suspensas também algumas chefias de vários departamentos: Gabinete de Planeamento e Controlo; Divisão de Relações Exteriores; Serviço de Propaganda e Relações Publicas; Direcção Geral dos Serviços Administrativos; Divisão de Pessoal; Direcção Geral dos Serviços Técnicos; Direcção Geral dos Serviços de Programas; Divisão de Programas Dramáticos e Musicais e ainda do Telejornal, o director e o adjunto, Vasco Hogan Teves e José Mensurado, respectivamente. São também feitas nomeações, pela ordem de serviço N° 5/74 (também de 2 de Maio)<sup>46</sup>, para alguns cargos de chefia, entre eles está o cargo de Director do Telejornal, que é entregue a Alberto Villaverde Cabral e a Direcção Geral dos Serviços de Programas, para a qual é constituída uma comissão composta por Artur Ramos, Manuel Sousa Veloso, Álvaro Guerra e o capitão Manuel Ferreira. Mais adiante falaremos desta comissão.

Para além de proceder a suspensões e nomeações, a Comissão Administrativa que comandou a RTP no período imediato a seguir ao 25 de Abril fez também alterações na estrutura orgânica da empresa. A primeira delas referiu-se à criação da Divisão de Programas de Informação, que veio substituir o Telejornal e o Telejornal do Norte.

Como acabamos de descrever, a Comissão Administrativa tomou algumas deliberações que se constituíram como as primícias de uma transformação da RTP, que viria a decorrer durante todo o processo revolucionário.

Estas primeiras medidas do MFA relativamente à RTP tiveram como preocupação fundamental operar uma ruptura, que se queria imediata, com o anterior regime.

Por um lado, extinguir o órgão máximo de censura – o Gabinete de Exame e Classificação de Programas – era acabar com o maior símbolo da ditadura e cumprir a missão libertadora do Movimento. Por outro lado, era preciso estabelecer e clarificar que a RTP devia servir agora o Programa Político da JSN, congregando todos os esforços para esse mesmo objectivo político. A RTP estava agora ocupada pelos militares e novas

---

<sup>45</sup> Ordem de serviço N° 4/74 – Arquivo Histórico da RTP

<sup>46</sup> Ordem de serviço N° 5/74 – Arquivo Histórico da RTP

estruturas administrativas, novas chefias nas várias direcções. Novos propósitos deviam então levar a que nascesse uma nova televisão. Todas estas preocupações, medidas e objectivos tiveram consequências tanto ao nível da própria empresa RTP como, obviamente, no que concerne à programação.

### **3.3. Uma nova programação**

Na RTP renascida a 26 de Abril, surgem novos conceitos e ideias, relativos à programação, que orientaram o fulgor dos primeiros tempos. Uma nova Comissão de Programas põe em prática um novo mapa tipo, que se oferece como uma programação verdadeiramente revolucionária, pelos novos discursos, temas e abordagens que propunha. Outros formatos e estruturas de programação, no entanto, mantêm-se e também fazem parte da interessante história da RTP nos primeiros meses após Abril.

Que programação surge para dar conta da “missão” de transmissora da liberdade? Quais as rupturas nos conteúdos e nos formatos e quais as continuidades com a televisão do marcelismo?

#### **3.3.1. Rupturas e continuidades com o período marcelista**

Naturalmente, nos primeiros dias após a Revolução, destaca-se a informação televisiva no panorama geral da programação, com os Telejornais a demorarem mais tempo (uma hora na edição principal, quando antes do 25 de Abril tinha meia hora de duração), com muitas reportagens de rua. Lemos nos relatórios do serviço de verificação e estatística, que contêm todo o registo de emissão: “Balsinha entrevista transeuntes acerca dos acontecimentos nacionais” e passavam, em repetição, muitas entrevistas a Mário Soares e outras figuras públicas, feitas por Fernando Balsinha e Luís Filipe Costa.<sup>47</sup>

Tal como Teves descreve, acerca dos primeiros dias de emissão após o 25 de Abril, “o comando das emissões estava nitidamente nas mãos da Informação” (Teves 2007). Era imperioso para a RTP ser veículo de informação, transmitindo a actualidade do que se passava no país.

Também havia a vontade explícita de mostrar o que se passava por detrás das câmaras, como um prolongamento ou confirmação do fim da censura. Logo nos primeiros

---

<sup>47</sup> Relatórios do Serviço de Verificação e Estatística - Arquivo Histórico da RTP

noticiários do 25 de Abril, coisa inédita, fazem-se planos gerais, mostrando todo o estúdio. No programa *Perspectiva*, os comentaristas presentes, José Luís Porfírio e Rocha de Sousa falam sobre o próprio programa e sobre a sua apresentação, agora sem censura. E no *Histórias da Música*, de Vitorino de Almeida, é apresentada toda a equipa de filmagens.

Em relação à programação, a prioridade da recém criada Comissão Administrativa era constituir uma equipa que organizasse esta área da empresa em concordância com o espírito do Programa do MFA, o qual “há-de merecer da parte de todos uma actuação coerente tanto no que se refere às relações de trabalho como à forma e conteúdo dos programas a produzir e realizar”.<sup>48</sup>

### **A primeira Comissão de Programas**

Através da ordem de serviço nº5/74, de 2 de Maio,<sup>49</sup> é nomeada uma comissão constituída por Artur Manuel Monteiro Ramos; Manuel Jorge de Souto Sousa Veloso; Álvaro Manuel Soares Guerra e Capitão Manuel Ferreira. São ainda nomeados para Director Geral dos Serviços Administrativos Eduardo Maia Cadete; para chefe de Divisão de Pessoal João Carlos Moreira Rijo; para Director dos Serviços Técnicos Vítor Eduardo Pimenta Rodrigues; e, para Director do Telejornal, Alberto Villaverde Cabral.

A 3 de Maio, no primeiro comunicado da nova Comissão de Programas, a primeira após o golpe de Estado, afirma-se como missão garantir que o funcionamento deste sector da RTP respeitasse os princípios expressos no Programa do MFA. Cumpria aos responsáveis da programação da RTP “assegurar as condições necessárias para que este meio de comunicação social se realizasse, integral e imparcialmente, em completa liberdade de expressão e informação”.<sup>50</sup>

Na nossa opinião, estes primeiros comunicados e ordens de serviço demonstram uma visão romântico - funcional da televisão. Romântica porque se assumia como possível transformar a RTP num veículo da liberdade recém conquistada através da motivação dos seus funcionários, apelando ao espírito de missão. A televisão tinha assim uma função específica a cumprir no contexto criado pelo MFA, a qual se concretizava numa primeira proposta de televisão (e conseqüente programação) que tinha uma carta de princípios repetidamente explicada aos seus executantes. “Liberdade de expressão”, “liberdade de

---

<sup>48</sup> Comunicado N° 4, de 7/05/1974 – Arquivo Histórico da RTP

<sup>49</sup> Arquivo Histórico da RTP

<sup>50</sup> Comunicado N°1, de 3/05/1974 – Arquivo Histórico da RTP

informação”, “promoção cultural”, “harmonia” com o Programa do MFA, eram os conceitos gerais de que se compunha o tal espírito de missão que devia animar e orientar todo o trabalho de produção televisiva.

Para organizar uma programação que cumprisse e respeitasse esta nova missão da RTP, a Comissão de Programas organizou da seguinte forma os diferentes sectores: Álvaro Guerra ficou como responsável pela Informação e Especiais; Artur Ramos o Teatro e Cinema; Manuel Ferreira com os programas culturais e Manuel Jorge Veloso com os musicais.<sup>51</sup> Álvaro Guerra era jornalista no *República*, Artur Ramos era realizador na RTP, e esteve desde sempre ligado ao teleteatro, Manuel Ferreira era capitão mas também “professor, romancista, venerador e praticante das literaturas africanas de expressão portuguesa” (Teves 2007) e Manuel Jorge Veloso era já conhecido do público pelo seu programa *TV Jazz*. A nomeação desta comissão era uma posição política pois todas estas figuras não estavam alinhadas, antes pelo contrário, com o regime ditatorial.

Que mudanças se verificaram então em relação à programação logo após a Revolução?

A 10 de Maio, a Comissão Administrativa da RTP deu uma entrevista à revista *Telesemana*, magazine dedicado à actualidade televisiva, surgido em 1973.<sup>52</sup>

Nesta entrevista, onde a Comissão fala acerca do “trabalho de reestruturação ideológica da RTP”, é feita a seguinte pergunta, com uma longa introdução: “Tendo a televisão a importância que lhe advém das suas características muito particulares como meio de comunicação, a programação é a parte de maior impacto, já que é diariamente vista por todo o país; daí o facto de poder ser aproveitada como meio de alienação, embrutecimento e anti-cultura. Era isto que se verificava na RTP, organismo mais que comprometido com o governo ditatorial acabado de derrubar. Sendo assim, qual a orientação que a CA pretende para uma nova programação?” A Comissão Administrativa responde que “haverá uma profunda remodelação que [...] se reconhece como urgente. Estará a cargo de uma comissão a planificação de um novo mapa tipo e serão tomadas medidas para que seja alterada a orientação da programação”.

As críticas feitas à RTP, presentes na pergunta feita à Comissão Administrativa, eram dirigidas não só à sua cumplicidade com o governo deposedo como também ao incumprimento da missão televisiva de “educar” e “cultivar”. Da nova televisão, surgida

---

<sup>51</sup> Comunicado N° 2, de 6/05/1974 – Arquivo Histórico da RTP

<sup>52</sup> in *Telesemana* n° 68 de 10 de Maio de 1974

com o golpe de Estado e da responsabilidade do MFA, exigia-se uma nova orientação, uma nova identidade, uma nova programação que não deveria repetir os erros do passado. “Mudar”, “sanear”, “limpar”, “reorganizar”, “remodelar” - era isto que se pedia aos responsáveis da RTP.

E logo a 17 de Maio (poucas semanas tinham passado do 25 de Abril), nesta mesma publicação podemos ler num editorial, numa linguagem romântica e esperançosa, que “o perfume dos cravos [tinha invadido] definitivamente os estúdios do Lumiar. Abriram-se para o céu azul de Maio as janelas do 95 das Linhas de Torres no Lumiar e, através delas, os serviços de programação lançaram para a rua os programas televisivos que (...) durante décadas envenenaram o espírito dos telespectadores”.<sup>53</sup>

Álvaro Guerra afirma que a Comissão de Programas haveria de “transformar radicalmente o próprio espírito dos programas, criando programas formativos de carácter sindical e político”<sup>54</sup>.

A RTP assumia, numa posição de educadora, o propósito de ensinar o povo o *Ba Ba do Estado* (como adianta Artur Ramos). O povo entra assim nos propósitos da programação como a entidade principal para a qual se dirige a nova programação. Como fazer uma televisão para o povo torna-se numa questão sobre a qual os programadores e produtores da televisão se debruçam.

Esta nova orientação da RTP seria implementada através de uma programação com orientações específicas para o mapa tipo, e a 24 de Maio de 1974, a Comissão de Programas apresenta o resultado da revisão do Mapa Tipo.<sup>55</sup>

De acordo com o propósito de fazer da televisão um instrumento de formação e de educação política, a nova Comissão de Programas coloca na grelha de programação um conjunto de novos programas políticos como *O mundo do trabalho*, *Vamos decidir em conjunto*, *A política é de todos*, *Escrever é lutar*. Como exemplo de temas abordados nestes programas temos o sindicalismo, as associações democráticas, os problemas laborais, temas totalmente inéditos na RTP. Estes programas deram também visibilidade a autores e outras individualidades aos quais a censura impedia de aparecer. Por exemplo, no programa

---

<sup>53</sup> in *Telesemana* n° 69 de 17 de Maio de 1974

<sup>54</sup> in *Telesemana* n° 68 de 10 de Maio de 1974

<sup>55</sup> Comunicado N° 6, 24/05/1974 – Arquivo Histórico da RTP. Para o mapa tipo proposto pela Comissão de Programas, ver Anexo 2.

*Escrever é lutar*, que tentava aliar a cultura à política, os seus convidados eram autores aos quais estava vedado o campo mediático televisivo, no anterior regime.

Pretendia-se também que a actualidade ganhasse peso e forma – sendo que peso aqui significa percentagem de tempo de emissão – na programação. Os magazines ligados à actualidade, que se mantêm da grelha anterior, alteram, por seu lado, as suas temáticas.

O *Actualidades da semana*, que passava ao domingo ao final da tarde, substituindo o *TV 7*, cobria determinados factos e acontecimentos de uma forma mais profunda do que no *Telejornal*. O *Em foco*, emitido às terças e quintas pelas 19h45, apresentou questões como o momento político actual; o bairro da Cova do Canastro; o povo português diz não à guerra ou a situação económica e profissional dos cabo-verdianos em Lisboa. As reportagens e documentários sobre temas da actualidade estavam também presentes no programa *Crónica*, que passava aos sábados às 20h00, intercalado semanalmente com o programa *Ensaio*.

A actualidade tornava-se assim um valor fundamental para a organização da programação. As reportagens e os documentários multiplicavam-se e, muitas vezes, os temas da actualidade eram depois discutidos em estúdio, nas chamadas “mesas redondas”. Auscultar as opiniões do cidadão comum, nas ruas, e trazer a discussão entre figuras de várias proveniências (jornalistas, políticos, militares) para o estúdio foi uma das grandes novidades televisivas dos primeiros tempos após Abril.

Os programas culturais apresentados neste novo mapa tipo já existiam antes do 25 de Abril, mas, como é óbvio, abriram as suas áreas temáticas às áreas da cultura nacional que eram postas de parte por serem alinhadas à esquerda. Mantiveram-se, contudo, alguns programas que encaixavam, perfeitamente, pela sua forma e pela temática abordada, nesta nova orientação para a televisão. Programas de produção interna que se mantinham intactos e intocáveis eram, por exemplo, *TV Rural*, *A cozinha ao alcance de todos*, *Domingo desportivo* e outros programas dedicados ao desporto, entre outros. *Museu Aberto*, que passava às 23h às sextas, continuou a mostrar o país e a arte popular mais recônditos, e *Se bem me lembro* (emitido aos sábados pelas 19h) manteve no ar a presença sábia de Vitorino Nemésio, embora agora com temas como a liberdade de expressão, opinião e imprensa; os ideais republicanos; a 1ª República; a emancipação feminina. Dada a mudança repentina de temas, Nemésio responde num dos seus programas a uma “missiva anónima a si dirigida, criticando-o pela diferença de tom do seu discurso antes e depois do 25 de Abril e fala de como as ideologias transtornam o indivíduo” (Reis 2002: 4). O momento político que

Portugal atravessava nunca deixou de ser tema das crónicas semanais de Vitorino Nemésio, que agora se permitia falar livremente, sem censura.

*Cinema Ano 1*, de Alfredo Tropa tinha também agora a liberdade para mostrar todo aquele cinema que antes não podia ser divulgado. O mesmo se passava em relação ao programa *TV Palco*, de Igrejas Caeiro, que tinha agora a hipótese de passar peças nunca antes chegadas à televisão. No imediato, havia a promessa de transmitir na televisão cinema e teatro até então censurados.

A nova Comissão de Programas também pretendia reforçar a informação. Para além das 3 edições do *Telejornal* (13h45, 21h, 23h30), adicionava-se um *Mini-jornal* às 19h15. Olhando para a distribuição dos programas, neste mapa tipo apresentado a 24 de Maio 1974, encontramos dois segmentos distintos, divididos pelos *Telejornais*. Primeiro, e sendo que a programação da hora de almoço e da tarde não são relevantes (excepção feita para o horário do programa *Escrever é lutar*, colocado às 13h das terças), temos o segmento que vai desde o *Mini jornal* das 19h15 até ao *Telejornal* das 21h. É neste intervalo de tempo que encontramos a maioria dos programas de produção interna, os quais constituíam a grande novidade da programação – os programas mais políticos e os que mostravam aos telespectadores coisas (do país social e político) que nunca seriam mostrados durante a ditadura. No segundo segmento, desde as 21h30 até ao final da emissão, temos alguns programas de produção interna de entretenimento (Teatro, Musica, Variedades) e teremos, uma vez mais, o predomínio das séries e filmes estrangeiros. Este mapa tipo constituía-se como a primeira proposta de televisão saída das chefias nomeadas pelo MFA. Pretendia-se uma ruptura com o período marcelista, operada em diversos sentidos.

Primeiro, a ligação à actualidade e ao “país real”. As reportagens e os documentários pretendiam mostrar, por um lado, aquele país que era ocultado pela censura e, por outro lado, as mesas redondas, e todos os programas informativos, que ligavam a televisão à actualidade política, o que não acontecia durante a ditadura.

Depois, em segundo lugar, a aparição nos aparelhos de TV e na produção televisiva de personalidades às quais não era permitida a participação, com o intuito de divulgar a “verdadeira” e, até ali oculta, vida cultural do país. Novas temáticas, novos protagonistas, novos programas ou alterações de velhos programas tinham como objectivo final ligar a televisão ao país real político e social, devolvendo assim a RTP ao povo. Com estes programas, os telespectadores podiam conhecer através da televisão, as caras e as figuras

que se iam tornando agentes de um processo nascido com o golpe de estado do 25 de Abril.

### 3.4. Os programas de produção interna

Os tempos imediatos após o golpe de Estado foram, então, de muitas novidades na RTP e os novos programas começam a surgir ainda antes de estar pronto o novo mapa tipo.

Tomemos agora em consideração os programas de produção interna que surgiram após Abril de 1974.

Muitos destes programas tinham como pólo temático comum a actualidade político-social. Grandes reportagens informativas, filmes documentários, mesas redondas, debates e comunicações de membros do governo e de outras figuras da política e da sociedade nacionais irromperam na TV perante o olhar ora atónito ora saturado dos telespectadores, pouco habituados a ver a televisão tão empenhada em transmitir a actualidade.

Uma das novidades na produção interna, que se inseria precisamente na vontade de se aproximar do seu povo telespectador, era o modo como a comunicação política se tentava realizar de uma forma directa e concreta através da televisão. Os dirigentes das forças políticas emergentes e os agentes sociais (em rigor, seriam *opinion makers*) utilizavam a RTP como meio privilegiado de comunicação. O tom usado era paternalista, pedagógico – estavam a ensinar ao povo o que era viver num país agora democrático.

No programa *Os Movimentos políticos e a economia nacional*, vários dirigentes políticos e sindicais prestavam depoimentos acerca da conjuntura sócio-económica que se vivia. A maior parte das participações eram de membros de partidos. Prestaram depoimentos, entre outros: António Joaquim Gervásio, José Vitoriano e Carlos Costa do Partido Comunista Português; Ricardo Montezuma, Gaspar Campos e Ferreira do Amaral do Partido Popular Monárquico; Marcelo Curto, Lopes Cardoso e António Guterres do Partido Socialista; membros do PRP; Rogério de Jesus, Augusto Mateus e Eduardo Ferro do Movimento da Esquerda Socialista.

Também os membros do governo apareciam na televisão para falar aos telespectadores. *Responder ao país* era, como o nome indica, um espaço televisivo para membros do governo responderem às questões que entendiam que o país tinha. No ano de

1974 prestaram declarações o Ministro da Economia, Rui Vilar; o Ministro da Justiça, Salgado Zenha; o Secretário de Estado do Planeamento, Vítor Constâncio; o Director Geral da Cultura Popular, Vasco Pinto Leite; e o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares.

Durante 1974, houve 21 comunicações ao país pelos membros do governo acerca de vários temas como, por exemplo, a situação económica e as medidas a adoptar pelo governo (comunicação do Primeiro Ministro Vasco Gonçalves), a reforma fiscal, o aumento de preços de vários produtos, num total de mais de 7h de discursos políticos transmitidos em 1974, feitos directamente do político para o telespectador.

Também a própria programação televisiva era tema de comunicações e discursos. No programa *Diálogo*, a primeira Comissão de Programas que surgiu após o 25 de Abril apresentou a nova programação. Artur Ramos, Manuel Jorge Veloso e Manuel Ferreira falaram sobre as alterações nos programas da RTP. A própria televisão também se colocava, ela própria, tanto em relação à sua programação quanto aos programas em si, como objecto na mesa de discussão permanente que se tornaram estes primeiros tempos televisivos após 25 de Abril.

Um dos programas de informação e actualidade de maior popularidade foi o *Teledomingo*, de Joaquim Letria. Este programa incluía o Telejornal e analisava alguns assuntos da actualidade “através do depoimento de entidades responsáveis, expressamente convidadas, postas em tom de pergunta-resposta, e por vezes extensivos telefonicamente aos próprios espectadores”.<sup>56</sup>

O formato de mesa redonda, de debate e discussão, proliferou na televisão portuguesa após o 25 de Abril. O conceito de mesa redonda simboliza todo um novo modo de estar em televisão. Uma mesa redonda não tem cabeceira, dando a ideia de que todos os participantes estão habilitados, de igual modo, a discutir sobre um dado tema, que está sobre a mesa para a compreensão de todos. Logo no dia 5 de Maio de 1974, é transmitida uma *Mesa Redonda* cujo tema de debate é a programação da RTP. A frequência com que havia programas de mesa redonda criou o hábito de ver debates na televisão. Lemos, por isso, na rubrica “Mira Crítica”, da revista *Telesemana*, uma queixa pelo facto da RTP transmitir entretenimento em vez de programas políticos: “Não se obrigue o público a

---

<sup>56</sup> Descrição do *Anuário RTP 1974*

ficar amarrado a um episódio de Love Story [série de ficção americana] no horário em que ele aguardava uma mesa redonda com ex presos políticos”.<sup>57</sup>

Estes debates trouxeram à RTP importantes personalidades e temas, dos quais o mais debatido era o chamado “actual momento político”. Perante a sucessão de acontecimentos políticos realizavam-se os debates correspondentes. Para tal, eram chamadas várias individualidades como políticos, jornalistas, militares do MFA, intelectuais.

Entre outras, prestaram depoimento as seguintes personalidades: João Moreira Rijo, Prof. José da Cruz Policarpo, Daniel Cabrita e Pinto Elyseu sobre a programação da RTP; Tenente-coronel Ricardo Durão, delegado da JSN junto do Ministério do Trabalho, Octávio Pato do PCP e Carlos Carvalho do MDP CDE sobre o “actual momento político”; bem como especialistas em variados assuntos, como por exemplo o planeamento familiar ou o rastreio do cancro pulmonar.

O leque de intervenções variava as suas temáticas, e era, deste modo, através da televisão que uma maioria de dirigentes políticos se apresentava (a si e às suas ideias) ao país.

Para cumprir o objectivo de restituir em imagens o verdadeiro país aos telespectadores da Radiotelevisão Portuguesa, muitos dos programas de produção interna apostaram no formato da reportagem televisiva. Dado que a evolução tecnológica permitiu a utilização de equipamentos portáteis, foi possível às equipas da RTP sair à rua para reportar acontecimentos e factos. Os temas sobre os quais se faziam trabalhos de reportagem televisiva eram bastante variados. Destacamos os seguintes: Manuel dos Santos, toureiro; Dia Mundial da Cruz Vermelha; depoimentos de jornalistas que viveram o 25 de Abril; a aviação agrícola em Portugal; voto, uma arma do povo; Feira do Livro - nova estrutura; Bento de Jesus Caraça; a actividade profissional do arquitecto; o aborto; vendedores ambulantes; a vida dos profissionais de circo; os Bairros da Lata.

A reportagem e o documentário estavam presentes e diluídos em muitos programas, os quais não eram especificamente nomeados nem formalmente integrados na programação. A particularidade do momento que se vivia e a importância da sua documentação e registo visual teve uma resposta à altura por parte dos técnicos de imagem da RTP. Assim como desde cedo se tornou claro que a reportagem também poderia servir eficazmente propósitos ideológicos, quando bem feita. A televisão desempenhava, deste

---

<sup>57</sup> *Telesemana* n.º 76 de 5 de Julho de 1974

modo, um papel essencial na formação de uma nova sociedade cuja cultura política estava aquém do que era pretendido pelas elites políticas que se iam afirmando no espaço público português após o 25 de Abril.

De modo a utilizar o poder de difusão e de comunicação do dispositivo televisivo, surge um lote de programas de cariz político que se diferenciavam dos restantes pela sua vertente assumidamente pedagógica, pelo seu tom educativo. Encontramos aqui a rubrica *A política é de todos*, de Teresa Olga e António Reis, do qual falaremos adiante. Roque Laia, que tinha escrito o Guia das Assembleias-gerais, inicia a 14 de Maio o seu programa *Vamos decidir em conjunto*. Neste programa o apresentador disserta sobre os princípios fundamentais que devem presidir às actividades associativas, nomeadamente no que respeita às regras a cumprir em plenários e assembleias-gerais. Era o exemplo acabado de um programa de pedagogia política. No programa *A lei e o povo*, Francisco Marcelo Curto explicava, simplificando, várias leis, como a Lei do Saneamento ou a Lei Constitucional. Segundo descrição do Anuário 1974, este programa apresentava uma “panorâmica sobre a hierarquia das leis, estabelecendo um confronto entre passos da Constituição de 1933 e o Programa do MFA”. O programa tentava explicar e simplificar as novas leis fundamentais, esclarecendo aspectos de algumas leis recentemente promulgadas.

Também o Movimento das Forças Armadas iniciou a produção do seu próprio programa. Em 1974, teve apenas 3 edições, com os seguintes temas: O porquê de uma revolução – depoimentos de vários militares sobre o 25 de Abril (2 edições) e Recenseamento eleitoral – indicações sobre a forma como irá ser feito o recenseamento. Desta forma, os militares utilizavam a televisão como ponte de ligação com o povo. Outros programas, como *A região de Trás-os-montes e o actual momento político*, eram uma tentativa de levar a política ao Portugal mais esquecido e recôndito e mostrando esse mesmo país, até ignorado pelas câmaras de TV, obtendo resultados visuais surpreendentes.

Este conjunto de programas constituiu-se como a grande novidade no discurso televisivo do entusiasmo dos primeiros tempos após o 25 de Abril de 1974. Este novo discurso era, por um lado, dirigido ao povo pretendendo, por outro lado e ao mesmo tempo, dar voz ao povo. Os homens que faziam televisão (jornalistas, técnicos de imagem, cineastas, intelectuais) procuravam novos caminhos, modos de expressão, formatos que resultassem em programas que permitissem comunicar com o povo e integra-lo no

processo democrático iniciado em Abril, no qual a RTP assumia, por via do seu impacto na sociedade, uma importante missão formadora.

E a educação política do povo estava íntima e assumidamente ligada à sua promoção e elevação cultural. E assim, muitos dos programas ditos políticos são, simultaneamente, programas culturais sobre a arte politicamente comprometida. Contudo, mesmo dentro dos magazines de divulgação geral, ligados às artes ou dirigidos a um público específico (rubricas dedicadas à literatura e aos autores portugueses; programas de cinema) encontramos novas temáticas e novos modos de abordar vários assuntos. Nestes magazines de divulgação que surgiram após o 25 de Abril, encontramos, dedicado ao mundo da arte, o programa realizado pela Cinequanon *Das artes e dos ofícios*, que dedicou alguns dos seus programas aos seguintes temas: A actual situação da Fundação Gulbenkian; Quem foi Brecht; Os artistas do poço da morte; Manoel de Oliveira, realizador de cinema; Felgar - aldeia de Trás os Montes; venturas e desventuras do cinema português; a situação socio-económica da Hungria. Como se vê, a abrangência da temática deste programa era grande.

Também com realização de uma cooperativa de cinema,<sup>58</sup> surge o programa *Nome mulher*, com Antónia Sousa e Maria Antónia Palla e realizado então pela Cinequipa. Era um programa dedicado à mulher mas abordando temas de uma forma totalmente diferente do tempo da ditadura. Os direitos das mulheres eram o mote para se falar de vários temas como o divórcio, a desigualdade no trabalho, o preconceito.

Estes temas eram apresentados num formato misto de reportagem com trabalho de estúdio. Através da reportagem, eram recolhidos depoimentos de mulheres cujas histórias de vida exemplificariam a situação feminina do Portugal dos anos 70 e também de algumas personalidades. O trabalho de edição estava enquadrado dentro do que se tornou habitual na televisão do pós 25 de Abril. Eram comuns *clips* com músicas temáticas e sugestivas em fundo, informando os telespectadores dos seus direitos e também imagens do sofrimento do povo. Por exemplo, no programa *Nome Mulher* observamos um trabalho de edição, com a música “Catarina Eufémia”, sobre os direitos das mulheres, seguido depois de uma reportagem no mundo rural, com um casal numa ceifa. No mundo televisivo dominado por homens e onde a mulher tinha um papel subserviente – com as vedetas da TV femininas a não terem voz para falar das desigualdades sociais de que as mulheres eram

---

<sup>58</sup> Em 1974 e também em 1975, houve uma sinergia entre a RTP e algumas cooperativas de cinema, da qual resultaram vários filmes e programas. A Cinequanon, em co-produção com a RTP, realizou entre 1974 e 1975, cerca de uma centena de filmes para a televisão.

vítimas – o inovador programa *Nome Mulher* pretendia ensinar que “o preconceito marginaliza mais do que a lei”.<sup>59</sup>

Noutro registo, surge *Do médico para toda gente*, com o Dr. Ramiro da Fonseca

"programa no qual foram focadas e divulgadas noções elementares de diagnóstico e medicina preventiva".<sup>60</sup> Neste lote de programas incluímos ainda algumas rubricas com depoimentos e reportagens como *Encontro* e *Impacto*, com depoimentos de várias personalidades ligadas à cultura.

No que concerne ao cinema, agora sem censura, surge *Cinema ano um*, de Alfredo Tropa. Na primeira edição do programa de Alfredo Tropa, após o 25 de Abril, em Maio de 1974, *Cinema Ano Um* passa o filme *Couraçado Potemkin*, do realizador russo Sergei Eisenstein. Nesta rubrica, foram recolhidos depoimentos de vários realizadores e cinéfilos: António Macedo; Lauro António, apresentando alguns filmes que se encontravam em exibição; Eduardo Geda, sobre o filme *Sofia e a educação sexual*; Vasco Pinto Leite, acerca da criação de uma cinemateca na cidade do Porto. Os temas mais recorrentes eram a situação do cinema português e a apresentação de alguns filmes que tinham causado alguma polémica, especialmente os que eram considerados mais eróticos. Surge também a rubrica *Cinema de amadores*, dedicado à vertente amadora da 7ª arte, com apresentação e comentários de filmes e depoimentos sobre a situação do cinema de amadores. Participaram neste programa José Borrego, José Morais, Nuno Vieira da Fonseca, entre outros. É também em 1974 que o programa *Cinema de animação* inicia as suas emissões. Neste programa de Vasco Granja são apresentados filmes de animação produzidos à margem da matriz americana. O autor escreve na sua coluna do magazine televisivo semanal *Telesemana*, sugestivamente intitulada “O filme animado de esclarecimento ideológico”, que “qualquer filme contém em si as características da sociedade onde foi produzido [e] é possível detectar o género de mensagem ideológica que transmite”.<sup>61</sup>

Oferecer alternativas ao filme comercial *mainstream* americano, apresentar outras hipóteses cinematográficas e divulgar o cinema português é a intenção comum a todos os programas dedicados ao cinema surgidos após 25 Abril 1974. Estes programas reportaram ainda as implicações sociais da passagem de filmes que geraram polémica e que tinham sido proibidos pelo Estado Novo e que passavam agora nas salas de cinema.

---

<sup>59</sup> Esta frase era um dos slides repetidos durante os programas

<sup>60</sup> *Annário RTP 1974*

<sup>61</sup> in *Telesemana* N° 86, 13-09-1974

Os poetas marcam a sua presença em programas como *Motivos de Poesia*, e também na declamação, onde aparecem, na rubrica *Poesia*, Ary dos Santos, Sophia de Mello Breyner e Mário Viegas. Mas a literatura estava aliada à luta política e por isso no programa *Com todas as letras*, de Eduardo Prado Coelho e Manuel Valente e realizado por Manuel Costa e Silva, há depoimentos de Eduardo Prado Coelho e Manuel Alberto Valente sobre a liberdade de expressão; há também um programa sobre a vida e obra de Luandino Vieira; outros sobre editores como as Edições 70 e a Portugália Editora e ainda apresentação de novos livros de autores portugueses.

A designação do programa *Escrever é lutar* resume toda a sua essência. A primeira edição de *Escrever é Lutar* é a 7 de Maio. Nesta rubrica, que tinha a duração de 15 minutos e era dirigido por Fernando Assis Pacheco e José Carlos de Vasconcelos, foram entrevistados homens das letras. O programa consistia numa conversa entre o apresentador e, também ele escritor, Fernando Assis Pacheco e um convidado. Travava-se então uma conversa informal, descontraída, entre escritores e poetas que lutaram pela liberdade. Estes falavam sobre a sua carreira literária, apresentavam livros e até declamavam poemas.

Formalmente, *Escrever é lutar* era um programa simples, com utilização de poucas câmaras, feito em estúdio. Fernando Assis Pacheco, afirma, numa entrevista concedida a um jornalista da *Telesemana*, que nem sequer tinha televisão em casa e que, dado que o programa passava à hora de almoço, passou a ser conhecido na rua pelas donas de casa, o que nunca pensou que viesse a acontecer. Participaram neste programa, entre outros, Luís Stau Monteiro; Sofia de Mello Breyner; Joaquim Namorado ou Manuel Alegre. Ambos os programas *Com todas as letras* e *Escrever é lutar* surgiram com a primeira Comissão de Programas.

Foram também transmitidos em directo acontecimentos como o *Encontro da Canção Livre* ou o *Encontro acerca das canções heróicas*, este último com canções de Lopes Graça, em homenagem aos presos políticos.

Uma nota ainda para um programa religioso que surgiu após o 25 de Abril, *Cada dia uma esperança*. Era um programa do Padre Luís de França, um padre dominicano assumidamente de esquerda. A facção mais progressista da Igreja Católica marcava então a sua presença. A RTP nunca deixou de transmitir a missa dominical ou outras celebrações como as de Fátima. Assim, esta mudança apenas disse respeito aos clássicos programas de meditação, que, com o Padre Luís França, estavam agora sob a alçada do clero progressista.

### 3.4.1. *A política é de todos*: um programa paradigmático

A rubrica *A política é de todos* assume-se como um símbolo do que a RTP (na pessoa dos homens e mulheres que faziam televisão) queria fazer e sonhava ser no processo democrático. O programa foi responsável por uma das principais novidades na programação televisiva após Abril: a transmissão de imagens do país real.

Tal como o título indica, “A política é de todos” tinha como intenção levar a política a toda a gente, através da televisão. Como pode um programa de TV ajudar na politização do povo? E que “povo” é este que precisa de ser politizado?

Uma das edições do programa teve como tema *Que pátria para o socialismo?*<sup>62</sup>

O genérico inicial é um *clip* com a música “Que força é esta?”, de Sérgio Godinho, com imagens de trabalhadores a saírem de uma mina e outras imagens do povo. E que imagens eram essas? Eram planos de trabalhadores, rurais e operários (sendo mais as imagens do trabalhador rural) e imagens da miséria desses homens. Depois, com poemas sobre Portugal em fundo de som, passa um *clip* de imagens da cidade, da paisagem rural, e mais planos de homens a trabalhar. Após esta introdução, uma locutora aparece (num plano em exterior) a explicar o tema do programa: “Quisemos pegar no modo como o povo pega na ideia de pátria e procuramos documentos vivos e palavras de poetas nossos.”

O objectivo era reflectir sobre o país, com imagens da realidade social e com o povo a fazer uso dos microfones, ligando tudo isto com a poesia e com a expressão de nomes da cultura portuguesa. O tema seria a história de Portugal e a mudança de perspectiva sobre a mesma, onde o povo é também um agente – tal como é referido no programa “a história é feita pelo povo”.

Nesta introdução ao programa, apresenta-se a história do país, desde Dom Sebastião, passando pelo 25 de Abril como a madrugada que devolveu a esperança ao povo português.

A reportagem inicia-se com planos abertos, mostrando o contexto onde foi feita e planos fechados sobre os rostos. Os planos fechados, e o muito grande plano, sobre os rostos são frequentes. Mostrando rugas e faces cansadas, a intenção é mostrar e provar o

---

<sup>62</sup> O programa que foi analisado tinha a seguinte ficha técnica. Comissão orientadora - José Garibaldi, João Bénard da Costa, Maria de Fátima Bivar, Rui Grácio; Fotografia - Sebastião Pinheiro e Júlio Carvalho; Montagem - Maria Beatriz

sofrimento do povo, documentando as marcas desse sofrimento. Cremos que têm o desígnio, muitas das vezes bem conseguido, de mostrar a verdadeira força desses rostos, símbolo do povo puro e verdadeiro, fonte e força do país.

A reportagem segue então para vários cenários, onde são feitas várias perguntas a várias pessoas. Os espaços filmados são os mercados, onde falam as vendedoras, a faina dos pescadores, e espaços rurais onde são entrevistados trabalhadores agrícolas. Também um soldado é questionado pela equipa de televisão. Fizeram-se as seguintes perguntas:

“Em que é que a gente é diferente dos estrangeiros?”; “Como nasceu, apareceu Portugal? Como é que Portugal veio ao mundo?”; “Sabe que há estrangeiros a dizer mal do 25 de Abril, a dizer que aqui não há liberdade?”; “E o que devemos fazer a essas pessoas?”; “E se *eles* nos invadissem?”; “O que é que Portugal pode dar ao mundo?”; “O que é isto de Pátria?”

As respostas vão variando, girando em torno destas ideias: a pátria é sagrada; somos mais pobres que os estrangeiros; temos menos cultura; defendíamos a pátria caso necessário; Portugal pode dar muita coisa ao mundo, entre outras.

Em geral, estas respostas falam de um “amor” pela Pátria. Todos os entrevistados acreditam no valor de Portugal enquanto país. Por outro lado, há a consciência da pobreza do país, especialmente do fosso cultural que o separa dos países mais desenvolvidos, embora subsista a visão de Portugal como país potencialmente rico (devido sobretudo às colónias). Quanto à actualidade, há a percepção de que o país está num *processo*, explícita em algumas entrevistas.

O objectivo destes programas era ir ao encontro do povo “puro”, isto é, do povo que vivia em sítios onde, por exemplo, ainda havia medo e suspeição relativamente às pessoas que vinham da cidade. Era a este “país profundo” – sendo que a noção desta profundidade estava directamente ligada à miséria enraizada nestas comunidades –, que interessava levar uma espécie de “boa nova”, no sentido revolucionário do termo: Portugal está livre; não há que ter medo: é preciso apenas participar neste processo democrático que Abril encetou, e participar, nomeadamente votando, porque a política é de todos.

Arriscamos afirmar que quase se trata mais de uma evangelização do povo (e aqui o povo são sempre os pobres, as vítimas, os ainda não iluminados, ainda não conscientes de serem livres) do que se trata de dar voz a esse mesmo povo – as perguntas são feitas mas há mais um objectivo de politizar o povo do que saber dos seus anseios. A “política” que é

oferecida e ensinada é feita partindo do pressuposto de que se sabe o que é a “política” que o povo quer e precisa.

As imagens da miséria também são frequentes pois, de facto, Portugal era um país pobre. Naturalmente, ao filmar em zonas mais carenciadas, essas imagens tornavam-se imprescindíveis no produto final da reportagem. Num dos programas, mostram-se imagens impressionantes de uma casa no meio rural do nordeste transmontano. Ouve-se em *off*: “Olharam-nos como se viéssemos de outro mundo”. E logo depois acrescenta-se: “A política começa em nossa casa.” O objectivo de mostrar a miséria parecia ser provar (para além de demonstrar as consequências do regime ditatorial) que a politização estava relacionada com uma melhoria das condições de vida. Os habitantes daquela casa surgiam como vítimas do Estado Novo que os tinha condenado à miséria e à apolitização – e seria a política que os iria salvar.

A mensagem parece ser esta: o principal malefício que o regime deposto trouxe foi a ignorância política, o medo, e, no geral, a resignação à miséria. A revolução – através da presença da televisão – nestas casas, nestes contextos de miséria, vem trazer a política, vem trazer a iluminação, vem ensinar a utilizar a muito útil ferramenta da reivindicação. E a missão parecia cumprida quando se ouve uma voz *off* a dizer: “O povo falou de política, naturalmente, sem saber que o estava a fazer.”

### **3.5. Uma semana televisiva após o 25 de Abril**

O mapa que apresentamos (Anexo 3) é de uma semana televisiva do canal 1 da RTP, em Julho de 1974. 3 meses após o golpe militar, a RTP apresentava uma grelha de programas que, comparando com o início da década de 70, era fruto das alterações que Abril trouxe aos estúdios do Lumiar. Este mapa é o resultado prático do primeiro mapa-tipo apresentado em Maio pela primeira Comissão de Programas que surgiu após o 25 de Abril. Tem algumas alterações mas mantém o esqueleto inicialmente proposto.

Em Julho de 1974, a emissão iniciava-se às 12h com desenhos animados (excepto ao domingo, quando era transmitida a missa dominical). No segmento horário do almoço, das 12h até às 15h encontramos programas infantis e produtos mais ligeiros como séries ou programas de divulgação ou entretenimento. Imediatamente antes do Telejornal das 13h45, passam séries de ficção estrangeira, de origem francesa e americana. Os (poucos) programas de produção exclusivamente interna que passam neste segmento foram empurrados para horários com menos audiência. Nomeadamente, o programa *Escrever é*

*lutar* tem emissão marcada para as 13h. A seguir ao *Telejornal* das 13h45, passam magazines de divulgação ou rubricas de actualidades variadas. À tarde, num segundo segmento – das 15 às 19h30 – durante a semana, durante o período lectivo, passa a *Telescola*.<sup>63</sup> As tardes de sábado são preenchidas por alguns programas de variedades e até de entrevista (como o *Caso da semana*, de Luís Filipe Costa). Nesta semana que analisamos, temos a transmissão de provas de Fórmula 1 – o desporto automóvel teve sempre um lugar assegurado na programação da RTP. A tarde de domingo é dominada pelo entretenimento, com cinema e variedades. No final da tarde, pelas 18h30, tinha lugar a *Presença do Brasil*, um programa gravado no Brasil pela equipa da RTP no Rio de Janeiro.

Podemos considerar, dado que era a hora em que os telespectadores tinham mais disponibilidade para ver televisão, que o segmento horário de maior audiência seria entre as 19 até ao fecho. Este período inicia-se com informação: um mini-jornal de 15 minutos, às 19h30, tal como a primeira Comissão de Programas tinha proposto.

Entre este primeiro serviço informativo da noite (eram 3) e o *Telejornal* principal, das 21h, temos ofertas diferentes para cada dia da semana. A programação apresentada pela RTP era uma programação horizontal, isto é, todos os dias há uma oferta diferente em termos de formato e conteúdo, e os serviços informativos mantinham horários iguais todos os dias.

Logo a seguir ao mini-jornal das 19h30, temos a *TV infantil*, também ela sempre às 19h45. Depois, há tempo de emissão para programas de produção interna, alguns deles inserindo-se no propósito pedagógico político-social que a RTP assumiu após o 25 de Abril. Referimo-nos, por exemplo, a *No mundo do trabalho* (3ª e 5ª às 20h15) e *Os movimentos políticos e a economia nacional* (6ª às 20h30) e ainda as reportagens e debates presentes no programa *Em foco*.

A seguir ao principal serviço noticioso (todos os dias às 21h), com meia hora de duração, o horário nobre da RTP tinha todos os dias uma oferta diferente, mas com o entretenimento (ficção estrangeira, variedades, teatro) a ocupar a maior fatia do tempo de emissão. Ressalve-se a rubrica *A política é de todos*, que passava às quartas às 21h30. No final da emissão, mais uma actualização informativa, tendo desaparecido a meditação religiosa a fechar o dia televisivo.

---

<sup>63</sup> A semana que tomamos como exemplo é de Julho e, por ser já período de férias escolares, já não era transmitida a *Telescola*.

O quadro que apresentamos de seguida permite-nos observar o peso efectivo na emissão de cada tipo de programas. Agrupamos os programas da seguinte forma:

\* Telescola – habitualmente, as emissões da telescola ocupavam a maior parte da emissão pois eram transmitidas diariamente cerca de 4h.

\* Programas de produção interna (divulgação e entretenimento) – neste grupo incluímos vários programas, produzidos pela RTP, os quais já existiam antes do 25 de Abril. Note-se que muitos destes programas usavam filmes produzidos fora da RTP (por exemplo os magazines *Vivendo o Futuro* ou *Fronteiras do Amanhã*).

\* Ficção estrangeira – filmes e séries estrangeiras. Na sua maioria eram produtos da indústria televisiva americana, mas encontramos algumas séries francesas, como *Banacek* ou *Os Broussardel*.

\* Programas Informativos (Telejornal; Panorama do mundo); Infantis; Desportivos e Religiosos.

\* Por fim, e para que se possa tirar uma conclusão acerca das novidades na programação televisiva, temos o grupo dos novos programas de produção interna, como por exemplo, *Escrever é lutar* e *A política é de todos*.

#### **Distribuição do tempo de emissão durante a semana**

Telescola	30,85%
Programas de produção interna (divulgação e entretenimento)	21,28%
Ficção estrangeira (filmes e séries)	14,89%
Informação - <i>Telejornal e programas informativos</i>	13,83%
Infantis	9,57%
Desportivos	4,26%
Programas novos de produção interna	3,19%
Religiosos	2,13%

Observamos que os programas de produção interna têm mais tempo de emissão do que as séries e filmes estrangeiros. Se juntarmos os programas novos temos cerca de 25% de tempo de emissão com produção interna (mesmo tendo em conta a utilização de filmes produzidos externamente), o que representa um aumento significativo relativamente ao início da década de 1970. Não esqueçamos que, mesmo mantendo alguns formatos, as temáticas e os conteúdos alteraram-se após Abril. É o caso do programa de teatro de Igrejas Caeiro, *TV Palco* ou a rubrica de João Martins, *Ensaio*, que, livres da censura,

puderam apresentar novas propostas culturais e trazer personalidades ao espaço televisivo, o que lhes tinha sido vedado.

Comparando com a programação anterior ao 25 de Abril, o tempo dedicado à actualidade aumentou: há mais uma edição do Telejornal e mais programas dedicados ao momento político que o país atravessava. A televisão era um importante meio de informação e até de esclarecimento sobre a evolução política dos acontecimentos que se seguiram ao 25 de Abril. A actualidade passou a ter grande valor televisivo, não só em termos de horas de emissão mas também enquanto elemento importante na organização e distribuição da programação diária. Os programas de actualidade e informação aumentaram 4% o seu tempo de antena (total anual), relativamente a 1973, ocupando 16% do total da emissão em 1974.

A ficção estrangeira ocupou 12% das 39 mil horas de emissão.<sup>64</sup> Embora o número e o tempo de emissão de programas de entretenimento tenha diminuído, verificamos que a ficção estrangeira (agora não só americana) continua a ter lugar garantido na programação e no horário nobre, tal como acontecia antes de 1974.

Em rigor, a organização e disposição do dia e dos segmentos horários televisivos é parecida com o início da década de 70. A grande diferença verifica-se precisamente no número de programas nacionais de actualidade e divulgação. E o (relativo) pouco peso e os horários dos novos programas (que salvo uma excepção, não passavam em horário nobre) era compensado pela novidade e pela transformação que, ainda assim, operaram no quotidiano televisivo português. Tornou-se comum ligar a televisão e ver imagens e sons de mesas redondas, onde os protagonistas do momento político actual davam a ver a sua cara, imagens e sons de um país profundo nunca antes transmitidas, imagens e sons de reuniões gerais de trabalhadores, imagens e sons de poetas e escritores até então silenciados, imagens e sons de estúdios televisivos e das equipas dos vários programas, enfim, toda uma nova forma de fazer televisão surge após Abril.

Sonhava-se uma RTP que fosse livre e que transmitisse o fulgor da liberdade e a energia dos tempos após o dia 25 de Abril de 1974. O novo conceito de uma TV política foi, de facto, aplicado, mas mantendo intacta muita da sua estrutura de programação. Os telespectadores, embora agradecidos por toda a informação e cultura que a RTP lhes trazia até casa (ou até ao café onde viam TV), começavam, à medida que os meses passavam, a

---

<sup>64</sup> Segundo dados dos Anuários da RTP 1973 e 1974

queixar-se do excesso de política, em detrimento, por exemplo, dos programas de variedades. São elucidativas as respostas dadas num inquérito de rua, efectuado pela *Telesemana* em Junho de 1974: “a televisão devia ter mais programas de informação ao público mas também devia ter mais variedades e filmes, para a gente se distrair um bocado” ou “antigamente a programação era uma chachada, agora está muito melhor. Os programas de divulgação política são importantes [...] mas acho que a TV devia apresentar mais variedades”. Nestes primeiros meses, o público utilizava a RTP como meio de informação e divulgação política essencial para estarem a par das transformações que o 25 de Abril tinha operado no país mas, contudo, subsistia o conceito de uma televisão para entreter.

O papel que a RTP assumiu para as elites militares, políticas e culturais que a dominaram desde cedo no processo da transição para a democracia não seria, talvez, o papel que lhe era conferido na prática pelo seu público. Mas, nestes primeiros meses, estávamos ainda nas primícias do período revolucionário. A programação televisiva ainda sofreria alterações ao longo do ano de 1974 e 1975, como veremos no próximo capítulo.

#### 4. RTP 1974-1975: uma televisão na transição para a democracia

Durante o período revolucionário, iniciado a 25 de Abril de 1974, os órgãos de comunicação social estiveram *na* e *em* revolução permanente. Não só se acharam envolvidos enquanto veículos de transmissão de acontecimentos como, eles próprios, e as suas estruturas, sofreram grandes e profundas alterações. E durante todo este período, estiveram sempre em jogo as questões da liberdade de imprensa e do sistema de controlo dos media.

Durante a ditadura, o meio televisivo fora sempre subserviente ao poder político e transformar a RTP num meio de comunicação democrático era um ponto capital para o poder político emergente. Mas por ser considerada, pelas elites que se defrontavam na arena política, como o mais poderoso e eficaz aparelho de propaganda, controlar a televisão tornou-se demanda comum às várias facções em conflito. Mesmo numa fase inicial, onde parecia ter havido uma explosão de liberdade e a sensação de tudo se poder dizer, a luta pelo controlo dos media, e nomeadamente pela TV, já tinha começado e produzia os seus efeitos práticos na organização e nos conteúdos difundidos pelos órgãos de comunicação social. A RTP, durante a Revolução, era um microcosmo do país, onde sucessivas administrações militares iam nomeando sucessivos directores militares. E esta ingerência do poder no processo de criação televisiva teve consequências na programação que era apresentada aos telespectadores. Neste capítulo, analisaremos a evolução de uma televisão *na* e *em* revolução, concretamente a evolução do mapa de programas durante este período revolucionário.

Numa primeira fase (até ao 28 de Setembro de 1974), na RTP viveu-se o fulgor da explosão da liberdade, como acabámos de ver no capítulo anterior. Analisaremos agora a dinâmica política, nestes meses em que o General Spínola assumia o protagonismo, na qual ficou claro que a libertação da televisão não se concretizou em absoluto. Após o 28 de Setembro, afastada a ala spinolista, os órgãos dirigentes do MFA adquirem, temporariamente, maior coesão e a actuação do Partido Comunista torna-se mais ousada e intensifica-se a manipulação dos órgãos de comunicação social. E esta orientação controlada veio a agravar-se após o 11 de Março e durante todo o Verão de 1975, até chegarmos a 25 de Novembro. Vejamos então como se posicionou a RTP (na sua face mais visível que é a programação) durante todo este conturbado processo.

#### **4.1. A RTP no início do processo revolucionário: do golpe militar de 25 de Abril até ao 28 de Setembro de 1974**

Considera-se que o período compreendido entre 25 de Abril de 1974 e 28 de Setembro se constitui como a primeira fase do período revolucionário. Nestes primeiros meses de liberdade, o General Spínola, então presidente da República, tenta impor uma via política de cariz presidencialista, mas encontra forte oposição entre os militares da Comissão Coordenadora do Movimento das Forças Armadas.

A televisão, desde a sua ocupação pelas forças revoltosas na madrugada de 25 de Abril, participa de todo o complexo processo político-social iniciado nesse dia. Esta participação da RTP realiza-se em vários sentidos: na transmissão que faz dos acontecimentos-chave da evolução política; na ligação que estabelece com o novo poder, nomeadamente na posição relativamente às diferentes facções que se vão afirmando após Abril; e nas consequências na própria empresa, concretamente na alteração das suas chefias e no novo conceito de televisão, surgido com o 25 de Abril.

De uma forma mais imediata, a televisão é participante no sentido em que medeia os acontecimentos, através das suas emissões, permitindo aos telespectadores acompanhar a evolução da efervescência política dos primeiros meses após o golpe militar.<sup>65</sup>

Logo uma semana após o 25 de Abril, a Comissão Administrativa da RTP chama os responsáveis pela informação para que se preparasse a cobertura nacional das comemorações do 1º de Maio. Com o esforço dos trabalhadores da RTP, que desdobraram os seus meios “foi assim possível ir mostrando, ao longo do dia e da noite do 1º de Maio o que se passou na verdadeira onda de manifestações populares que varreu, positivamente, todas as capitais de distrito do Continente” (Teves 2007). Transmitindo estas comemorações a RTP provava, através das imagens, que a dinâmica das movimentações sociais e civis ganhava cada vez mais importância num período de liderança militar do processo político, e demonstrava também a crescente força dos partidos e dos sindicatos de esquerda.

A Radiotelevisão estava presente nas celebrações populares e nas cerimónias oficiais, como as tomadas de posse. Como refere António Reis, “através dos discursos pronunciados nessas ocasiões, é possível reconstituir as preocupações dominantes dos

---

<sup>65</sup> O nosso objecto de estudo não é o trabalho informativo da televisão (Telejornais e outros serviços informativos) e não trataremos, por isso, da cobertura informativa da Revolução.

nossos governantes na transição para a democracia parlamentar ao longo do processo revolucionário” (Reis 2002). Nesta fase até ao 28 de Setembro (com as demissões e tomadas de posse consequentes a 30 do mesmo mês) temos duas tomadas de posse de Presidentes da República e três de Governos Provisórios. António de Spínola toma posse como Presidente da República a 15 de Maio de 1974 e a cerimónia dura cerca de 1 hora. Spínola nomeia Adelino da Palma Carlos para Primeiro-Ministro e o 1º Governo Provisório toma assim posse logo a 16 de Maio, numa cerimónia onde o Presidente da República também discursa durante cerca de 40 minutos. Quanto a este primeiro executivo governamental, de um modo geral, pode dizer-se que se caracterizou por uma descoordenação e falta de estratégia generalizada dentro da sua estrutura. A 9 de Julho Palma Carlos demite-se, juntamente com os ministros Sá Carneiro, Firmino Miguel, Magalhães Mota e Vieira de Almeida. A demissão do primeiro-ministro, uma figura próxima de Spínola, enfraquece a posição deste enquanto presidente da República. O 2º Governo Provisório toma posse a 18 de Julho, e Vasco Gonçalves faz o seu discurso enquanto Primeiro-Ministro. A transmissão desta cerimónia dura 35 minutos. Após o 28 de Setembro, Spínola demite-se frente às câmaras da RTP e a 30 desse mesmo mês, tomam posse como Presidente da República, Francisco da Costa Gomes, que acumula com o cargo de CEMGFA, e Vasco Gonçalves como Primeiro-Ministro do 3º Governo Provisório. Ambas as breves (menos de 20 minutos) cerimónias são transmitidas pela televisão.

As cerimónias oficiais de tomadas de posse eram também acontecimentos televisivos, onde se marcavam etapas de um processo de percepção algo confusa para os portugueses, pouco habituados a trocar de presidente e de governo com tão pouco tempo de diferença. Assim, com a transmissão dos discursos dos chefes da nação, era dada aos telespectadores a possibilidade de seguir a evolução do conturbado processo político.

As alterações no poder tinham repercussões directas na televisão portuguesa, pois a RTP, desde o seu nascimento, esteve sempre sob a alçada do governo. Que relação se estabeleceu então com o novo poder surgido com o golpe militar? No dia 25 de Abril, ao ocupar-se a RTP, ao mesmo tempo que se celebrava a liberdade com a abolição da censura e do exame prévio, logo se pretendeu instituir uma nova ordem, que deveria preencher o vazio criado pela deposição do grande patrão da televisão, que era o governo, na pessoa de Marcelo Caetano. De facto, o Programa do MFA reconhecia “a necessidade de salvaguardar os segredos dos aspectos militares e evitar perturbações na opinião pública,

criadas por agressões ideológicas dos meios reaccionários”<sup>66</sup> e previa, de modo a evitar que isso sucedesse, a criação de uma Comissão Ad Hoc para controlo dos meios de comunicação, na dependência directa da Junta de Salvação Nacional. Esta Comissão, criada em Junho de 1974, manter-se-ia em funções até à publicação da Lei de Imprensa, em Fevereiro de 1975, controlava os meios de comunicação social e tinha o poder não só de lhes aplicar multas mas até de os suspender.

Nesta fase do período revolucionário, até ao 28 de Setembro, com Spínola a procurar impor a sua via presidencialista, a Comissão ia tentando conter as expressões e manifestações da extrema-esquerda. Mas entre os trabalhadores da RTP a facção política mais à esquerda exercia grande influência, como se pode verificar num episódio ocorrido a 10 de Junho de 1974. Nesse dia, a RTP transmitiu em directo um espectáculo do teatro A Comuna que satirizava o ex-Presidente Américo Tomaz, o ex-presidente do Conselho Marcelo Caetano e o Cardeal Cerejeira. Dado o tema e o conteúdo da sátira a emissão foi então mandada interromper, através de um telefonema do delegado da Junta de Salvação Nacional na RTP. No Telejornal a seguir foi lido então o seguinte texto: “Informamos que o programa que a RTP estava a transmitir do Mercado da Primavera foi mandado interromper por ordens superiores, estranhas aos trabalhadores da RTP, que repudiam tal decisão; e que, oportunamente, tomarão a atitude que julgarem conveniente. Informamos, ainda, que as ordens de interrupção foram dadas pelo Delegado da Junta de Salvação Nacional na Radiotelevisão Portuguesa, major Mariz Fernandes e confirmadas pelo ministro da Comunicação Social. Acatámos a ordem superior, discordando. E, como prova de que não abandonamos, de livre vontade, a transmissão, mas sim coagidos, vamos retomá-la por 30 segundos exactos, depois do que tornaremos ao Estúdio.”<sup>67</sup> Este caso demonstra que a posição assumida pelos trabalhadores da RTP, que subscreviam e concordavam com este comunicado, era uma posição contra a ingerência e a censura – mas não só. Era também uma posição política contra a actuação de próprio Presidente Spínola e sua a ligação à direita política. A influência da esquerda (do PCP) entre os trabalhadores da televisão reflectia-se nas relações destes com os vários Conselhos de Administração que o governo nomeava para a RTP. E, mais ainda, reflectia-se no produto final. A emissão, embora obedecendo a normas superiores, estava em última análise, dependente dos funcionários que a controlavam. E este poder técnico era um grande factor de influência dos profissionais da televisão.

---

<sup>66</sup> Citação do *Programa do MFA*

<sup>67</sup> Documento do Arquivo Histórico da RTP

Contudo, as administrações que foram passando pela RTP deixaram o seu legado, mesmo ao nível da programação, através de vários documentos que se constituíam como guias orientadores para a actividade da televisão. Tal como previsto nos seus estatutos para períodos excepcionais, a RTP, após o 25 de Abril, passou a ser gerida directamente pelo governo, através de administradores por ele nomeados. Após a primeira Comissão Administrativa ter cessado as suas funções a 25 de Maio, o Dr. Júlio Castro Caldas é nomeado delegado do governo na RTP e o Dr. Manuel Belo e o Eng. António Sousa Gomes para presidente e vice-presidente do Conselho de Administração, respectivamente. Manuel Bello torna-se assim no quinto presidente da RTP. Considerava como prioritário o “estabelecimento das condições mínimas materiais e humanas necessárias à realização, com isenção e de forma responsabilizada, da missão informativa cívica e cultural, que incumbe à RTP na sequência do Movimento de 25 de Abril; saneamento das estruturas da empresa e estabelecimento de normas de gestão que ponham cobro à difícil situação administrativa, económica e financeira que a RTP neste momento atravessa; e colaboração com o Governo na elaboração do novo Estatuto” (Teves 2007).

Os objectivos eram bastante claros na sua enunciação mas revelavam-se difíceis na sua aplicação prática. A recuperação da difícil situação da empresa RTP enfrentaria os problemas gerais que todo o país atravessava e, particularmente, a luta pelo seu controlo por parte do poder e o próprio processo de saneamento não facilitavam a estabilização das contas da televisão. A nacionalização da RTP (o contrato de concessão terminava em 1976) encontrava-se já no horizonte, mas com a consciência do longo caminho que ainda havia para percorrer. A própria natureza da TV estava em causa, e era urgente a elaboração dos novos Estatutos, que clarificassem o que se entendia por serviço público de radiotelevisão. Por fim, a realização da “missão informativa cívica e cultural, que incumbe à RTP na sequência do Movimento de 25 de Abril” suscitava diversas interpretações. Como poderia, na prática, a televisão responder ao desafio da revolução?

A 5 de Agosto de 1974, são divulgadas na ordem de serviço N<sup>o</sup>33<sup>68</sup> as disposições normativas n<sup>o</sup> 1 e n<sup>o</sup>2. A disposição normativa n<sup>o</sup> 1 dizia respeito às “Finalidades e Políticas Relativas à Actividade Televisiva”. Este documento foi elaborado pela Administração para clarificar a missão da RTP e “para que não haja divergência do espírito que a construção de uma sociedade democrática impõe à televisão”. No que concerne às finalidades da própria

---

<sup>68</sup> Ordem de serviço de 5/08/1974 – Arquivo histórico da RTP

televisão, clarifica-se que “a televisão é um serviço público e, como tal, um serviço do Povo Português”. Concretamente, no contexto português implantado pelo MFA, a televisão deve contribuir para: “1. a informação, a recreação e a promoção cultural e sócio-política do Povo Português; 2. a construção de uma sociedade democrática e o desenvolvimento da cultura em Portugal; 3. a difusão, nas televisões estrangeiras, da nossa cultura e da informação sobre o nosso País”. Nesta disposição, são descritas orientações específicas para a Programação, que haveria de ser orientada por uma preocupação pedagógica. Tratava-se de uma pedagogia de educação para a nova ordem política que surgiu após o 25 de Abril, muito especificamente no que dizia respeito à necessidade de maior participação política do povo português na vida do país. Assim, “a comunicação a promover pela televisão será bilateral, isto é, o Povo não deve apenas receber mensagens de especialistas que utilizem a televisão, mas deve ser-lhe dada a palavra para expor os seus problemas”. A programação devia ser ainda progressivamente descentralizada, tanto geográfica como culturalmente, devendo para esse efeito serem aproveitadas as estruturas locais de associação do “povo”. Para os programas culturais, a orientação dada era quase populista. Para além de uma preocupação em “proporcionar o acesso do público a correntes modernas significativas”, havia essencialmente o cuidado de “evitar o predomínio de formas elitistas e herméticas de cultura, inacessíveis aos meios populares”.

As orientações pressupunham portanto uma ideia de televisão que já estava a ser posta em prática pelos responsáveis pela programação da RTP após o 25 de Abril, como vimos no capítulo 3. Uma TV de todo o povo, descentralizada e abrangente, que além de o informar também o ensinasse a viver neste novo contexto implantado pelo MFA. Com esta intenção pedagógica, coexistia uma preocupação de dar voz ao povo, concretizando a comunicação bilateral – tarefa que na prática televisiva é impossível. Isto queria dizer que o campo mediático televisivo estaria agora aberto à sociedade civil, pois a RTP era uma televisão ao serviço do povo. Quanto à promoção cultural, o discurso assemelha-se ao de Valadão, cuja posição já analisamos no capítulo anterior, quando dizia que não fazia programas de televisão para os “snobs do Chiado”. A ideia é a ligação total ao povo, embora o que o “povo” é não fique clarificado neste documento. Assim, estas normas, passando à escrita o que o primeiro mapa-tipo já tinha feito na programação da RTP, sintetizavam uma ideia e um conceito de televisão quase populista: assumindo uma atitude formadora, presumia saber o que o povo queria e precisava, antes de o ouvir.

No seu quotidiano, a RTP via-se inserida nas lutas políticas que se travavam entre Spínola e a Coordenadora do MFA, e logo no mês Agosto o Dr. Manuel Bello é substituído pelo coronel na reserva Augusto Casimiro Gomes, um homem afecto ao Presidente da República (Teves 2007). Numa altura em que a tensão entre Spínola e o MFA aumenta de tom, o General assegura assim que o principal órgão de comunicação social é chefiado por um homem da sua confiança. Casimiro Gomes extingue a comissão directiva de programas e nomeia Ramalho Eanes como único director de programas. Artur Ramos, Manuel Jorge Veloso e Manuel Ferreira mantêm as suas áreas (Teatro, Musica, Cultura) como chefes interinos e Álvaro Guerra fica com a área da informação. E se a primeira Direcção de Programas era repartida na forma de uma Comissão dirigida a 3, a segunda tem um único director.

Enquanto o novo projecto de estatutos da RTP como empresa pública não era elaborado e aprovado, a RTP continuava sob gestão directa do Governo, e seguindo as normas aprovadas num “despacho aprovado pelo Conselho de Ministros [do 2º Governo Provisório], em 16-09-1974, relativo à actividade da Televisão”.<sup>69</sup> Quanto à programação, esta “deverá contribuir para a construção de uma sociedade portuguesa democrática, segundo o Programa do Movimento das Forças Armadas”. A programação da RTP não podia pôr em causa “a independência e o pluralismo efectivo que deve existir no processo de criação televisiva” e os mapas de programas deviam ser equilibrados através de uma programação “prudentemente repartida, no tempo de emissão, entre programas de natureza informativa, cultural, recreativa e sócio política”.

Observamos, relativamente à programação, uma resposta às críticas que iam sendo feitas à RTP, por dedicar um tempo de emissão excessivo aos programas políticos (Teves 2007). Numa primeira fase criaram-se vários programas que pretendiam, mais do que entretenimento televisivo, ser agentes no processo de transformação social e política que o país vivia. Mas os inquéritos de rua e as críticas feitas à programação levam a crer que nem sempre eram esses os programas que os telespectadores queriam ver na TV. Mais ainda, analisando a evolução dos documentos orientadores, temos a percepção que no projecto político para a televisão havia também a quem interessasse que ela fosse mais uma fonte de recreação e de informação (e esta última fosse controlada mas sempre com a capa da isenção e pluralismo) do que um estímulo ao desenvolvimento das competências políticas

---

<sup>69</sup> O teor deste despacho foi transcrito na Ordem de serviço N° 52/74 (Arquivo Histórico da RTP), para conhecimento dos trabalhadores

dos telespectadores. Os profissionais de televisão, no processo de criação e produção de programas, deviam ser isentos e não fazer uso da RTP para propagandear os seus ideários político-partidários. De forma a assegurar que estes objectivos expostos no despacho aprovado pelo Conselho de Ministros são cumpridos na programação, é proposta a criação de um Conselho de Programas, com representantes de várias áreas do saber, os quais constituiriam uma Comissão que iniciaria a sua actividade uns meses mais tarde.

## **O 28 de Setembro na RTP**

Era presidente da RTP Augusto Casimiro Gomes, que assinou a ordem de serviço com o despacho que analisámos, quando os estúdios do Lumiar são ocupados novamente. A Radiotelevisão volta, deste modo, a ser campo de batalha na guerra pelo poder. Como nos relata Vasco Hogan Teves: “a partir do cair da noite de 27 de Setembro, as instalações da RTP, no Lumiar, voltaram a ser ocupadas por forças da Escola Prática de Administração Militar. Essa ocupação, considerada ‘cautelar’, intensificou-se no dia 28 e foi-se desmobilizando progressivamente nos dias seguintes. Na noite de 27 e na madrugada de 28 os militares abriram fogo contra desconhecidos de que suspeitaram, que se movimentavam em áreas circunvizinhas aos estúdios e que não obedeceram à ordem de parar” (Teves 2007).

A manifestação da maioria silenciosa, convocada por Spínola de modo a ter um pretexto para declarar estado de sítio e assumir plenos poderes, é boicotada pelo COPCON e pelo PCP (e outras forças de esquerda), que erguem barricadas nos acessos a Lisboa. A Coordenadora do MFA proíbe formalmente a manifestação na Praça do Império e são demitidos três generais da JSN, aliados de Spínola: Jaime Silvério Marques, Galvão de Melo e Diogo Neto. Spínola apresenta a sua demissão, através da RTP, a 30 de Setembro e Costa Gomes assume a presidência da República. O PCP e o MDP/CDE reforçam então as suas posições no aparelho de Estado e também nos órgãos de comunicação social.

Esta primeira fase do período revolucionário, caracterizado pela liderança do processo político pelos militares e pelos confrontos entre Spínola e a Coordenadora do MFA trouxe a descolonização (que era irreversível), as linhas mestras do sistema constitucional que estabeleceram os principais centros de poder e as respectivas competências; e o protagonismo dos militares com o COPCON como braço armado e a 5ª Divisão como agência de propaganda (Rezola 2007: 113).

Durante este período, a atmosfera social era de um grande entusiasmo pela conquista da liberdade, que parecia ser absoluta. E uma das primeiras e essenciais liberdades a serem experimentadas foi a liberdade de imprensa. A abolição da censura, actuou como marco simbólico da conquista da liberdade, constitui-se como a ruptura essencial com o antigo regime (Mesquita 1994: 361). A televisão, sem censura, *deu a ver* a liberdade que se estendeu não só aos serviços informativos como a todos os restantes programas (como percebemos no capítulo 3). O dispositivo televisivo permitiu a transmissão (dando a ver) de imagens que se constituíam como uma face visível da liberdade e como uma prova de que a censura que se praticava no Estado Novo tinha sido banida.

Mas cedo se constataram os limites dessa liberdade festiva. A luta pelo poder tinha como campo privilegiado o campo da comunicação social. Quem controlasse os media, controlaria a opinião pública. Foi partindo deste pressuposto que as várias forças em confronto foram instrumentalizando os órgãos de comunicação social, penetrando nas estruturas de chefia ou boicotando as mesmas. A liberdade de imprensa (utilizamos esta expressão num sentido lato, no que concerne à abolição da censura na televisão), se foi a primeira das liberdades a fazer a ruptura, também terá sido a primeira a ser ameaçada e posta em perigo. O processo revolucionário, no entanto, ainda estava só a começar.

#### **4.2. As mudanças que Setembro trouxe**

Após o 28 de Setembro, seguiu-se uma fase em que o PCP e os seus aliados no MFA tentam liderar o processo político. O Partido Comunista alterou a sua estratégia: deixa de ter um papel moderador passando a exhibir um comportamento progressivamente ofensivo. No seio do MFA, com a questão da descolonização provisoriamente resolvida, surgem então duas facções distintas cujas propostas divergiam, de um modo geral, no modelo de sociedade proposto: uma sociedade democrática, seguindo uma via eleitoral apenas transitoriamente sob a tutela militar, ou uma outra direcção, apontando uma via revolucionária, rumo a uma sociedade socialista e sob o escudo militar (Reis 1994: 24). Na esfera civil, havia uma intensa actividade partidária. Com as eleições para a Constituinte no horizonte, os principais partidos políticos realizavam os seus congressos.

O presidente da República, general Costa Gomes, empossa o III Governo Provisório a 1 de Outubro de 1974 e o MFA vê a sua presença reforçada no executivo. O Ministro da Comunicação Social é agora Jorge Correia Jesuino. Na RTP, o 28 de Setembro também trouxe algumas mudanças. A 31 de Outubro é nomeado para presidente do Conselho de Administração da RTP o Major António Ramalho Eanes (que já era, desde Agosto, Director de Programas). Numa entrevista a uma revista da RTP, em 1994,<sup>70</sup> Eanes fala das razões que o levaram a aceitar ser administrador da televisão. Para além da qualidade “técnica e moral”, os trabalhadores demonstravam ter “amor” à RTP, sendo assim possível “mobilizá-los para uma Televisão apartidariamente democrática”. E o impacto do meio televisivo também pesou na sua decisão, pois “o país tinha que conhecer a verdade e não ter medo [...] E eu admitia, ingenuamente, que, com o apoio de muitos camaradas MFA, com os outros administradores e com pessoal da empresa, que a RTP podia contribuir significativamente para isso, para que os portugueses readquirissem o sentido do seu destino colectivo”.

Observamos através destas declarações, prestadas 20 anos após ter sido presidente da RTP, que Ramalho Eanes acreditava – embora com ingenuidade, reconhecia ele –, que o amor que os funcionários tinham à RTP prevaleceria em detrimento das lutas partidárias. E que a televisão tinha realmente poder para contribuir para dar a conhecer a verdade, de um modo isento, e mais, que a TV tinha um papel essencial na construção de uma sociedade e de um país democrático. Para Eanes, quando tomou posse como presidente, era esta a missão da RTP, e foram várias as questões com que o major teve que se debater durante a sua conturbada presidência, como veremos de seguida.

Ainda em Outubro, através da ordem de Serviço N° 59/74,<sup>71</sup> do dia 31, é criada, “tendo em conta as propostas dos trabalhadores da RTP apresentadas em Reunião Geral de Trabalhadores”, a Comissão de Saneamento e Reclassificação, que tinha por função “a recolha de dados, a sua valorização e a instrução dos processos, após ter recebido as queixas, participações ou reclamações que os trabalhadores da Empresa apresentem”. Na sua declaração de princípios, a Comissão justificava a sua acção declarando que “para manter o que era a RTP [durante a ditadura], foram utilizados indivíduos não credenciados profissionalmente e ou corrompidos que, bem instalados orientaram de tal modo a sua missão serventária que provocaram no interior da Empresa o caos, a opressão, o absurdo

---

<sup>70</sup> Citada por Teves (2007), *Grande Plano*, revista da COOPTV, n° 41, 3° trimestre 1994

<sup>71</sup> Arquivo Histórico da RTP

e a alienação”<sup>72</sup>. Esta Comissão era composta por trabalhadores designados pelos delegados sindicais e eram estes elementos que votavam sobre os factos apresentados (que podiam ser documentos apresentados por escrito, participações verbais, testemunhas...). O processo de saneamento continuaria pelos meses restantes de 1974 e por todo o ano de 1975, criando um clima bastante tenso entre os funcionários da RTP.

Após o 28 de Setembro, na RTP, com a ala spinolista mais afastada, a acção da célula comunista do PC intensifica a sua actividade. Vivem-se na RTP tempos muito conturbados, e o que era transmitido na programação era fonte de discussão entre as várias facções políticas, que coabitavam nos estúdios de televisão. É neste contexto que começa a reunir a Comissão Consultiva de Programas.

#### **4.2.1. A Comissão Consultiva de Programas**

A criação de um Conselho de Programas tinha sido proposta no despacho aprovado em Conselho de Ministros em Setembro, o qual pretendia salvaguardar a independência da programação da RTP, mantendo-a isenta de propagandas partidárias. Para assegurar a prossecução destes objectivos “e com funções consultivas da Administração da RTP, esta RTP submeterá a aprovação do governo a designação, após consulta aos partidos que venham a ter existência legal, de um Conselho de Programas, constituído por 15 membros, de reconhecida competência nos seguintes ramos da vida nacional: educação, letras, ciências sociais, psicologia, teatro e cinema, artes plásticas, música, religião, ciências físicas e da natureza, actividades económicas, desporto e imprensa”.<sup>73</sup>

E em Novembro de 1974, já sob a presidência de Ramalho Eanes, começava a reunir-se a Comissão Consultiva de Programas. Esta Comissão, que acabou por ser composta por elementos das várias facções políticas, congregava elementos do MFA (Ramalho Eanes estava, na grande maioria das vezes, presente nas reuniões), e elementos dos partidos da coligação: PCP, PS e Partido Popular Democrático, sendo que o representante do PPD quase nunca comparecia. Nas reuniões da Comissão Consultiva, discorria-se acerca do “valor estético e das implicações sócio políticas” de certos programas e da programação em geral, determinando se havia objecções à sua transmissão, tendo em

---

<sup>72</sup> *O saneamento na Radiotelevisão Portuguesa: Maio-74/Março-76* – Arquivo Histórico da RTP

<sup>73</sup> Ordem de Serviço N° 52/74 – Arquivo Histórico da RTP

conta a situação do país e o Programa do MFA. Por vezes, chamavam-se às reuniões os responsáveis por algum programa que suscitasse discussão e as questões eram então resolvidas na hora.<sup>74</sup>

Um exemplo das considerações tomadas pela Comissão foi que esta entendeu que, relativamente aos programas musicais, conforme consta em acta, “se procurasse aligeirar os programas musicais com fados de características construtivas, operetas e comédias próprias para despertar sentimentos aptos à receptividade dos objectivos definidos no Programa do MFA, não esquecendo ser imperioso evitar qualquer forma de elitismo, tão prejudicial e caracterizador das actuações televisivas antes do 25 de Abril”.

Através da leitura das Actas da Comissão Consultiva, compreendemos que combater o *elitismo* na programação, aligeirando-a, tinha o desígnio de veicular e servir os propósitos do MFA. Neste caso concreto da música, é dito, por exemplo, que “a canção ligeira é um veículo próprio para despertar uma sadia democratização”. E numa outra reunião, ao ser discutida a questão do horário da Televisão, a Comissão conclui que “se deve encontrar a solução adequada à eficiência da Televisão como principal veículo do ideário emanente do Programa do MFA”. Tal como está escrito, a televisão era, efectivamente, um importante instrumento político. É o *principal* meio que está à disposição do MFA e a programação deve então encontrar um rumo e uma orientação que potencie ao máximo a eficácia da mensagem televisiva.

Desta forma, os conteúdos dos programas estavam sujeitos a uma análise cujo parecer negativo ou positivo dependia directamente da mensagem, ou, por outra, da ideologia que era transmitida no programa em causa. As decisões desta Comissão, que actuava de forma semelhante ao antigo Gabinete de Exame e Classificação de Programas, que censurava e fazia o exame prévio da programação, geravam polémica.

O caso mais flagrante foi *Barbarossa*, um programa cuja interpretação do Pacto Germano-Soviético não foi do agrado da facção comunista. “Barbarossa” era o nome de um episódio da série britânica *Memória do Nosso Tempo* sobre a Segunda Guerra Mundial, que abordava o Pacto Germano-Soviético. O episódio, perante o parecer negativo da Comissão, não foi exibido a 3 de Dezembro, tal como estava previsto, o que levou Álvaro

---

<sup>74</sup> Desta Comissão faziam parte: Ramalho Eanes, Aurélio Santos (do PC), António Reis (PS), Castro Caldas (Partido Democrático), Major Manaças e Comandante Daniel Rodrigues (do MFA) – dados retirados das *Actas da Comissão Consultiva de Programas* – Arquivo Histórico da RTP

Guerra a entregar o seu pedido de demissão ao Conselho de Administração da RTP, numa carta que dizia o seguinte:

*Demito-me por protesto contra a complacência (também provavelmente táctica) com que se assiste ao nascimento das novas censuras e polícias que diariamente nos lapisazulam e espiam. (...) Não é pelo facto de ser interdita a transmissão de um documentário que ofendia os sentimentos soviéticos do Partido Comunista Português que me vou embora. Vou-me embora porque vi nascer, paredes meias com o oportunismo, a nova censura. Tal como a outra, é um monstro.*

Esta carta foi publicada no jornal *A Capital*. Com Álvaro Guerra solidarizaram-se Joaquim Letria, Carlos Cruz, Mário Cardoso, José Gabriel Viegas e Cesário Borga. A Comissão Consultiva de Programas, reunida a 6 de Dezembro, chamou Álvaro Guerra para resolver esta questão. Após discussão entendeu-se que “a génese do problema estava no facto de que não estava definido o âmbito exacto do estatuto da Comissão”. Para Ramalho Eanes, a Comissão deveria “constituir a garantia da ausência de partidarismos e a certeza absoluta de que a Televisão Portuguesa cumpre o que foi definido no Programa do MFA”. Álvaro Guerra concluiu ainda que “a consciência política da TV – arma terrível e máquina complexa – torna difícil definir onde começa e onde acaba o critério para seleccionar o que se destina ao telespectador”.

Quanto ao que foi dito sobre o programa “Barbarrossa”, motivo de tanto alarido, Aurélio Santos, do PCP, teria afirmado, conforme consta em acta (feita posteriormente): *Considero que este texto [do programa, a que a Comissão queria ter sempre acesso], tal como está, pela falta de referências aos factos fundamentais que marcaram a invasão da União Soviética pela Alemanha nazí e pela forma tendenciosa como apresenta outros factos, falsifica a verdade histórica (...) e toma forma de propaganda anti soviética e anti comunista, constituindo uma agressão ideológica favorável a teses fascistas (...) [sendo] politicamente nocivo o texto.* Mas não foi apenas o elemento do PC a achar que o programa não devia ir para o ar. Todos os outros elementos da Comissão acharam que este programa devia ser refeito ou então não devia ser transmitido de todo. “Barbarrossa” acabou por ser transmitido e os demissionários retiraram os seus pedidos de demissão. Mas a situação tinha sido tornado pública e já circulavam boatos sobre a existência de censura na RTP, e concretamente sobre a crescente influência comunista entre os trabalhadores e algumas chefias.

Esta Comissão deixou de reunir meses mais tarde, em Fevereiro de 1975, com Ramalho Eanes como presidente do Conselho de Administração.

A programação da RTP não estava apenas sujeita ao escrutínio da Comissão Consultiva. O produto final – a emissão – era fruto da interacção de vários factores. Primeiro, era resultado da luta entre as várias facções que propunham diferentes modelos de televisão (e de sociedade – era a luta que se travava por todo o país) e que envolvia as chefias, os delegados do MFA, os representantes dos partidos, os funcionários, os delegados sindicais, os jornalistas, enfim, todos eles com ideias e objectivos em relação ao que devia ser ou não transmitido. Depois, a programação era também produto da própria criatividade dos produtores e realizadores, os quais acreditavam ser possível fazer programas de televisão livre e inovadores, que fizessem da RTP uma televisão de qualidade, ao serviço dos seus telespectadores. E como é vista esta programação pelos telespectadores? Que percepção havia da manipulação e de toda a luta por trás dos programas de televisão?

#### 4.2.2. O Estudo de Audiência

Na Europa, nos anos 50 e 60, a medição de audiências era escassa e, por exemplo, em França, só no final dos anos 60, início de 70, começaram as medições em permanência, com o objectivo de clarificar a política de programação (Chaniac et al 2005: 27). Em Portugal, encontram-se poucos documentos resultantes de estudos de audiências datados das primeiras décadas da TV portuguesa. Contudo, durante o período revolucionário foi feita uma auscultação aos telespectadores portugueses.

Cumprindo uma das normas orientadoras expressas no despacho aprovado pelo Conselho de Ministros em Setembro de 1974,<sup>75</sup> realizou-se, em Janeiro de 1975, o estudo *Audiência e opinião da população portuguesa sobre a sua televisão*. Este estudo foi uma iniciativa de Ramalho Eanes, enquanto presidente da RTP, e pretendia fazer uma caracterização geral do público de televisão.<sup>76</sup> Tal como se lê na nota introdutória: “os resultados pretendem ser uma análise descritiva dos comportamentos da população portuguesa adulta enquanto espectador bem como das alterações provocadas neste domínio com o 25 de Abril.”

Para os autores deste estudo, a influência da TV estava relacionada com os efeitos directos que os meios audiovisuais produziam. Podemos ler nas notas introdutórias que a

---

<sup>75</sup> Norma orientadora nº 9: “A RTP deve estar atenta às auscultações da opinião pública, mediante a utilização de processos adequados de sondagem” – Ordem de Serviço 52/74, onde se transcreve o despacho do Conselho de Ministros, Arquivo Histórico da RTP

<sup>76</sup> Este estudo está integrado no fundo bibliográfico da Biblioteca da RTP

mensagem que este tipo de media transmite “actua directamente sobre a sensibilidade, sem passar pela filtragem do intelecto. A programação [televisiva] acaba por ter como critério determinante o tipo de conteúdos ideológicos que se deseja ver assumidos pela população”. Era deste modo que se encarava o impacto da televisão: era o mais poderoso e eficaz meio de propaganda ideológica ao serviço do poder. Quanto ao método utilizado, o estudo foi feito através de “entrevistas de profundidade” a residentes em Portugal com mais de 18 anos. Segundo este estudo, o número de espectadores de TV em Portugal tinha vindo a decrescer desde 1969.

O estudo *Audiência e opinião portuguesa sobre a sua televisão* é, ele próprio, fruto de uma instrumentalização da televisão e de uma visão da sociedade como se esta estivesse compartimentada politicamente (dividindo os inquiridos entre esquerda, direita e consoante compromisso e nível de actividade política), o que faz com que os seus resultados estejam longe da fiabilidade que era suposto uma auscultação deste género ter. No entanto, alguns dos quadros apresentados são úteis para tirar algumas conclusões sobre os programas mais apreciados ou, mais precisamente, os que tinham maior impacto no público televisivo após o 25 de Abril.

Relativamente ao horário nobre da RTP em 1975, isto é, o período com mais espectadores, o estudo confirma que é a noite, no canal 1.

Quanto ao 25 de Abril e às alterações de comportamento, podemos observar o seguinte quadro:

#### **Comportamento face à televisão antes e depois do 25 de Abril**

<b>Antes do 25 de Abril de 1974</b>	<b>Em Janeiro de 1975</b>	<b>%</b>
não via	não vê	15%
não via	vê	2%
via	vê mais	22%
via	vê o mesmo	50%
via	vê menos	8%
via	não vê	0%

Observando estes dados, não podemos dizer que houve um alargamento significativo do público televisivo. Mas 22% dos inquiridos afirmam ver mais televisão após o 25 de Abril. O avolumar de acontecimentos e a necessidade de informação (também

constatada pelo aumento na venda de periódicos) alterou, de facto, o comportamento dos portugueses no que diz respeito ao consumo dos meios de comunicação.

O que o estudo em questão tenta demonstrar é que este consumo aumentou nas classes ditas esclarecidas (como os estudantes, onde 44% afirmam ver mais televisão após o 25 de Abril) ou os telespectadores activos politicamente, tal como nos indica o quadro em baixo.

**Comportamento face à televisão antes e depois do 25 de Abril –  
segundo o nível de participação política e ideologia**

<b>Veêm mais TV após o 25 de Abril</b>	<b>%</b>
dos activos politicamente	47,60%
dos atentos não activos politicamente	35,50%
dos não atentos não activos politicamente	29,30%
dos simpatizantes esquerda revolucionária	57,90%
dos simpatizantes PCP	46,40%
dos simpatizantes PS	37%

A participação política tinha três níveis, tal como apresentados no eixo das categorias: “activos politicamente”, “atentos não activos politicamente” e “não atentos não activos politicamente”. É uma análise comparativa, induzida pelo estudo, que nos permite concluir que são os activos politicamente que mais se interessaram pela televisão após o 25 de Abril. Mais ainda, são os simpatizantes da esquerda revolucionária os que mais aderiram à nova programação apresentada pela RTP.

Este estudo leva-nos a inferir que a televisão despertava assim finalmente o interesse dos telespectadores politizados. Apesar das evidentes deficiências deste tipo de auscultação, arriscamos dizer que o auditório televisivo em 1975 era com certeza diferente do auditório em 1969. A TV já não era apenas motivo de conversa das donas de casa (como nos indicam os dados de 1969<sup>77</sup>) mas também das minorias escolarizadas e politizadas. Apesar de, nas suas intenções teóricas, a programação televisiva pretender educar todo o povo, acabou por, de uma certa forma, afastar esse mesmo povo (se entendermos aqui *povo* como a maioria pouco escolarizada) da televisão, ao transmitir programas cujo conteúdo excessivamente político, se constituía como um piscar de olhos à minoria politizada.

---

<sup>77</sup> *Auditório de televisão 1969* – documento do Arquivo Histórico da RTP

Contudo, o estudo em questão também nos indica que, em termos absolutos, são as domésticas, que continuam a ser a maioria dos telespectadores habituais (33%), seguidas pelos operários (24%) e empregados administrativos (20%). Os estudantes e os quadros superiores e profissões liberais, em conjunto, representam apenas 10% dos telespectadores habituais, portanto muito pouco no cômputo geral da audiência televisiva.

Relativamente à programação em si, utilizando os dados fornecidos pelo *Audiência 1975*, apresentamos uma tabela dos 10 programas mais vistos, comparando os resultados obtidos através do processo espontâneo e do processo induzido (onde era apresentada um lista para escolher os programas).

### Programas mais vistos

	(processo espontâneo)	(processo estimulado)
1	Telejornal	Telejornal
2	Teatro	Noite de cinema
3	Risoflé	Teatro
4	Noite de Cinema	Risoflé
5	Teledomingo	Teledomingo
6	Teledesporto	Variedades estrangeiras
7	Variedades estrangeiras	TV Palco
8	TV Palco	Em Foco
9	Comissário Maigret	TV Rural
10	Imortal	Teledesporto

O *Telejornal* é o programa mais visto (através de indução ou da resposta espontânea). Era através do *Telejornal* que as pessoas se informavam acerca do que se passava durante o tumultuoso e confuso período que se seguiu a Abril de 1974. Em 1969, o programa mais visto era *O Fugitivo* e o *Telejornal* aparecia apenas no 8º lugar. Encontramos nos programas mais vistos 3 programas de informação: o *Telejornal*, o *Teledomingo*, de Joaquim Letria, e *Em foco*, programa que apresentava um tema da actualidade, diferente em cada edição.

Entre o processo estimulado e o de resposta espontânea, não se encontram grandes diferenças. A seguir ao *Telejornal*, líder de audiências e de preferências, temos os programas de ficção e entretenimento. Rubricas de cinema e de teatro, séries e variedades estrangeiras e o programa de humor e variedades, produzido pela RTP, *Risoflé Risoflá*. Nos 10 programas mais vistos e mais apreciados não encontramos referência a nenhum dos programas políticos e culturais concebidos com uma preocupação pedagógica de educar o povo para a democracia.

Na verdade, a televisão, para além de ser utilizada (agora falamos não do produtor – emissor da mensagem mas do receptor) como veículo necessário para a informação acerca do que ia sucedendo na intensa e complexa vida política portuguesa, servia, como sempre serviu, como meio de entretenimento por excelência.

Apesar de tudo, este estudo indica-nos que os telespectadores concordavam que, com o 25 de Abril, houve uma melhoria geral na televisão. Comparativamente à programação pré-Abril, 48% dos inquiridos afirma que os programas são melhores. São os estudantes que mais consideram que a programação melhorou, seguidos dos profissionais liberais. E a razão principal pela qual os consideram melhores é porque são mais “verdadeiros” e “objectivos”. Já os que consideram que os programas pioraram apresentam como razão principal o excesso de política. A televisão era considerada mais real, a abolição da censura tornou a TV mais verdadeira e mais aproximada da realidade social. Contudo, os conteúdos temáticos não agradavam a muitos dos telespectadores, que denunciavam já algum cansaço do domínio da política na programação. Relativamente às expectativas temáticas, isto é, acerca do que a TV pode oferecer, os programas de teatro são os mais desejados, seguidos do cinema, variedades e da informação.

Observando estas respostas, torna-se mais provável a hipótese de que, apesar do interesse por ver televisão ter aumentado no período que se seguiu ao 25 de Abril, esse interesse foi decrescendo à medida que aumentava a manipulação dos órgãos de comunicação social e o cansaço dos telespectadores dos programas políticos. Este estudo contém também um anexo que apresenta os resultados qualitativos de 60 entrevistas individuais, trazendo à luz alguns dados interessantes que, em certa medida, vêm consolidar os dados quantitativos.

Sem se ter introduzido o tema do 25 de Abril como marco de referência, este foi referido pela quase totalidade dos entrevistados como sendo um ponto de viragem na posição face à televisão. Os telespectadores sentem uma grande necessidade de ver TV para estar a par do momento político. Quanto à RTP, as mudanças mais apontadas são o maior número de notícias sobre Portugal, a abolição da censura e o predomínio dos programas sobre política, relativamente aos programas recreativos. Esta última é tida como sendo uma mudança negativa. Para os autores do estudo, a explicação para tal crítica advinha do facto de a TV ter “entrado em choque com o universo cultural de muitos telespectadores”. Sobre a informação, há alívio pela abolição da censura mas há também a certeza de que ela ainda existe. Os programas políticos eram o factor determinante na organização da programação

e este facto é lamentado pelos entrevistados. Embora reconheçam que a RTP tinha a importante missão de informar acerca dos partidos políticos, não gostam que os programas recreativos sejam preteridos em favor dos políticos. Nestas declarações, e relativamente aos programas culturais e formativos, aponta-se ainda para o facto de a RTP ser a única fonte de acesso à cultura para muita gente.

Estas entrevistas vêm desenvolver os dados quantitativos apresentados e a sua leitura permite-nos concluir que o auditório televisivo encontrava no pequeno ecrã um importante meio informativo, de extrema importância no contexto histórico que se vivia. Mas não lhe reconhecia a tal missão pedagógica que as chefias governamentais e alguns homens da televisão propunham, a missão de uma RTP que fosse agente formador de uma sociedade democrática, através de certos programas. Além disto, a percepção de que havia uma real manipulação dos órgãos de comunicação social fazia com que se perdesse muita da eficácia da mensagem que se pretendia transmitir. Ainda assim, a televisão continuava a ser o principal meio de acesso à cultura para a maioria dos portugueses e assim, mesmo com o desgaste provocado pelo excesso da temática política como pela informação propagandeada, a TV continuava a ser a tal janela aberta para o mundo.

#### **4.2.3. A programação televisiva no início de 1975**

Observamos agora o mapa de programação de uma semana televisiva, em Janeiro de 1975, apresentado no Anexo 4.

Comparativamente com 1974, a estrutura geral de organização dos programas mantém-se. Os segmentos horários são preenchidos da mesma forma, novamente com programação horizontal. Encontramos, contudo, uma programação um pouco diferente da que observámos em Julho de 1974.

O dia inicia-se com desenhos animados e em seguida um magazine (diferente em cada dia). Ainda antes do primeiro serviço noticioso, às 13h30, temos um programa de produção interna, na maior parte dos dias, uma rubrica informativa como *Do médico para toda a gente* (respostas a questões práticas de saúde), ou *Sangue na Estrada* (dedicado à prevenção rodoviária). *Escrever é lutar* mantém-se neste segmento horário, desta feita passando às segundas, às 13h15. Após o Telejornal, tempo ainda para uma série de ficção

estrangeira (a maioria americanas com excepção para uma produção italiana, *A minha grande aventura*). A Telescola preenchia toda a emissão da tarde.

Ao final da tarde, após mais um momento dedicado ao público infanto-juvenil, no período que se estende até ao Telejornal das 20h30, encontramos muitos programas de produção interna, nomeadamente os programas culturais. *Museu Aberto*, *Cinema Ano Um*, *TV Palco* e ainda o programa literário *Com todas as letras*. A estas horas, eram ainda transmitidos alguns programas de reportagem e entrevista como *Em foco* e *Relatório Internacional* e ainda o programa de Luís Filipe Costa ligado às questões do ambiente, *Há só uma terra*. *Memórias do nosso tempo*, a série documental que causou polémica na Comissão Consultiva de Programas (devido ao episódio “Barbarossa”) passava no horário das 19h30, aos sábados. No que concerne aos serviços informativos, há menos um jornal do que em Julho de 1974 – em Janeiro de 1975, já não há o *Mini jornal* das 19h30.

No horário nobre, a partir das 21h temos quatro noites ocupadas com programas ligados à actualidade. Quarta-feira, às 21h15, passa *A gente que nós somos*. Realizado por Eduardo Geadá, nesta semana que analisamos o tema é “Lisboa Direito à Cidade” e a descrição deste programa feito pelo periódico *Telesemana* é a seguinte: “Segundo o seu autor, o que se pretende é revelar como os elementos e a organização do espaço urbano acabam, de uma maneira ou de outra, por reflectir a estrutura da sociedade capitalista em que estão inseridos”. Às quintas, pelas 21h15, o programa *Afinal como é*, destinado a ajudar o público consumidor a controlar os preços por que adquire os produtos no mercado, entrava na sala de estar, e também nos cafés, dos telespectadores, dando certamente mote para as conversas sobre a crise económica que o país atravessava. E os protagonistas políticos continuavam a aparecer na televisão para *Responder ao país*, às sextas, após o Telejornal das 21h. O programa era assim descrito pela *Telesemana*: “uma personagem convidada pela RTP esclarecerá dúvidas que a todos se nos põem, no momento presente, e que requerem respostas lúcidas e desassombradas”.

Aos sábados à tarde passavam algumas séries intercaladas com programas de produção interna como *As pedras e os homens*, de João Martins, *Nome Mulher* e *Cada dia uma esperança*, dos quais já falamos. As tardes de domingo iniciavam-se com o *Cinema de animação*, de Vasco Granja, prosseguindo com mais filmes (sem ser de animação e maioritariamente americanos) e transmissões desportivas. Enquanto que a noite de sábado era dedicada ao cinema, a de domingo era consagrada às variedades (nacionais, com *Risoflé Risoflá*) e ao desporto. Também aos domingos, era transmitido o muito popular *Teledomingo*, de Joaquim

Letria, programa informativo de grande impacto e importância no campo político-mediático do período revolucionário.

As variedades, bem como a ficção estrangeira, continuavam a ser uma aposta forte da programação, não só no horário nobre, como no que concerne aos totais diários de tempo de emissão. De um modo geral, houve um refrear do fulgor criativo inicial, com menos programas conceptuais e educativos e sem aparecerem novos programas deste género. No entanto, e se atentarmos no horário nobre, um maior número de serões televisivos eram ocupados pela actualidade política, o que constituía uma mudança em relação aos primeiros meses após a revolução. Os programas culturais mantiveram-se na sua originalidade e nos seus horários. Apesar de não passarem para lá da barreira das 21h, eram uma presença já habitual e constante na programação.

Neste período de controlo da televisão pelo MFA (com a presença de militares nas áreas chave da estrutura da empresa) e de uma crescente influência do Partido Comunista na RTP, o conceito de televisão revolucionária transformou-se. Já não se tratava de uma televisão arrojada e criativa, apresentando novos modos de fazer, imaginar e apresentar programas, mas de um instrumento necessário para a prossecução do projecto do MFA. A consciência por parte das elites acerca do poder da televisão levou a que houvesse um maior controlo sobre o que era produzido e ao intensificar das possibilidades de propaganda que a RTP oferecia.

Entre o 28 de Setembro de 1974 e Março de 1975, a RTP era um dos mais importantes campos de batalha na guerra pelo poder e, durante estes meses, foram muitos os documentos orientadores, as mexidas nas chefias e os conflitos entre os vários modos de entender a televisão. Temos ainda a juntar a este caldo de efervescência política os meios técnicos, os recursos humanos e as intenções de todos os que produziam televisão, o que resultava numa programação que conjugava a promoção da cultura, o entretenimento, a informação e a propaganda.

#### **4.2.4. O 11 de Março na RTP**

“É hoje consensual a ideia de que as operações militares do 11 de Março de 1975 tinham em vista um golpe de Estado” e que o objectivo imediato deste golpe era recolocar

Spínola no poder (Rezola 2007: 126). Numa entrevista citada por Vasco Hogan Teves,<sup>78</sup> Ramalho Eanes recorda os acontecimentos desse dia, que viriam a determinar a sua demissão. “As pressões para substituir a programação pela apresentação sistemática do ‘golpe e contra-golpe’ foram enormes. Percebendo o propósito jornalístico de uns e político de outros (mobilizar e pôr na rua a população de Lisboa para ‘salvar a Revolução’, que eu sabia não estar minimamente ameaçada), a todos resisti. À tarde, fui chamado à Coordenadora do MFA. À saída da RTP, e no regresso aos estúdios, fui ‘brindado’ com uma grande manifestação, que invectivava, dada a minha demissão ‘reaccionária’, de impedir que a RTP fosse utilizada na mobilização popular. Na assembleia do MFA, ocorrida na noite de 11 para 12 de Março, um destacado membro do MFA comentou a posição da RTP e pediu, não a minha demissão da RTP, mas a minha prisão”.

Após a Assembleia do MFA, Eanes demite-se, provocando algumas reacções nos trabalhadores da RTP que subscrevem uma moção pedindo a sua reintegração e manifestando o grande apreço pela sua conduta, apelidada de “recta”, “íntegra” e “justa”. Mas a célula comunista na RTP, sempre activa, fez circular um comunicado acusando a neutralidade da televisão contra o golpe fascista, por ter mantido a programação prevista e não ter passado, no imediato, imagens dos acontecimentos. Ramalho Eanes deixa, de facto, a presidência da Radiotevisão e, na ordem de serviço N° 39/75, lamenta a “atitude caluniosa” desse comunicado e acrescenta que “a programação emitida ao longo do dia 11 se processou de acordo com directivas obtidas junto do COPCON e da Comissão Coordenadora do MFA”. Adverte ainda que “longo será ainda o trabalho necessário para se conseguir que boa parte dos profissionais da RTP esteja à altura da missão que lhe cabe num serviço público de radiotevisão”.<sup>79</sup>

Ramalho Eanes despede-se como presidente da RTP a 13 de Março, dando conhecimento da carta por si enviada ao Ministro da Comunicação Social e à Coordenadora do MFA, onde se assume como inocente das acusações feitas acerca da suposta neutralidade da RTP nos acontecimentos do 11 de Março. Ao despedir-se dos trabalhadores, aproveita para agradecer “toda a colaboração prestada na construção de uma Televisão que se pretendeu efectivamente nacional e incitando-os a que redobrem os esforços necessários para que essa construção seja levada a bom termo o mais rapidamente

---

<sup>78</sup> Entrevista concedida ao jornal *O Diabo*, 13.4.1993, citada por Teves (2007)

<sup>79</sup> Ordem de Serviço 39/75, de 12 de Março de 1975 – Arquivo Histórico da RTP

possível”.<sup>80</sup> De facto, todos os esforços para manter a RTP na senda de uma televisão efectivamente ao serviço do povo (e não do poder) eram bem-vindos no período que se seguiu a 11 de Março de 1975. É que os sectores radicais do MFA, tendo o golpe “reaccionário” falhado, viam assim justificadas as “suas opções por uma maior firmeza revolucionária e pela necessidade de converter o MFA no motor de todo o processo revolucionário” (Reis 1994: 29).

Num manifesto intitulado “Por uma televisão ao serviço do povo”, escrito antes de 11 de Março mas publicado após os acontecimentos desse dia, a célula do Partido Comunista Português na RTP faz um balanço negativo do período decorrido desde o 25 de Abril, criticando a programação, que “depois de uma fase inicial em que se começaram a abordar os temas até então considerados intocáveis pelo fascismo, e quando um convívio franco e um entusiasmo criador permitiram mostrar ao país um país real [...] – fase que correspondeu à actuação da Comissão Administrativa Militar – a RTP foi perdendo progressivamente o seu pendor revolucionário”. Urgia por isso, tal como está explícito neste manifesto do PCP, sanear com maior rapidez, reorganizar os serviços e os equipamentos técnicos e concretizar uma programação que não se “limite a copiar modelos de organização ou de programação de estações estrangeiras” mas antes procure “soluções que respondam às [...] às características próprias da revolução portuguesa”. O objectivo estava bem explícito neste documento: “esclarecer e mobilizar são tarefas imperiosas para toda a programação da RTP”. A Radiotevisão Portuguesa, considerada pelo PCP “posto avançado de capital importância no combate pelos objectivos da aliança revolucionária entre o MFA e as massas populares” estava, mais uma vez, no centro dos acontecimentos que marcaram o início o Processo Revolucionário em Curso.<sup>81</sup>

---

<sup>80</sup> Ordem de Serviço 40/75, de 13 de Março de 1975 - Arquivo Histórico da RTP

<sup>81</sup> *Por uma Televisão ao Serviço do Povo – manifesto da célula do PCP na RTP* – documento do Arquivo Histórico da RTP

### 4.3. A RTP no PREC

Ainda antes dos acontecimentos de 11 de Março, a 26 de Fevereiro de 1975, é aprovada a Lei de Imprensa, que põe fim à Comissão Ad Hoc, criada para o controlo dos órgãos de comunicação social, após o 25 de Abril. Esta Lei, que consagra a liberdade de expressão do pensamento, funcionou como legislação subsidiária para a rádio e televisão, pois a Lei da Televisão só seria aprovada em 1979. Entretanto, o PCP defendia a continuação da actuação da Comissão Ad Hoc, nomeadamente contra os jornais considerados conservadores. É que esta nova Lei não previa o tipo de repressões administrativas que a Comissão exercia.<sup>82</sup>

A Lei de Imprensa entra em vigor ao mesmo tempo que a nacionalização da banca, “que teve por consequência (indirecta) a assunção pelo Estado da propriedade dos principais jornais diários do país” (Mesquita 1994: 367). Com o 11 de Março, o plano de recuperação económica elaborado por Melo Antunes é posto de parte e segue-se o caminho das nacionalizações, também no sector da comunicação social, numa perspectiva de transição para o socialismo. E nos meses que se seguiram, as comissões de trabalhadores iam ganhando cada vez mais influência e pressionavam as chefias de modo a manipular a informação que era transmitida para o público. Em Maio, irrompe o Caso República, que tendo graves implicações políticas, chegou a fazer com que Mário Soares, do PS, pedisse a demissão do primeiro-ministro Vasco Gonçalves. Por seu turno, a ocupação da Rádio Renascença pela extrema-esquerda provocou grande mobilização popular contra o PREC. As comissões de trabalhadores que destabilizavam os órgãos de comunicação social – chegando mesmo a ocupá-los –, contestavam a Lei de Imprensa, advogando a via revolucionária.

O campo dos media, no PREC, era, definitivamente, um campo de batalha decisivo onde as duas principais forças políticas (PS e PCP com os seus aliados no MFA e Conselho da Revolução) se digladiavam, lutando pelos diferentes modelos de sociedade (e, portanto, diferentes modos de gerir os meios de comunicação social) que propunham. Mas estes conflitos extrapolavam o campo político e o mediático, pois tanto o caso do jornal República como o da Rádio Renascença tiveram repercussões sociais, gerando uma forte mobilização popular à qual o governo não poderia ficar indiferente. Apesar de, no PREC, o principal monopólio dos órgãos de comunicação social ser do Estado, isso não fez com

---

<sup>82</sup> A extinção da Comissão Ad hoc só se verificou em Novembro de 1975

que a via revolucionária tivesse a tão pretendida hegemonia ideológica entre a população portuguesa. As eleições de Abril de 1975, que o PS ganhou, tiveram uma participação de cerca de 90% e destruíram a ideia de que o controlo dos media conduziria à legitimação do poder revolucionário (Mesquita 1994: 365).

Com a sua credibilidade abalada, os media não tinham o poder nem a influência que o governo de Vasco Gonçalves, que os tentava de várias formas controlar, desejava. O mesmo já tinha acontecido na fase final do marcelismo, quando, na RTP, tanto a informação transmitida era vazia de verdadeiras notícias, como os comentários dos Telejornais eram, de alguma forma, percebidos pelos telespectadores como propaganda, perdendo assim qualquer hipótese de influenciar os telespectadores.

As eleições de Abril de 1975 apenas elegeram a Assembleia Constituinte, “não tendo qualquer resultado prático em termos de estrutura de poder” (Rezola 2007: 161). Com as eleições, no entanto, deu-se início a uma nova fase do processo político, com novo e revigorado protagonismo dos partidos políticos e com uma quebra da unidade do MFA (com as várias facções disputando entre si o poder). Gera-se a polémica em torno do peso do resultado eleitoral: legitimidade eleitoral versus legitimidade revolucionária. Os adeptos da via revolucionária, não conseguindo anular as eleições, tentam esvaziar-lhe o significado e a Assembleia Constituinte torna-se no alvo preferencial dos ataques dos sectores radicais (civis e militares) (Reis 1994: 33).

Voltando um pouco atrás na história, a 11 de Março já a RTP estava a preparar internamente a transmissão do acto eleitoral de Abril, mas o golpe veio a provocar não só a demissão do presidente Ramalho Eanes como também do responsável pela informação, Álvaro Guerra. Estas alterações foram levadas a cabo no começo da campanha eleitoral e numa altura de transição entre presidentes do conselho de administração da RTP.<sup>83</sup> “A demissão de Álvaro Guerra iria provocar novas mexidas internas, concretizadas por iniciativa do tenente Bargão dos Santos, e quando se falava do jornalista José Carlos de Vasconcelos para provável sucessor.” (Teves 2007). Seguiram-se a Eanes, na presidência da RTP o Major João Figueiredo, que ocupou o lugar apenas por seis dias, depois, a 24 de Março é a vez do Major Eng.º José Emílio da Silva, que fica até 3 de Abril. É este o presidente que extingue formalmente a Comissão Consultiva de Programas. Toma então

---

<sup>83</sup> Entrevista dada ao jornal *República*, citada por Teves (2007)

posse o tenente-coronel Valentino Tavares Galhardo, que se manterá em funções até 8 de Setembro.

No período antecedente ao acto eleitoral, a RTP empenha-se na transmissão televisiva da campanha. Com o acto eleitoral à porta, e com a conjuntura político-partidária criada com o 11 de Março, o mapa de programas sofreu alterações. Observando uma semana televisiva em Abril, em período de propaganda eleitoral, verificamos o crescente protagonismo dos partidos políticos na televisão, através dos serões dedicados às eleições e dos tempos de antena a que cada partido tinha direito.

Como podemos ver neste mapa de programas (que apresentamos no Anexo 5), as emissões dedicadas às eleições ocupam grande parte da programação. Os programas eleitorais não se resumiam aos tempos de propaganda eleitoral – num mínimo de meia hora diária – mas também às rubricas *Especial Eleições*, onde a RTP tomava para si a missão de educadora e formadora da sociedade democrática. Segundo a *Telesemana*, este programa era “de esclarecimento político e consciencialização cívica, dirigido às massas, visando o acto eleitoral”. Todas as noites, no horário nobre, havia um programa dedicado à questão do momento.

Registamos, relativamente à programação geral dois aspectos. O primeiro diz respeito aos programas surgidos após o 25 de Abril. Mantêm-se no ar *Escrever é Lutar*, *Cinema de Animação*, *Afinal como é?* Estes programas, juntamente com um conjunto de rubricas culturais que já existiam antes, no tempo da ditadura (*TV Rural*, *Museu Aberto*, *Se bem me lembro*, *Ensaio e Temas e Variações*) continuam a conservar, mais ou menos os mesmos horários, quase nunca sendo emitidos após as 21h. Excepção feita a *Temas e Variações*, de António Vitorino de Almeida e *Afinal como é?* de Pitacas Antunes. Este último foi mesmo votado pelos leitores da revista *Telesemana* como o melhor programa informativo.<sup>84</sup> A manutenção destes programas pode-se explicar através dos seus formatos, consistentes ao nível televisivo, pela sua temática cultural e pelo próprio valor dos seus autores como é o caso de Vasco Granja, Vitorino Nemésio e António Vitorino de Almeida. O segundo aspecto a registar é o aparecimento de um novo programa de variedades, desta vez de Nicolau Breyner, *Nicolau no País das Maravilhas*, esse sim, a ocupar um espaço semanal no horário nobre. A televisão mantinha também a sua vocação de veículo por excelência de entretenimento.

---

<sup>84</sup> *Telesemana* n.º 148, de 21-11-1975

#### 4.3.1 O *Programa do MFA*

E se neste período eleitoral, os partidos iam ganhando cada vez mais visibilidade televisiva, o Movimento das Forças Armadas respondia com um maior número de edições do seu próprio espaço na RTP, o *Programa do MFA*. A 10 de Abril, pela Ordem de serviço n.º 49,<sup>85</sup> a administração da RTP determina que, “tendo-se verificado a necessidade de normalizar a execução dos programas do MFA”, estes passam a ser emitidos semanalmente, às quintas, e ficam integrados no Departamento de Informação. A partir de Maio, a emissão passará a ser novamente quinzenal. Estes programas ganharam “direito de antena e mantinham-se em aceitável nível de agrado dos espectadores” (Teves 2007). Neste período, o MFA, “programaticamente inseguro, [...] defrontava-se com crescentes dificuldades em definir novos rumos para a Revolução enquanto nas ruas se torna cada vez mais óbvio o confronto entre a via eleitoral e a via revolucionária” (Rezola 2007: 173). Esta última via traduzia-se numa Aliança Povo-MFA. E para criar ou aprofundar a importante e vital ligação com as populações, os militares utilizavam também a televisão.

O *Programa do MFA* tinha como base a 5.ª Divisão do EMGFA, que coordenava, desde Outubro de 1974, o Programa de Dinamização Cultural e Esclarecimento Político, através do qual se faziam as Campanhas de Dinamização. Numa das edições deste programa, dito de “esclarecimento popular”, os militares que fizeram o 25 de Abril reportam o que se passou nestas campanhas. Numa aldeia do Minho, onde ocorreu a chamada *Operação Minho Verdade*, uma equipa de reportagem conversa com os habitantes acerca da vinda das Forças Armadas. As pessoas contam o que viram, falam sobre o mal que o fascismo lhe trouxe e mesmo contra o padre. Apesar da contenção gerada pelo respeito aos militares e pela própria presença de uma equipa de TV, de um modo geral falam com algum à vontade, dizendo que gostaram dos militares e da sessão. “Gostei das Forças Armadas mas gostei mais do avião, que nunca tinha visto”, diz uma senhora, referindo-se ao helicóptero onde chegaram os militares. “Gostei das Forças Armadas mas espero que cumpram o que prometeram”, diz-nos um jovem, referindo-se à promessa da vinda de técnicos para desenvolver a agricultura na região. O padre, também dizendo bem das FA, esclarece que o clero do Alto Minho está aberto a todo e qualquer esclarecimento, “venha ele de onde vier, pois nós fazemos parte do clero progressista”. Após várias entrevistas, seguem-se imagens da sessão propriamente dita, num ambiente de festa. Os

---

<sup>85</sup> Arquivo Histórico da RTP

militares no palco e a população a encher o salão, todos entoam um cântico juntos, “para que a música nos una ainda mais”, como diz um militar. E, batendo palmas, todos cantam com vigor, “E agora, o povo unido nunca mais será vencido, nunca mais será vencido”.

Formalmente, o programa do MFA tinha um genérico simples, com imagens de um trabalhador rural e depois com o slide “Movimento das Forças Armadas”, seguindo-se outro slide com o tema do programa, sempre com a música Grândola Vila Morena em fundo. Havia dois tipos de formatos: um de reportagem das Campanhas de Dinamização e outro só com discursos dos militares. Nos programas feitos em estúdio, os militares da 5ª Divisão apareciam sentados a uma secretária, lendo os seus textos contra o fascismo, explicando o que tinha acontecido, lembrando por que razões se tinha feito o 25 de Abril. Depois, com algum trabalho de edição, eram mostradas imagens do regime deposto, da guerra colonial, diabolizando a figura de Marcelo Caetano e demonstrando a importância vital do MFA para libertação do país.

Nestes programas, feitos em estúdio, há uma utilização muito directa da televisão como veículo de propaganda do MFA. Já nas emissões que reportavam as Campanhas de Dinamização, o facto de haver mais um elemento nos ecrãs – o povo ou, se quisermos, a sociedade civil – faz com que o produto final seja diferente. Estes programas ofereciam-se como valiosos documentos do que era Portugal em 1975. A presença da televisão, no contexto de uma campanha de dinamização do MFA, permitiu desocultar e descobrir um país que nunca tinha sido mostrado na televisão e, ao observarmos estas reportagens, e se as esvaziarmos de toda a carga ideológica, ficamos com imagens impressionantes que expõem um povo muito pobre.

Mas o propósito do *Programa do MFA* era ideológico, concretamente servia para aprofundar a ligação ao povo, utilizando a televisão para difundir para todo o país o trabalho que era feito no terreno pela 5ª Divisão. Queremos com isto dizer que se tratava mais de ensinar e manipular a opinião do povo, do que lhe dar voz.

Conquistar o coração do povo, fazer dele seu aliado, era um objectivo das elites políticas e militares que protagonizaram o processo revolucionário. Na televisão, encontramos no *Programa do MFA* e na rubrica *A política é de todos* tentativas de ligação e comunicação com o povo. O primeiro era feito por militares, com uma abordagem directa, clara e objectiva pois estava inserida no contexto das Campanhas de Dinamização, mas o segundo era feito por uma elite intelectual que, pretendendo também uma ligação ao povo,

adoptava uma aproximação diferente. O formato de *A política é de todos*, tal como tivemos já oportunidade de observar no capítulo anterior, trouxe para a TV alguns conceitos interessantes, vindos da tradição do cinema directo. As reportagens acerca do Portugal profundo que este programa nos apresentou são exemplo disso, pois os realizadores estavam empenhados em captar a realidade tal como ela era, deixando que a câmara documentasse os locais (as casas, as aldeias) sem a interferência da equipa de filmagem. Já o *Programa do MFA*, mais duro e concreto no seu formato, tinha a intenção clara de ligar os militares ao “Povo”. Daí resultavam programas claramente pedagógicos e com nítidos propósitos doutrinários, mesmo no seu formato de apresentação televisiva.

São perspectivas diferentes, com o *Programa do MFA* a ser mais descaradamente propagandístico do que *A política é de todos*, mas ambos partiam de um pressuposto de que sabiam quem era o povo e quais eram as suas necessidades. As respostas e explicações que eram dadas, nas entrevistas feitas na rua, correspondiam às questões que uma elite que produzia estes programas pensava serem as essenciais para o tal povo. Mas que ideia de povo estava subjacente nestes programas? O povo apresentado era um povo analfabeto, e mais ainda, um povo que, em termos políticos, precisava de *alguém* que o ensinasse a viver em democracia e a saber escolher os partidos certos em quem votar. Por outro lado, os microfones eram postos à frente do povo para que o povo se exprimisse. E o povo acabava por se exprimir. Em rigor, todo o filme, mesmo produzido e editado com intenções ideológicas, documenta o objecto que se propõe filmar. E eram também estas equipas de televisão que, deslocando-se às aldeias mais recônditas, asseguravam às populações que nada havia a temer, pois “Portugal está livre”.<sup>86</sup>

#### 4.3.2. O Verão quente de 1975 na RTP

O Verão de 1975 trouxe vários acontecimentos que fizeram com que estes meses ficassem conhecidos na história como o *Verão Quente*. Os militares foram os protagonistas centrais do processo de transição, mas o seu poder não foi sempre o mesmo. E é a partir do Verão de 1975 que se opera uma mudança de cenário onde as forças políticas e os movimentos sociais ganham força. Através das eleições de Abril, para a Assembleia Constituinte, os portugueses confirmaram que preferiam para o país uma via democrática,

---

<sup>86</sup> Frase repetida no programa *A política é de todos*.

parlamentar e pluralista, ditando o fracasso da esquerda gonçalvista: falhou o apelo ao voto em branco, o que significava que também falhou a estratégia do PC de controlo da informação (Mesquita 1994: 365).

Mas a luta política continuava Na RTP, à medida que avança o processo revolucionário, as comissões e os plenários de trabalhadores ganham cada vez mais influência, sempre com grande ascendente do PC. Em Maio de 1975, é publicado o *Documento Veloso*, onde é apresentada uma lista de funcionários da RTP a sanear. Era uma lista provisória baseada em factos objectivos e subjectivos, dando a conhecer, acerca dos nomeados, o passado e o presente na empresa e as actuações nos acontecimentos de 25 de Abril, 28 de Setembro e 11 de Março. O *Documento Veloso*, que foi dado a conhecer ao grande público através do jornal *República*, deu origem a grande celeuma na Reunião Geral de Trabalhadores da RTP, onde se aprovou uma moção para suspender o autor do documento. Manuel Jorge Veloso viria a declarar-se o único autor deste texto. “Era sabido que Veloso, logo após a Revolução, se assumira como elemento da célula do Partido Comunista na RTP, sendo geralmente considerado como um dos seus mais destacados activistas” (Teves 2007).

Durante o Verão Quente, a RTP operava sobre um “terreno minado”. O tenente-coronel Valentino Tavares Galhardo mantém-se em funções até 8 de Setembro (tendo tomado posse em Março) “altura em que o ‘Documento dos Nove’ e a formação do governo de Pinheiro de Azevedo apressam a sua queda”. Foi um período em que “o controlo da televisão era cada vez mais acessível às vontades do PCP” (Teves 2007). Os funcionários, “instrumentalizados pelos partidos políticos a que acabavam de aderir travavam batalhas de vida ou de morte dentro da própria Televisão”.<sup>87</sup> As lutas que se travavam eram mais um factor para ajudar à instabilidade que se vivia na RTP, à semelhança do que se passava nos outros órgãos de comunicação social. “As movimentações nas áreas de chefia continuavam a ser, no cenário RTP, um sinal de instabilidade, sendo que a preponderância da componente militar (nunca desligada da cláusula “comissão de serviço”) ia subsistindo” (Teves 2007). A RTP, nó górdio do sistema de comunicação social do país, estava profundamente envolvida nas intensas e complexas lutas que se travaram ao longo do Verão de 1975.

---

<sup>87</sup> Depoimento de João Soares Louro ao programa de televisão *Retratos de uma vida pública*, citado por Teves (2007)

A 7 de Agosto é publicado no *Jornal Novo* o “Documento dos Nove”, assinado por Melo Antunes, Vasco Lourenço, Vítor Alves, Sousa e Castro, Costa Neves, Vítor Crespo, Canto e Castro, Franco Charais e Pezarat Correia o qual denuncia o “desvirtuamento do programa do MFA”. O número de subscritores vai crescendo e o Directório suspende os Nove do Conselho da Revolução (órgão criado após o 11 de Março para substituir a Junta de Salvação Nacional). O “Documento dos Nove” transformou-se numa bandeira do descontentamento em relação à situação política.

A cerimónia da tomada de posse V Governo Provisório tem lugar a 8 de Agosto e a RTP, como habitualmente, transmite esse acontecimento. O V Governo, cujo carácter transitório foi desde logo sublinhado por Costa Gomes, tinha uma base de apoio muito reduzida: apenas o PCP e MDP/CDE. Neste mesmo dia, Mário Soares escreve uma carta aberta ao presidente da República (“Repare Senhor Presidente”), onde descreve o V Governo como “ultra minoritário, sem credibilidade, que não representará hoje sequer 18% do eleitorado português” (Rezola 2007: 193).

A 15 de Agosto, há uma manifestação popular a pedir a queda do executivo, o desmantelamento da 5ª Divisão e a integração dos Nove no Conselho da Revolução. Aperta-se o cerco ao gonzalvismo, o PCP é obrigado a repensar a sua estratégia. Cunhal começa a descrever a viabilidade do próprio Vasco Gonçalves. Também o COPCON publica a 13 de Agosto um documento que revela a sua proposta: via revolucionária populista. O MFA estava então dividido em 3: Grupo dos Nove (liderado por Melo Antunes e mais voltado para o PS); o grupo dos Gonçalvistas (afectos ao PCP) e a Esquerda Radical Populista, liderados por Otelo Saraiva de Carvalho. Por estes dias, o país, à beira de uma guerra civil, “era atingido por uma verdadeira epidemia de planos” (Rezola 2007: 222), pois todas as facções em confronto têm um plano operacional. E esta psicose golpista era também alimentada pela comunicação social. Contudo, nas ruas, o PS já tinha ganho. Sucedem-se ataques a sedes do PCP e começava a ser notório que o povo não estava mais com o MFA.

E como seria a programação televisiva para a época estival de 1975? Vejamos como era preenchido o horário nobre de uma semana televisiva em Agosto (Anexo 6).

A estrutura da programação para o final da tarde mantinha-se nos dias úteis: para início, programas juvenis, depois uma série estrangeira, todos os dias diferente e, antes do *Telejornal* das 20h30, uma rubrica de produção interna de curta duração (onde encontramos

*Cinema Ano II, Com todas as letras*). No horário de maior audiência predominavam os programas de actualidades e políticos. Todas as noites, (com excepção das segundas, onde se transmitia teatro) um dos programas era deste género: *Responder ao país, Afinal como é?, Gente que nós somos*. E, com grande frequência, o *Programa do MFA*, o qual, na semana em análise teve duas emissões. E, se ao sábado à noite havia espaço para uma noite de cinema (com um filme antigo, o conhecido *Swing Time* de Fred Astaire), o serão televisivo de domingo era totalmente dedicado à actualidade com o *Teleforum* (programa que substituiu o *Teledomingo*) a durar várias horas, com reportagens e importantes debates. As séries e os filmes continuavam, como sempre, a marcar presença também no horário nobre, embora se registre uma quebra de peso total no tempo de emissão, se compararmos com o Verão de 1974.

Numa altura de grandes convulsões, a programação da RTP manteve, apesar de tudo, a sua estrutura organizativa no que concerne ao mapa de programas e aos seus horários, durante os meses mais conturbados do PREC. O dia televisivo e a segmentação da programação não sofreram, no seu esqueleto, grandes alterações, relativamente ao mapa de Abril. Registe-se que no período do final da tarde há mais séries estrangeiras e menos programas de produção interna, contrariando a tendência de preenchimento de emissão dessas horas que se tinha vindo a sentir desde Abril de 1974. Contudo, a presença de programas made in RTP no horário nobre é uma variável muito interessante a registar pois a maior ou menor frequência da produção RTP no horário nobre, e os conteúdos desses mesmos programas foram-se alterando consoante o período político e a maior ou menor influência das várias correntes políticas na programação da RTP.

A semana tipo de Agosto que analisamos será resultado da conjugação de dois factores: por um lado, um mapa de emissão tipicamente de verão, com uma vertente de entretenimento forte no horário do final da tarde e mesmo nos programas produzidos pela RTP que passavam em horário nobre como o *Teleteatro* e o *Música música*; mas, por outro lado, a conjuntura política que se vivia nesse Verão teve a sua resposta televisiva na manutenção, mesmo em tempo de férias, de programas como *Responder ao país, Afinal como é?, Programa do MFA* e *Teleforum*. Para além, claro está, de toda a informação televisiva dos Telejornais.

No contexto do Verão Quente, a informação veiculada pelos vários órgãos de comunicação social estava já desacreditada e as posições quanto ao caminho a seguir (via eleitoral ou via revolucionária) apresentavam-se agora clarificadas pelas várias facções que

continuavam a tentar manipular esses meios. E, no caso da televisão, esta manipulação não atingia apenas a informação dos Telejornais, mas estendia-se a toda a programação, que durante todo o processo revolucionário foi alvo de propostas teóricas e abordagens práticas, cada uma tentando fazer programas que veiculassem uma mensagem ideológica de forma o mais eficaz possível.

E, se logo após Abril de 1974, se sonhou fazer uma “televisão livre”, por alturas do Verão quente a RTP já se tinha afastado da ilusão inicial da possibilidade da sua execução prática.

#### **4.4. A fase final do PREC**

Após a demissão de Vasco Gonçalves a 6 de Setembro, a 14 desse mês Pinheiro de Azevedo apresenta ao país o programa do VI Governo Provisório, que toma posse a 19. Integrando quatro militares e dois independentes, o executivo deste governo distribuiu quatro pastas para o PS, duas para o PPD e para o PCP uma. A proporcionalidade das pastas foi determinada pelos resultados das eleições. Este executivo significava uma vitória da via eleitoral sobre a revolucionária e o país respirou um pouco de alívio. Mas a ilusão de que o Verão Quente tinha acabado desfez-se, no final do mês de Setembro, com as imagens do assalto e incêndio ao Consulado de Espanha em Lisboa, consequência de um ataque de forças da extrema-esquerda. Mais episódios de violência sucedem-se pelo país, durante o mês de Outubro e continuava o clima de grande agitação social e política.

“O mês de Novembro acaba por se resumir a 25 dias de provocações” (Rezola 2007: 240) e a RTP transmite em directo alguns desses acontecimentos. A 6 de Novembro, é transmitido o famoso debate entre Soares e Cunhal, onde se opunham, frente a frente e perante todo o país, duas diferentes concepções de democracia. A 9 de Novembro, uma manifestação a favor do VI Governo é invadida pelo pânico, pois explode uma bomba de gás lacrimogéneo. Ouve-se a já conhecida frase: “O povo é sereno...” Mas esta serenidade era difícil de conseguir para os telespectadores que viam, em directo, estas imagens. A televisão é transmissão, e o directo televisivo permite transportar uma realidade que não está geograficamente próxima do telespectador até bem perto dos seus olhos. Neste caso concreto, causando o alarme através das imagens da manifestação.

Entretanto, na RTP, o presidente da RTP, Tenente-Coronel Valentino Tavares Galhardo é substituído, ainda em Outubro, pelo Major Manuel Pedroso Alves Marques e o administrador Sousa Gomes, que estava desde Abril de 74 no cargo, também foi substituído pelo capitão Leopoldo José Águas Gonçalves. O novo presidente procedeu a algumas alterações na Direcção de programas, tendo surgido como notícia nos jornais que os militares iriam ser substituídos por civis nos lugares de chefia. De facto, foi convidado para director de programas Mário Dionísio. Esta Direcção congregava agora várias secções (Cinema, Teatro, Música, Programas Culturais) e foram ainda acrescentados dois departamentos, o de Programas Especiais e Infantis e Juvenis; uma divisão de Coordenação e Administração de Programas; e dois núcleos, de Filmagens e de Realização. A Direcção de Informação (que, por sua vez, agregou o Telejornal, o Departamento de Programas Sociopolíticos, as Actualidades e os Programas Desportivos) passou a ser dirigida por Carlos Veiga Pereira. Todas estas alterações foram feitas tendo como garantido o carácter transitório da presença de equipas militares. Contudo, foram ainda nomeados como directores-delegados o tenente Manuel Geraldês para a área dos Programas e o tenente Fernando Cerdeira, para a Informação (Teves 2007). Era este o contexto particular da RTP quando chega o final do mês de Novembro e, com ele, o desfecho do Processo Revolucionário.

## **O 25 de Novembro na RTP**

No episódio complexo e ainda pouco claro que foi o 25 de Novembro a RTP esteve, mais uma vez, no centro dos acontecimentos. Os estúdios do Lumiar foram, mais uma vez, ocupados pelos militares da Escola Prática de Administração Militar, que estavam do lado da esquerda radical. Do mesmo modo, forças pára-quedistas tomaram de assalto o emissor de Monsanto. O capitão Duran Clemente, das forças ocupantes, deu ordem de prisão o presidente da RTP e aos responsáveis pela programação e pela informação. Relata-nos Vasco Hogan Teves que Duran Clemente tem um discurso bastante claro quando se faz ouvir, em pleno pátio das instalações da televisão: “Quem não está com os oprimidos e explorados que se vá embora! Neste momento não pode haver dúvidas: ou está ou não está com os explorados. Aqui não há meias tintas, portanto que se vão embora” (Teves 2007). Alguns dos trabalhadores vão-se mesmo embora. Entretanto, surgiam rumores de que os Comandos, tendo à frente Jaime Neves, se preparavam para neutralizar os estúdios da RTP. Mas só o conseguiram fazer à noite, ao ocuparem Monsanto. Ao final da tarde, dá-se

o já famoso episódio com o capitão Duran Clemente a discursar, de uma forma nervosa, perante as câmaras da RTP e a imagem ser comutada para a emissão do Porto, passando o filme *O Homem do Diner's Club*. “No final desse dia 25, o Presidente Costa Gomes deu ao País, via unidade móvel da RTP, a palavra de tranquilidade que se impunha no termo de um dia de enormes tensões” (Teves 2007). A emissão nacional passou a ser feita a partir do emissor do Monte da Virgem, no Porto, e Lisboa só retomou o controlo da emissão a 4 de Dezembro.

O cortar a palavra a um militar para pôr no ar um filme é extremamente simbólico do que o 25 de Novembro significou na RTP, e na sua programação. O espaço televisivo é desocupado da presença do discurso militar para dar lugar a um filme de ficção americana. Seria então a passagem de uma programação ideológica para uma programação lúdica, a TV deixaria de ser veículo de propaganda para ser meio de entretenimento. Contudo, o 25 de Novembro trouxe a promessa de uma televisão mais democrática. Esse dia marcou também o início da estabilização da RTP, que caminhava agora para a institucionalização do seu estatuto de empresa pública.

Durante o período revolucionário, a RTP atravessou uma fase de grande instabilidade. Entre 1974 e 1976, a RTP teve oito presidentes: Manuel Bello, o coronel Augusto Gomes, o major Ramalho Eanes, o major João Figueiredo, o major Emílio da Silva, o tenente-coronel Tavares Galhardo, o major Manuel Pedroso Marques e o capitão Tomás Rosa, mantendo-se este último em funções até Março de 1977 (data em que Edmundo Pedro é nomeado presidente da televisão pública). A luta política que se travou dentro da RTP foi clarificada no 11 de Março de 1975, quando elementos moderados do MFA são afastados e se assistiu à militarização completa das estruturas da RTP, a qual trouxe a destabilização a vários níveis dentro da empresa. E até ao 25 de Novembro as comissões de trabalhadores e elementos da administração asseguram o predomínio da corrente gonçalvista. Toda esta convulsão revolucionária não permitiu um avanço firme e consistente na elaboração dos estatutos da RTP, Empresa Pública.

A maior das consequências para o país dos acontecimentos de Novembro, é a “completa alteração da correlação de forças político-militares. O gonçalvismo é derrotado e é desmantelada a esquerda militar”. A 11 de Dezembro, Ramalho Eanes apresenta ao Conselho da Revolução o seu projecto: Bases fundamentais de reorganização das Forças Armadas. O documento é aprovado e “amplamente aplaudido”. Determina-se “ser missão das FA garantir as condições que permitam a transição pacífica e pluralista da Sociedade

portuguesa para a Democracia e o Socialismo” e que obedecem ao CR, por intermédio do CEMGFA, até à entrada em vigor da nova Constituição. No período de 11 de Dezembro 1975 até final de Fevereiro 1976, é a questão da revisão do Pacto MFA – Partidos que é central na vida política nacional. A revisão do Pacto permitiu uma clarificação na ordem político-militar, “abrindo perspectivas para uma rápida normalização democrática”. A prioridade são as eleições legislativas e a conclusão dos trabalhos da Constituinte (Rezola 2007: 271-272).

Quanto à empresa pública de televisão, esta foi criada apenas em 1976, mais precisamente a 21 de Janeiro. A ordem de serviço nº 11/76<sup>88</sup> dá conhecimento aos trabalhadores da RTP que o Contrato de Concessão outorgado em 1956 foi rescindido e que foi criada uma empresa pública de televisão: a Radiotelevisão Portuguesa E.P, que exercia, em regime de exclusividade, o serviço público de televisão. O capital da Sociedade anterior que ainda não era pertencente directa ou indirectamente ao Estado foi nacionalizado. Nesta ordem de serviço, transmite-se também que nos Estatutos da RTP, EP serão salvaguardadas: “a autonomia da Empresa em relação aos poderes político e económico; a representação dos trabalhadores nos órgãos de controlo e fiscalização da empresa e a representação dos telespectadores num órgão de base, cuja composição reflecta o pluralismo das correntes políticas, dos credos religiosos, e a diversidade de interesses nacionais e regionais”.

O Decreto-Lei nº 189/76, de 13 de Março, dava cumprimento à prescrição legal do Decreto-Lei nº 674/75, de 2 de Dezembro, aprovando os estatutos da empresa pública RTP e aí se pode ler que “o texto orgânico surge adaptado à configuração da Televisão como um Serviço Público de extraordinário relevo. Isto sem prejuízo das necessárias garantias de autonomia administrativa e financeira em face do poder político e do poder económico”. Assegurando a representatividade popular através da Assembleia de Televisão, órgão base da empresa, e assegurando igualmente a participação dos trabalhadores da empresa nos órgãos de administração e fiscalização, é nestes termos que são promulgados os Estatutos da RTP, EP, os quais, juntamente com a Lei de Televisão, integram um corpo de regras que se pretendia “apto a garantir a nova Televisão que o Povo Português há muito exige e espera”.

---

<sup>88</sup> Arquivo Histórico da RTP

## Conclusão

*“De tudo o que tenho visto [na televisão] depois do 25 de Abril [de 1974], o mais impressionante é essa realidade da vida perfeitamente miserável em que vive grande parte do povo que trabalha e com a qual se torna muito incómodo tomar contacto. No século XX, nas nossas casas burguesas da cidade de Lisboa, entrar-nos pelas casas dentro dessas reportagens da realidade que se vive em Portugal em que há pessoas que vivem na Idade Média, é perfeitamente impressionante. E é este o melhor aproveitamento que se pode fazer da TV.”*

Maria Matilde Leite, empregada de escritório, 30 anos<sup>89</sup>

Num inquérito telefónico, feito em Abril de 1975, perguntaram a alguns telespectadores o que mais os tinha impressionado na televisão após o 25 de Abril. A maior parte das respostas referiam a informação, concretamente os *Telejornais*, e a transmissão de alguns acontecimentos como a libertação dos presos políticos, as imagens dos acontecimentos de 28 de Setembro e 11 de Março e as reportagens feitas pelo país.

A Revolução transformou a televisão e concluímos que houve, de facto, uma programação televisiva revolucionária.

## Sonhar a televisão

Houve um *programa* para a RTP durante o período revolucionário. Como tivemos oportunidade de demonstrar no nosso trabalho, foram vários os documentos e os discursos sobre televisão que surgiram após a proclamação do Programa do MFA. E as várias opiniões acerca do que a TV devia ser convergiam na ideia de que ela tinha um papel importante a desempenhar no processo iniciado em Abril de 1974. Que papel era esse? A Radiotelevisão devia romper com o seu passado, apresentando uma informação livre e sem censura nem exame prévio. Os programas de produção interna deviam mostrar a verdadeira realidade social e também cultural do país. O campo mediático televisivo devia ser aberto ao povo, mostrando o país real e estabelecendo uma comunicação bilateral. O serviço de radiotelevisão era um serviço prestado para o *povo* e este *povo* devia por isso ter a

---

<sup>89</sup> Inquérito publicado na revista *Telesemana* N° 118, de 25 de Abril de 1975

possibilidade de o usar como meio de expressão. E também as personalidades e temas da cultura, aos quais o aparecimento na TV tinha sido vedado durante a ditadura, tinham agora a hipótese de aparecer no pequeno ecrã. A televisão oferecia-se como um meio precioso de educação das massas para a democracia, tendo por isso a obrigação de se assumir como formadora, transmitindo uma programação pedagógica, instruindo os *novos valores* da democracia e da liberdade.

Mas este *programa* para renovar a RTP era pensado por quem? Foram as várias facções que estiveram em conflito durante o processo revolucionário que sonharam, com algumas diferenças entre si, uma nova televisão.

### **A vontade de ver**

Logo à partida, a função da RTP durante o período revolucionário está relacionada com a própria natureza do dispositivo televisivo.

Utilizando a terminologia de Adriano Duarte Rodrigues, a televisão não mostrou a Revolução, a televisão *deu a ver* a Revolução. A técnica televisiva encarregou-se de concretizar a vontade de ver as coisas que estavam fora do alcance dos telespectadores (Rodrigues, 1989: 61). Os vários acontecimentos que foram marcando o período revolucionário foram disponibilizados para o público através da RTP. E neste sentido, se compreendermos a TV como um dispositivo, compreendemos “por que razão a televisão não é um mero instrumento”. Olhar para a televisão unicamente enquanto instrumento será, nesta perspectiva, incorrer numa imprecisão. Se “é certo que todo o dispositivo comporta uma dimensão instrumental na medida em que como instrumento está disposto para uma determinada função [...], há igualmente no dispositivo televisivo uma dimensão activa, a de dispor ou a de tornar disponível, a de pôr as coisas que mostra ao nosso alcance, a de deixar ver aquilo que sem a sua intervenção permaneceria distante.” (Rodrigues, 1989: 62). A RTP tornou visível, através da sua programação, a Revolução.

Havia, por parte dos telespectadores, uma vontade de ver o que se ia passando em termos políticos e sociais e a satisfação desse desejo também passou por assistir aos acontecimentos através da televisão. E, num sentido mais lato, além da informação, e analisando a programação televisiva durante 1974-1975, encontramos uma disposição de programas que *deram visibilidade* a uma série de sujeitos e de lugares reais que tinham sido votados à invisibilidade durante o Estado Novo. O *país real* era agora posto à disposição através da TV.

E mesmo quando já existia uma consciência da instrumentalização ideológica da RTP, também dessa forma, a televisão dava a ver a revolução, nas suas tensões e contradições permanentes.

### **O sonho posto em prática**

*A direita que sempre imaginou que a queda do regime equivaleria a gente pendurada em candeeiros, igrejas saqueadas, palácios incendiados, respirou de alívio. Afinal os revolucionários pareciam entretidos em sanear funcionários, perseguir pides e fazer proclamações na RTP. [...] Na televisão era o tempo das mesas redondas, dos rostos de camponeses a quem nunca se ouvira a voz, dos militares a citar Fidel Castro*

Maria Filomena Mónica, *A evolução dos costumes em Portugal*<sup>90</sup>

Uma das provas de que existiu uma programação televisiva revolucionária foi o aparecimento de um conjunto de novos programas que tivemos oportunidade de descrever ao longo do nosso trabalho. Estes projectos televisivos, nascidos da convicção de que era possível fazer da RTP uma expressão da liberdade conquistada em Abril de 1974, modificaram o discurso televisivo.

O quotidiano televisivo foi transformado com o aparecimento de programas como *Afinal como é*, *A política é de todos*, *Escrever é lutar*, *Nome mulher*, *Programa do MFA*, entre outros. Estes novos produtos televisivos continham em si elementos de ruptura, novidades absolutas no pequeno ecrã, em relação ao que se passava antes do 25 de Abril. O tempo televisivo era agora outro, onde prevaleciam os debates, as mesas redondas, sobre variados temas, com a participação de intelectuais, militares e líderes políticos; as reportagens de rua; os programas culturais e as entrevistas a antigos opositores do regime ditatorial; e as rubricas pedagógicas onde se ensinava os telespectadores a, por exemplo, reunir em assembleia. Todas estas novidades, no seu conjunto e colocadas num mapa semanal de programas, constituíram-se numa nova programação com uma tonalidade predominantemente política.

Encontramos no dia a dia da televisão um novo imaginário televisivo que impressionava os telespectadores não só pelo que dava a ver como pela forma como o

---

<sup>90</sup> in *A situação social em Portugal*, 2006, p. 228

fazia. Os homens e mulheres que faziam televisão nos primeiros meses após Abril, estavam a experimentar o uso da liberdade de expressão. E dos diferentes entendimentos e modos de expressão dessa mesma liberdade resultaram diferentes tipos de programa: culturais, de reportagem, educativos, de debate. Todos eles convergiam na vontade de romper com o passado, de dar outra direcção à Radiotelevisão Portuguesa, relevando o seu papel no processo de transformação política e social que se estava a viver na altura. E convergiam também numa ideia que estava sempre presente nos discursos sobre o propósito de fazer televisão: o *Povo*.

### **Uma televisão ao serviço do povo**

“O povo foi concebido como o principal aliado do processo revolucionário constituindo o elemento sobre o qual a nação foi imaginada” (Almeida, 2002 p. 32). Sempre ligado à terra, constituía-se assim como uma instância romântica de legitimação do poder.<sup>91</sup> Ganhar o povo significava, nesta perspectiva, ganhar o poder.

Logo nos primeiros documentos produzidos pelo MFA para a RTP, se afirmava que a televisão devia estar ao serviço do povo. Como podia a TV servir o *povo* ao qual pertencia? E quem era este *povo* de quem as elites (que dirigiam a televisão) falavam?

Eram os trabalhadores, rurais e operários (que podemos observar nas imagens recolhidas em vários programas que analisámos para este trabalho), eram aqueles a quem era preciso ensinar a viver em democracia, ensinar a votar, e faze-lo através da televisão. O tom utilizado em muitos programas era um tom de paternalismo intelectual e, que acabava por distinguir a elite que pensa da massa subdotada. Utilizando uma expressão de Umberto Eco, podemos arriscar que se tratava de “dirigismo cultural”. As técnicas televisivas eram utilizadas à luz de perspectivas culturais e ideológicas, servindo, desta forma, propósitos propagandísticos. (Eco, 1968:374)

Dar voz ao povo era um dos principais desígnios da nova RTP. Mas ensinar o povo e dar-lhe voz ao mesmo tempo tornou-se numa contradição que sabotava a pretendida (mas impossível) comunicação bilateral. A televisão era, na maior parte das vezes, feita em

---

<sup>91</sup> António Pedro Pita no encerramento do seminário da Cultura de Massas realizado pelo Instituto de História Contemporânea, FCSH-UNL, em 05-06-2007

nome de um *povo* que não era ouvido de facto e sem ter uma ideia concreta sobre do que se falava quando se falava em *povo*.

Contudo, e comparando com o período ditatorial, a RTP *deu a ver e a ouvir* o povo no sentido em que a representação dessa entidade, em nome da qual se fazia TV, persistia um pouco por todo o dia televisivo, em vários programas. As imagens recolhidas em pequenas aldeias, em fábricas, nas ruas, um pouco por todo o país, mostraram, efectivamente o povo e descobriam um país que andava oculto. Mesmo que esta descoberta fosse sempre feita sob uma dada perspectiva, a qual variava conforme o propósito de quem estivesse a produzir e a realizar esses mesmos programas.

### **Uma televisão ao serviço do poder**

A RTP não escapou à lógica de controlo que presidiu nos outros meios de comunicação social durante o período revolucionário. Isto é: também ela foi permeável às lutas políticas que se travavam na altura, sendo uma arma disputada entre as várias facções em conflito. Daí que, ao mesmo tempo que pretendia ser um serviço prestado ao povo, era um instrumento nas mãos do poder político.

A televisão, inserida no contexto da indústria da cultura de massas, tem o poder de criar gostos homogéneos. A crença de que a TV tem tal poder de influência entre os telespectadores (ou entre as massas) faz com que o seu controlo aumente a hipótese de alcançar a *hegemonia*, o consenso entre a população acerca, concretamente, de uma dada ideologia. Dominar a RTP aumentaria, neste sentido, a influência política de quem a controlasse, facilitando o consenso da grande maioria dos portugueses relativamente à via a seguir na encruzilhada política em que o país se encontrava.

Assim, à medida que o processo revolucionário avança e os vários protagonistas da Revolução clarificam as suas posições, apresentando diferentes soluções políticas, aumenta a obsessão pelo controlo dos meios de comunicação social. No centro, nó górdio do sistema de comunicação nacional, trava-se a luta pelo domínio da poderosa televisão.

A utilização da TV enquanto veículo de propaganda é um elemento de continuidade relativamente ao regime ditatorial. Durante a ditadura, especialmente através dos *Telejornais* e também com as *Conversas em Família*, de Marcelo Caetano, a televisão era um aparelho de propaganda ideológica. Após o 25 de Abril tanto os quadros técnicos da RTP como as chefias militares, sucessivamente nomeadas pelos governos provisórios,

digladiavam-se entre si para fazer prevalecer as suas ideias, ideias essas que, na maior parte das vezes estavam vinculadas a um partido político.

A televisão era uma espécie de microcosmos do que se passava no país, reflectindo a luta política e social que se ia travando. E, dado que a TV produz ela própria representações da realidade através das suas emissões, a programação, no seu todo, reproduzia a luta interna que se ia travando na Radiotelevisão. Encontramos assim um paralelismo entre a evolução da programação televisiva e a evolução do processo político social que se viveu entre 1974 e 1975. Como pudemos observar, às várias fases do período revolucionário correspondem vários tipos de mapas semanais televisivos.

Só que do lado da recepção, do lado dos telespectadores, houve também uma evolução no que diz respeito à opinião sobre a RTP e mesmo sobre o interesse de ver televisão.

**“Se o povo se alheia, para quem diabo estarão eles a falar?”**

*Uma televisão constantemente a palrar tem forçosamente que aborrecer. Não há nada mais impolítico que uma política aborrecida. [...] A nossa televisão sofre de mesaredondice aguda e o público alheia-se porque aqueles cavalheiros falam para entre si e não para o povo. E se o povo se alheia, para quem diabo estarão eles a falar?*

Mário Castrim, *Telesemana* N°99, 13-Dez-1974

Se o *povo*, em nome de quem e para quem se fazia televisão, deixasse de gostar do que via no pequeno ecrã, todo o projecto para uma nova RTP perdia o seu sentido. E, efectivamente, os telespectadores começaram, à medida que os meses iam passando e a política continuava a ser central na programação apresentada, a dar sinais de saturação e de alheamento da TV. A principal razão da crítica e do afastamento dos espectadores era precisamente o favorecimento dos programas políticos relativamente aos recreativos. Depois, no que concerne à informação, a percepção da sua manipulação ia, cada vez mais, descredibilizando os serviços informativos da RTP.

O entusiasmo inicial em relação à nova televisão, que se tentava aproximar da realidade social, representando-a através dos programas que produzia e que chamava para si a responsabilidade de informar o povo acerca do que se ia passando no conturbado, e muitas vezes confuso, processo de transformação que o país atravessava, foi diminuindo à

medida que a luta pelo controlo dos meios de comunicação se tornava mais evidente. A influência das lutas políticas que se iam travando e reflectindo no seio da Radiotelevisão Portuguesa, e as consequências ao nível das decisões tanto na produção como depois na programação que era transmitida foram causa de insatisfação por parte do público.

Para que a TV tenha qualquer efeito sobre os seus telespectadores os programas têm que ser percebidos e compreendidos e esta interpretação (que constrói uma representação do programa por parte do espectador) requer várias fontes. (Livingstone, 1990: p. 21) Neste sentido, controlar a produção não significa controlar a recepção. A luta que se travava pelo domínio da RTP esqueceu a importância do contexto de recepção do lado dos telespectadores, os quais não só se apercebiam da manipulação e da influência política na programação como também tinham, eles próprios, uma ideia sobre o que *devia ser* essa mesma programação. O papel recreativo da TV, que estava a ser negligenciado, era um papel conferido pelo mesmo *povo* em nome do qual se faziam programas sem qualquer vertente recreativa. Embora desejando ser informados, embora querendo ser representados no pequeno ecrã, os telespectadores queriam sobretudo encontrar na TV um espaço de recreação. Por isso é que, no estudo que analisamos neste trabalho, de início de 1975, no top dos 10 programas preferidos encontramos uma maioria de programas recreativos.

### **As marcas da Revolução na televisão**

Ver televisão é uma experiência colectiva (Dayan, 2001). Em 1974 e 1975, apenas com dois canais televisivos, a recepção simultânea de um mesmo programa tinha como consequência uma experiência partilhada do que se estava a ver. Mais ainda se tivermos em conta que a televisão era, muitas vezes, vista em grupo, em família e nos cafés, dando muitas vezes o mote para as conversas entre as pessoas.

A Revolução portuguesa de 1974-1975 também foi uma experiência colectiva, da qual fazer e ver televisão foi parte integrante. E este período firmou-se na história da RTP, deixando marcas que subsistiram para além de 1975.

A ideia que tanto foi preconizada de que a TV pertence ao povo e é a ele que deve prestar o seu serviço de Radiotelevisão é agora um dado adquirido nas discussões sobre o serviço público de televisão. Utilizando uma outra linguagem, onde o conceito de *povo* é substituído, sintomaticamente, pelo termo *público*, entidade a quem a televisão deve servir, a noção de que a empresa concessionária do serviço público de radiotelevisão pertence a todos nós, o povo português, está sempre presente. Assim, é a nós que deve prestar contas

da qualidade desse mesmo serviço e seremos nós, o *povo*, a ajuizar acerca desse mesmo serviço.

E por nos pertencer, a televisão deve representar-nos. A Revolução abriu as portas do campo mediático televisivo a toda a população. À partida, e porque o pressuposto é que a televisão pública nos pertence, os cidadãos devem sentir-se representados no pequeno ecrã e têm o direito de o reclamar se tal não se verificar.

Finalmente, permanecem registadas em filme imagens impressionantes, no sentido mais documental do termo, da Revolução. Ficaram inscritos testemunhos fílmicos do que se passou, em vários sentidos. Esses documentos (programas e filmes em bruto) não só reportam, por si só, os acontecimentos, que marcaram o processo revolucionário, como também provam a existência das várias perspectivas que existiram durante a Revolução.

Por isso, a história da televisão, no seu todo, isto é, no seu quotidiano construído através da sua programação é parte integrante da história do país.

## BIBLIOGRAFIA

- (1980) *A política de informação no regime fascistas / Portugal*. Presidencia do Conselho de Ministros.- [S.l.]: Comissão do Livro Negro sobre o Fascismo
- (1989) “Televisão: estratégias, discursos, tecnologias” in *Revista de Comunicação e Linguagens* Nº 9. Lisboa: CECL
- (1997) *RTP – 40 anos de História Legislativa* Lisboa: TV Guia Editora
- (2002) *Portugal 1974-1976: Processo revolucionário em curso / [ed. lit.]* Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa. Lisboa: Colibri
- ADORNO, Theodor W. (1991) *The culture industry: selected essays on mass culture*. London : Routledge
- ADORNO, Theodor W. (1954) ‘How to look at Television’ in *The Quarterly of Film and Television* Vol. 8:3. University of California Press
- AZEVEDO, Cândido de (1999) *A censura de Salazar e Marcelo Caetano : imprensa, teatro, cinema, televisão, radiodifusão, livro*. Lisboa : Caminho
- BARRETO, António (org) [1996]-[2000]. *A situação social em Portugal, 1960-1999*. Lisboa : Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa
- BONNER, Frances (2003) *Ordinary television : analyzing popular TV*. London : Sage
- BOURDIEU, Pierre (2001) *Sobre a televisão*. Oeiras : Celta
- BRANDÃO, Nuno Goulart (2006), *Prime time : do que falam as notícias dos telejornais*. Cruz Quebrada : Casa das letras
- BRITO, José Maria Brandão de (coord.) (1999) “Do marcelismo ao fim do império”, in *Revolução e Democracia, vol. 1*, Lisboa: Editorial Notícias
- BRITO, José Maria Brandão de (coord.) (2001), “O país em revolução” in *Revolução e Democracia, vol. 2* Lisboa: Editorial Notícias
- CÁDIMA, Francisco Rui (1996) *Salazar, Caetano e a televisão portuguesa*. Lisboa : Presença
- CAETANO, Marcello (1977) *Minhas memórias de Salazar*, Lisboa: Verbo Editora
- CASTRIM, Mário (1996) *Televisão e censura*. Porto: Campo das Letras
- CAZANEUVE, Jean (1970) *Les pouvoirs de la télévision*. Paris : Gallimard
- CEREZALES, Diego (2003) *O poder caiu na rua : crise de Estado e ações colectivas na Revolução Portuguesa 1974-1975*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais - ICS
- CHANIAC, Régine, JÉZÉQUEL, Jean-Pierre (2005) *La télévision*. Paris : La Découverte

- CHOMSKY, Noam (1989) *Necessary illusions: thought control in democratic societies*, Boston: South End Press
- COELHO, Pedro (2005) *A TV de proximidade e os novos desafios do espaço : um estudo sobre a situação portuguesa*. Lisboa : Livros Horizonte
- CONRAD, Peter (1982) *Television: the medium and its manners*. Boston : Routledge & Kegan Paul
- CREHAN, Kate (2004) *Gramsci, cultura e antropologia*. Lisboa: Campo da Comunicação
- DAHLGREN, Peter (1995) *Television and the public sphere: citizenship and the media*. London: Sage Publications
- DAYAN, Daniel (2001) 'The peculiar public of television' in *Media, culture and society*, Vol. 23:6. London: Sage
- ECO, Umberto (1968) *Apocalípticos e integrados ante la cultura de massas*. Barcelona: Lumen
- FERIN, Isabel (2006) *A televisão das mulheres: ensaios sobre a recepção*. [Lisboa] : Bond - Books on Demand
- FERNANDES, Ana Paula Menezes (2001) *Televisão do público: um estudo sobre a realidade portuguesa: 1993-1997*. 1ª ed . Coimbra : Minerva
- FERREIRA, Medeiros (1992) *O comportamento político dos militares : forças armadas e regimes políticos em Portugal no século XX*. Lisboa : Estampa
- FERREIRA, Medeiros (1983) *Ensaio histórico sobre a Revolução do 25 de Abril : o período pré-constitucional*. [Lisboa] : Imprensa Nacional-Casa da Moeda
- FISKE, John (1987) *Television culture*. London : Routledge
- GOMES, Adelino; CASTANHEIRA, José Pedro (2006) *Os dias loucos do PREC*. [Lisboa]: Público / Expresso
- HARTLEY, John (1999) *Uses of television*. London : Routledge
- IBAÑEZ FERNANDEZ, Juan Carlos (2007) 'Televisión e mutamento sociale nella Spagna degli anni Cinquanta. Appunti sul processo di legittimazione del mezzo televisivo sotto la dittadura di Franco' in *Memoria e Ricerca*, N° 26
- JOST, François (2005) *Comprendre la télévision*. Paris : Armand Collin
- KEANE, John (1991) *A democracia e os media*. Lisboa: Temas e Debates
- LIVINGSTONE, Sonia (1990) *Making sense of television : the psychology of audience interpretation*. 2nd ed . London: Routledge
- MANDER, Jerry (1999) *Quatro argumentos para acabar com a televisão*. Lisboa: Edições Antígona

- MATTOSO, José (dir.); FERREIRA, José Medeiros (coord.) (2001) *História de Portugal – volume 8 – Portugal em Transe*, [Lisboa]: Editorial Estampa
- MATTOSO, José (dir.); ROSAS, Fernando (coord.) (1998) *História de Portugal – volume 7 – O Estado Novo* [Lisboa]: Editorial Estampa
- MCLUHAN, Marshal (1964) *Understanding media*. New York: McGraw-Hill Book Company
- MCQUAIL, Denis (2003) *Teoria da comunicação de massas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian
- MESQUITA, Mário; REBELO, José (org) (1994) *O 25 de Abril nos media internacionais*. Lisboa: Edições Afrontamento
- MESQUITA, M. (1988) “Estratégias liberais e dirigistas na Comunicação Social de 1974-1975, da Comissão Ad Hoc à Lei de Imprensa” in *Revista de Comunicação e Linguagens*, N.º 8, Lisboa: CECL
- PEREIRA, Sara (2007), *A minha TV é um mundo : programação para crianças na era do ecrã global*, Porto : Campo das Letras
- PINTO, Manuel Joaquim da Silva (2000) *A televisão no quotidiano das crianças*. Porto: Afrontamento
- POLICARPO, Verónica (2006) *Viver a telenovela : um estudo sobre a recepção*. Lisboa : Livros Horizonte
- POPPER, Karl R. (1999) *Televisão : um perigo para a democracia*. 2ª ed . Lisboa : Gradiva
- RAMONET, Ignacio (2001) *Propagandas silenciosas*. Porto: Campo das Letras
- RANCIÈRE, Jacques (1971) *Sobre a teoria da ideologia: a política de Althusser*. Porto: Portucalense Editora
- REIS, António (org), (1994) *Portugal 20 anos de democracia*. [Lisboa] : Círculo de Leitores
- REIS, António (org) (1990) *Portugal contemporâneo*. Lisboa : Alfa
- REIS, António (2002) *Memórias dos Arquivos*. [Lisboa]: NPA - RTP
- REZOLA, Maria Inácia (2007) *25 de Abril : mitos de uma revolução*. Lisboa: Esfera dos Livros
- RODRIGUES, Avelino; BORGA, Cesário; CARDOSO, Mário (1976) *Portugal depois de Abril*. Lisboa: Edições de António dos Reis
- ROSAS, Fernando e BRITO, J. M. Brandão (dir.) e ROLLO, Maria Fernanda (coord.) (1996), *Dicionário de História do Estado Novo*, Venda Nova: Bertrand
- ROSAS, Fernando (coord.) (1999) *Portugal e a transição para a democracia: 1974-1976 – I Curso Livre de História Contemporânea*, Lisboa 23 a 28 de Novembro de 1998. Lisboa: Edições Colibri

- SANTOS, Boaventura de Sousa (1997) *O pulsar da revolução: cronologia da revolução de 25 de Abril (1973-1976)*. Coimbra: Edições Afrontamento
- SCHMIDT, Luísa (2000) *Ambiente e televisão : análise evolutiva 1957-1995*. Lisboa: Observa
- SCHREIBER, Flora Rheta (1949) 'Television, a new idiom' in *Hollywood quarterly*, vol 4: 2. University of California Press
- SENA, Nilza Mouzinho de (2002) *A interpretação política do debate televisivo : 1974-1999*. Lisboa : Universidade Técnica. Inst. Sup. de Ciências Sociais e Políticas
- SERRANO, Estrela (2006) *Jornalismo político em Portugal : a cobertura de eleições presidenciais na imprensa e na televisão (1976-2001)*. Lisboa : Colibri
- SMYTHE, Dallas W. (1952) 'What TV programming is like' in *The Quarterly of Film and Television*, Vol. 7: 1. University of California Press
- SOUSA, Pedro Diniz de (2003) *A dramatização na imprensa do PREC*. Coimbra: Minerva
- TEVES, Vasco Hogan e SILVA, Manuel J. Lopes da (1971) *Vamos falar de Televisão* Lisboa: Editorial Verbo
- TEVES, Vasco Hogan, (2007) *RTP: 50 anos de história*, [documento acessível em [www.rtp.pt](http://www.rtp.pt)]
- TOMÉ, Maria Teresa (1992) *Vitorino Nemésio, homem de televisão*, RTP Açores
- TORRES, Eduardo Cintra (1998) *Ler televisão: o exercício da crítica contra os lugares-comuns*. Oeiras : Celta
- TORRES, Eduardo Cintra, (2006) *A tragédia televisiva: um género dramático da informação audiovisual*. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais
- TUCKER, Nicholas (1967) *Understanding the mass media: a practical approach for teaching*. Cambridge : University Press
- VALA, Jorge (2000) *Avaliação da violência na televisão portuguesa : programação de 1997*. Lisboa : Alta Autoridade para a Comunicação Social ,
- WOLTON, Dominique (1994) *Elogio do Grande Público – uma teoria crítica de televisão*. Porto: Edições Asa

**ARQUIVOS:**

Arquivo Histórico da RTP

Arquivo Audiovisual da RTP

Diários dos debates da Assembleia Nacional – 1955 a 1974

**PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS:**

*Revista TV* – 1964 - 1968

*Nova Antena* – 1969 – 1971

*Flama* – 1970

*Rádio e Televisão* – 1970-1973

*A Capital* – 1969 – 1974

*Expresso* – 1973 - 1975

*Telesemana* – 1974-1975



## Anexo 2: Mapa tipo apresentado a 24 de Maio de 1974

	DOMINGO	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
13h00	Missa	Imagens da vida de uma cidade	Escrever é Lutar	Fronteiras do Amanhã	Os artistas vêm à TV	Sangue na estrada	
13h45	Telejornal	Telejornal	Telejornal	Telejornal	Telejornal	Telejornal	Telejornal
14h00	TV Rural	Vivendo o futuro		Direito ao riso	Da saúde e da Vida	Saber não faz mal	O caso da semana
14h15							
14h30	Expedição						Dó, lá, si
14h45							
15h45							Estúdio sem marcação
16h30	TV Infantil						
17h15							Teledesporto
17h30	O mundo à nossa volta						
17h45							A cozinha ao alcance de todos / As pedras e o homem
18h00							
18h30	Presença do Brasil / Animatógrafo						
18h45							Cada dia uma esperança
19h00	Telejornal						Telejornal
19h30	Actualidades da Semana	Telejornal	Telejornal	Telejornal	Telejornal	Telejornal	
19h45			Em foco		Xadrez		O mundo do trabalho
20h00		Momento Desportivo		Totobola	Em foco / Vamos decidir em conjunto	Diálogo	Crónica / Ensaio
20h15			O mundo do trabalho	Literário / Perspectiva			
20h30		Cinema Ano I	TV Palco			Há só uma terra / Inventário Musical	
21h00	Telejornal	Telejornal	Telejornal	Telejornal	Telejornal	Telejornal	Telejornal
21h15							
21h30	Musical	Panorama do Mundo		Concerto / Histórias da Musica	Teatro	Disco e daquilo	Concurso / Variedades
23h00	Domingo Desportivo			O Teatro e a Música / Cancioneiro	Cartaz TV	Museu Aberto	
23h30	Telejornal	Telejornal	Telejornal	Telejornal	Telejornal	Telejornal	Telejornal

### Anexo 3: Semana televisiva em Julho de 1974

	DOMINGO	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
12h00	Missa de Domingo	Eu e o meu cão <i>série</i>	Desenhos animados	Desenhos animados	Desenhos animados	Desenhos animados	Desenhos animados
13h00		Documentário	Escrever é Lutar	Bozo, o palhaço	Encontro	Sangue na estrada	
13h15	Desenhos animados	Demoiselles de Suresnes <i>série</i>	O rapaz do elefante <i>série</i>	A tal rapariga <i>série</i>	A rapariga que sabia demais <i>série</i>	Valérie e a aventura <i>série</i>	Os garotos do 47A <i>série</i>
13h30							
13h45	Telejornal	Telejornal	Telejornal	Telejornal	Telejornal	Telejornal	Telejornal
14h00	Hoje pode ver	Vivendo o Futuro	Almanaque	Fronteiras do Amanhã	Da saúde e da vida	Saber não faz mal	Hoje pode ver
14h15	TV Rural						Automobilismo
14h30	Expedição	Logo à noite	Logo à noite	Logo à noite	Logo à noite	Logo à noite	
14h45							
15h00	Tarde de cinema						
15h15							
15h30							
15h45							
16h00							
16h15							
16h30							
16h45	TV Infantil						O caso da semana
17h00							Dó lá si
17h15							Waltons <i>série</i>
17h30	O mundo à nossa volta						
17h45							
18h00							
18h15	Presença do Brasil						A cozinha ao alcance de todos
18h30							Cada dia uma esperança
18h45							

19h00	Telejornal						Telejornal
19h15							
19h30	Actualidades da semana	Mini jornal	Mini jornal	Mini jornal	Mini jornal	Mini jornal	Se bem me lembro
19h45		TV Infantil	TV Infantil	TV Infantil	TV Infantil	TV Infantil	
20h00		Momento Desportivo	Há só uma terra	Vamos jogar no Totobola	Em foco	Cancioneiro	Ensaio
20h15			No mundo do trabalho	Programa Literário	No mundo do trabalho		
20h30		Cecília, médica de aldeia <i>série</i>	Cinema Ano I		Em foco	TV Palco	
20h45	Desenhos animados						
21h00	Telejornal	Telejornal	Telejornal	Telejornal	Telejornal	Telejornal	
21h15							
21h30	Inventário Musical	Panorama do Mundo	Noite de cinema	A política é de todos	Noite de Teatro	Disco e daquilo	Variedades
21h45				Banacek <i>série</i>			
22h00		Cartaz TV					
22h15					Histórias de Amor <i>filme</i>	O sinal do Dragão <i>série</i>	
22h30							
22h45							
23h00	Domingo Desportivo		O teatro e as máscaras				
23h15							
23h30	Telejornal	Telejornal	Telejornal	Telejornal	Telejornal	Telejornal	Telejornal
23h45							

## Anexo 4: Semana televisiva em Janeiro de 1975

	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO	DOMINGO
12h00							
12h45	Desenhos animados	Desenhos animados	Desenhos animados	Desenhos animados	Desenhos animados	Desenhos animados	Missa de domingo
13h00	Vivendo o futuro	Imagens da vida de uma cidade	Fronteiras do Amanhã	Retrospectiva	Saber não faz mal		Expedição
13h15	Escrever é lutar	Do médico para toda a gente	Encontro	Da Saúde e da Vida	Sangue na estrada	Mãos à obra	Hoje pode ver
13h30	Telejornal	Telejornal	Telejornal	Telejornal	Telejornal	Telejornal	Telejornal
13h45	A minha grande aventura <i>série</i>	Paulo e Virginia <i>série</i>	O mundo secreto de John Monroe <i>série</i>	Os novos Robinsons <i>série</i>	Jamie <i>série</i>	A pedra branca <i>série infantil</i>	Desenhos animados
14h00							
14h15	Logo à noite	Logo à noite	Logo à noite	Logo à noite	Logo à noite	Hoje pode ver	Dó-Lá-Si
14h30	Tele escola	Tele escola	Tele escola	Tele escola	Tele escola	O perigo é a minha profissão	Cinema de animação
14h45						Terras bravias <i>série</i>	
15h00							As pedras e o homem
15h15							
15h30						Decoração	Tarde de cinema
15h45							
16h00						Desenhos animados	TV Infantil
16h15							
16h30						As aventuras de Black Beauty	
16h45							
17h00						TV infantil	
17h15							
17h30						Nome Mulher	Basquetebol nacional
17h45							
18h00	Momento desportivo						
18h15							
18h30							
18h45							

19h00	A viagem de Marco Polo	TV infantil	TV infantil	TV infantil	TV infantil	Cartaz TV	TV Rural			
19h15						Cada dia uma esperança				
19h30	Teledesporto	Artes e ofícios -	Cinema Ano Dois	TV Palco	Com todas as letras	Memória do nosso tempo	Perspectiva			
19h45							O século dos cirurgiões			
20h00	Em Foco	Concerto	Museu Aberto	Há só uma Terra	Relatório Internacional	Telejornal	Teledomingo			
20h15										
20h30	Telejornal	Telejornal	Telejornal	Telejornal	Telejornal	Telejornal	Teledomingo			
20h45										
21h00	Antologia filme	Documentário	A gente que nós somos	Afinal como é?	Responder ao país	Crónica documentário	Teledomingo			
21h15				Histórias de Amor	O Piano série	Mil Luzes - variedades		Os inquéritos do comissário Maigret série	Noite de cinema	O Tempo
21h30							Um dia na vida de...			Telejornal
21h45		Telejornal	Telejornal			Telejornal				
22h00							Telejornal			Telejornal
22h15		Telejornal	Telejornal			Telejornal				
22h30							Telejornal			Telejornal
22h45		Telejornal	Telejornal			Telejornal				
23h00				Telejornal	Telejornal		Telejornal	Telejornal	Telejornal	
23h15		Telejornal	Telejornal			Telejornal			Telejornal	Telejornal
23h30	Telejornal			Telejornal	Telejornal		Telejornal	Telejornal		
23h45		Telejornal	Telejornal			Telejornal		Telejornal	Telejornal	

## Anexo 5: Semana televisiva em Abril de 1975

	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO	DOMINGO
12h15							Missa
12h30	Desenhos animados	Desenhos animados	Desenhos animados	Desenhos animados	Desenhos animados	Desenhos animados	Expedição
12h45							
13h00							
13h00	Escrever é lutar	Cinema Ano Dois	Encontro	Fronteiras do amanhã	Stop		
13h15	Propaganda eleitoral	Propaganda eleitoral	Propaganda eleitoral	Propaganda eleitoral	Propaganda eleitoral	Mãos à obra	Hoje pode ver
13h30	Telejornal	Telejornal	Telejornal	Telejornal	Telejornal	Telejornal	Telejornal
13h45	Ivanhoe <i>série</i>	Boy Domenic <i>série</i>	O mundo secreto de John Monroe <i>série</i>	Problemas de um pai <i>série</i>	Documentário	Propaganda eleitoral	Desenhos animados
14h00							
14h15	Logo à noite	Logo à noite	Logo à noite	Logo à noite	Logo à noite	Hoje pode ver	Dó-lá-si
14h30	Telescola	Telescola	Telescola	Telescola	Telescola	Cinema de Animação	Presença do Brasil
14h45							
15h00							
15h15						Salto mortal <i>série</i>	Tarde de cinema
15h30							
15h45							
16h00							
16h15							
16h30						TV Infantil	
16h45							
17h00							
17h15						Jovem Fabre <i>série</i>	
17h30						TV Infantil	
17h45							
18h00							
18h15	Momento desportivo	Basquetebol					

18h30	TV juvenil	TV juvenil	TV juvenil	TV juvenil	TV juvenil	Cartaz TV	Basquetebol
18h45						Cada dia uma esperança	
19h00	Museu Aberto	Ensaio		Totobola	Artes e ofícios	Se bem me lembro	Memória do nosso tempo
19h15			TV Rural	TV Palco	Relatório Internacional	Diário de um professor	
19h30	Teledesporto		Telejornal	Telejornal	Telejornal	Telejornal	
19h45							
20h00	Telejornal	Telejornal	Telejornal	Telejornal	Telejornal	Telejornal	Propaganda eleitoral
20h15							
20h30	Propaganda eleitoral	Propaganda eleitoral	Propaganda eleitoral	Propaganda eleitoral	Propaganda eleitoral	Propaganda eleitoral	Teledomingo
20h45				Programa do MFA	Afinal como é?		
21h00	Teatro	Temas e Variações		Nicolau no país das maravilhas	Especial eleições	Os inquéritos do comissário Maigret <i>série</i>	
21h15				O grande amor de Balzac <i>série</i>			
21h30							
21h45							
22h00							
22h15		Especial Eleições					
23h15	Telejornal	Telejornal	Telejornal	Telejornal	Telejornal	Telejornal	Telejornal

## Anexo 6 - Semana televisiva em Agosto de 1975

(horário nobre)

	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO	DOMINGO
19h00	TV Juvenil	TV Juvenil	TV Juvenil	TV Juvenil	TV Juvenil	Cada dia uma esperança	Bobi
19h15						Cartaz TV	
19h30	Karino série	Mulherzinhas série	Dom Quixote	Smith série	Dois anos de férias série	Os homens, os livros e as coisas	
19h45							
20h00	Teledesporto	Magazine do Norte	Com todas as letras	Cinema Ano II	Relatório		
20h15							
20h30	Telejornal	Telejornal	Telejornal	Telejornal	Telejornal	Telejornal	
20h45							
21h00	Teatro - Seara de vento, de Manuel da Fonseca	Gente que nós somos	Responder ao país	Programa do MFA	Afinal como é	Noite de cinema <i>Ritmo louco de Fred Astaire</i>	
21h15							
21h30		Capitão Kloss série	Callan série	Os camponeses série	Música música		
21h45							
22h00							
22h15							
22h30							
22h45							
23h00	Telejornal	Telejornal	Telejornal	Telejornal	Telejornal	Programa do MFA	Telejornal